

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB DE PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
RURAL

ÉRICA RAMOS ANDRADE

“MULHER ROCEIRA”:
A ALIMENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS SEGUNDO O TRABALHO DAS
MULHERES

BRASÍLIA
2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB DE PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
RURAL

ÉERICA RAMOS ANDRADE

“MULHER ROCEIRA”:
A ALIMENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS SEGUNDO O TRABALHO DAS
MULHERES

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília.

Área de Concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Linha de Pesquisa: Educação e Políticas públicas para o Meio Ambiente e o Campo.

Orientador: Newton Narciso Gomes Junior

BRASÍLIA
2014

*Dedico este trabalho à minha família,
em especial, à lembrança de meu irmão
Rodrigo (in memoriam).*

*Dedico também às mulheres que lutam
incansavelmente contra as injustiças
sociais.*

ESTAS MÃOS

*Olhe para estas mãos
de mulher roceira,
esforçadas mãos cavouqueiras.*

*Pesadas, de falanges curtas,
Sem trato e sem carinho.
Ossudas e grosseiras.*

*Mãos que jamais calçaram luvas.
Nunca para elas o brilho dos anéis.
Minha pequenina aliança.
Um dia o chamado heroico emocionante:
- Dei ouro para o bem de São Paulo.*

*Mãos que varreram e cozinham.
Lavaram e estenderam roupas nos varais.
Pouparam e remendaram.
Mãos domésticas e remendonas.*

*Íntimas da Economia,
do arroz e do feijão
da sua casa.
Do tacho de cobre.
Da panela de barro.*

*Da acha de lenha.
Da cinza da fonalha.
Que encestavam o velho barreleiro
e faziam sabão.*

*Minhas mãos doceiras...
Jamais ociosas.
Fecundas. Imensas e ocupadas.
Mãos laboriosas.
Abertas sempre para dar,
ajudar, unir e abençoar.*

*Mãos de semeador...
Afeitas à sementeira do trabalho.
Minhas mãos raízes
procurando a terra.
Semeando sempre.
Jamais para elas
os júbilos da colheita.*

Mãos tenazes e obtusas,

*feridas na remoção das pedras e tropeços,
quebrando as arestas da vida.
Mãos alavancas
na escava de construções inconclusas.*

*Mãos pequenas e curtas de mulher
que nunca encontrou nada na vida.
Caminheira de uma longa estrada.
Sempre a caminhar.
Sozinha a procurar
o ângulo prometido,
a pedra rejeitada.”*

(Cora Coralina)

RESUMO

Esta pesquisa analisou a participação das agricultoras em regime de trabalho familiar na produção de alimentos na perspectiva da segurança alimentar. Com o avanço do modo de produção capitalista no campo, a participação das mulheres nas lides agrícolas têm sido fragilizada, impactando na reprodução alimentar da unidade doméstica. Nessa linha argumentativa, a hipótese que guiou este trabalho foi de que a fragilização da participação das mulheres na produção de alimentos conduziria as famílias a um quadro de insegurança alimentar por inadequação da dieta. O trabalho utilizou metodologia essencialmente qualitativa com base em técnicas de diário de campo da pesquisadora, entrevistas semiestruturadas e caderneta de alimentação para registro das refeições diárias. A pesquisa de campo demonstrou que de fato há uma fragilização das refeições entre os agricultores familiares com a inserção de Alimentos processados e misturas industriais e Panificados. No entanto, isso representou menos a ideia de agilidade no preparo das refeições do que o desejo conduzido sedução de um padrão urbano de consumo. Nas entrevistas as mulheres relataram ainda trabalhar no autoconsumo, como forma de resistência a uma dieta insalubre, e no preparo das refeições. Dessa maneira, percebeu-se que tais atividades ainda estão concentradas nas mãos das mulheres, indeferindo em parte a hipótese supracitada.

Palavras-chave: Mulheres Agricultoras. Segurança Alimentar. Alimentação.

ABSTRACT

This research examined the participation of women farmers in food production on food security outlook. With the advancement of the capitalist mode of production in the field, women's participation in agricultural labors have been weakened, impacting on food reproduction of the household. In this line of argument, the hypothesis that guided this study was that the weakening of women's participation in food production would lead families to a box of food insecurity by inadequate diet. The methodology was essentially qualitative and used the techniques of the researcher's field journal, semi-structured interviews and notebook power to record the daily meals. The results demonstrated that in fact there is a weakening of the peasant meals with the insertion of Processed foods and industrial mixes and Bakery. However, this was less the idea of flexibility in meal preparation than the desire for seduction by urban consumption patterns. In interviews women reported still working on self-consumption as a form of resistance to an unhealthy diet, and preparing meals. This gives evidence that such activities are still concentrated in the hands of women, rejecting the above hypothesis.

Keywords: Peasant Women. Food Security. Food.

RESUMEN

Esta investigación examina la participación de la mujer rural en la producción de alimentos en la perspectiva de la seguridad alimentaria. Con el avance del modo capitalista de producción en el campo, la participación de las mujeres en las actividades agrícolas se han debilitado, que inciden en la reproducción de alimentos de la familia. En esta línea de argumentación, la hipótesis que guió este estudio fue que el debilitamiento de la participación de las mujeres en la producción de alimentos llevaría a las familias a una caja de la inseguridad alimentaria por una dieta inadecuada. La metodología fue esencialmente cualitativa y utiliza las técnicas de diario de campo del investigador, las entrevistas semi-estructuradas y la energía del cuaderno para registrar las comidas diarias. Los resultados demostraron que, de hecho, hay un debilitamiento de las comidas campesinas con la inserción de los Alimentos procesados y las mezclas industriales y Panadería. Sin embargo, esto era menos la idea de flexibilidad en la preparación de la comida que el deseo de seducción por los patrones de consumo urbano. En las entrevistas las mujeres reportaron sigue trabajando en el autoconsumo como una forma de resistencia a una dieta poco saludable, y la preparación de las comidas. Esto proporciona evidencia de que tales actividades todavía se concentran en las manos de las mujeres, el rechazo de la hipótesis anterior.

Palabras-clave: Mujeres Agricultoras. Seguridad Alimentaria. Alimentación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Território Kalunga e comunidade Engenho II	76
Figura 2 – Mulheres na produção para o autoconsumo	81
Figura 3 – Trabalho das mulheres no preparo das refeições	84
Gráfico 1 – Distribuição das mulheres ocupadas na agropecuária por posição na ocupação no Brasil em 2009.....	31
Gráfico 2 – Evolução da Insegurança Alimentar na população do Centro-Oeste segundo a PNAD e a POF	66
Quadro 1 – Definição da EBIA para os graus de Insegurança Alimentar	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Rendimento médio em reais das pessoas com mais de 10 anos por sexo e localização do domicílio no Brasil em 2009.....	25
Tabela 2 - Distribuição da População em Idade Ativa (PIA) por condição de atividade, segundo o sexo e localização do domicílio no Brasil em 2009 (%)	25
Tabela 3 - Tempo médio semanal dedicado aos afazeres domésticos pelas(os) ocupadas(os) por sexo, segundo a jornada semanal de trabalho	26
Tabela 4 - Principais atividades do pessoal ocupado na agropecuária segundo o sexo no Brasil	32
Tabela 5 - Incidência de insegurança alimentar em domicílios rurais particulares, região Centro-Oeste	67
Tabela 6 - Domicílios particulares com insegurança alimentar situados no meio rural segundo o sexo de referência da pessoa do domicílio	68
Tabela 7 - Aquisição alimentar domiciliar per capita anual em domicílios situados no meio rural	70
Tabela 8 - Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade para a população com 20 anos ou mais de idade, por sexo, com domicílio no meio rural, no Brasil e na região Centro Oeste	72
Tabela 9 - Quantidade pessoas por lote nas comunidades rurais	78
Tabela 10 - Quantidade de pessoas com mais de 12 anos por lote nas comunidades rurais	79
Tabela 11 - Idade média das mulheres chefes de família	80
Tabela 12 - Estado civil das mulheres chefes de família	80
Tabela 13 - Cultivos e Criações nas comunidades rurais	86
Tabela 14 - Classificação de alimentos nas refeições por comunidade	89

LISTA DE SIGLAS

CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETAEG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Goiás
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMC	Índice de Massa Corpórea
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPA	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCA	Programa de Complementação Alimentar
PIA	População em Idade Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PNSA	Programa Nacional de Segurança Alimentar
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRODEA	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAPS	Serviço de assistência e Previdência Social
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SM	Salário Mínimo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Método e Metodologia	16
2	QUEM SÃO ESSAS MULHERES	21
2.1	Classe e desigualdade de gênero	21
2.2	“Somos mulheres agricultoras!” Desempenho e reconhecimento nas lides agrícolas	28
2.3	Mutações no mundo do trabalho das mulheres	33
3	ALIMENTAÇÃO DOS AGRICULTORES EM REGIME DE TRABALHO EM FAMÍLIA: EXPOSIÇÃO AOS PADRÕES ALIMENTARES URBANOS.....	37
3.1	A reprodução social dos agricultores familiares e o espaço do autoconsumo	37
3.2	A alimentação dos produtores familiares: ajustes no trabalho doméstico e fragilização das práticas alimentares	42
3.3	Os reveses na reprodução alimentar da família	47
4	SEGURANÇA ALIMENTAR NA POPULAÇÃO RURAL	51
4.1	Segurança alimentar: a supremacia do acesso físico aos alimentos	51
4.2	Histórico das ações estatais no campo da alimentação: do incentivo à intervenção	55
4.3	Insegurança alimentar na população rural do Centro-Oeste	64
5	MULHERES NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	74
5.1	Histórico das comunidades	74
5.1.1	O quilombo Engenho II	74
5.1.2	O assentamento Nova Piratininga	77
5.2	Caracterização das famílias estudadas.....	78
5.3	O trabalho das mulheres versus o trabalho feminino	81
5.4	Produção e consumo de alimentos na agricultura familiar	85
5.5	Percepções sobre o mercado na reprodução alimentar das famílias	90
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	100
	ANEXO I	106
	ANEXO II	107

1 INTRODUÇÃO

O poema de Cora Coralina que empresta o termo “mulher roceira” ao título desta dissertação trata de um tema em voga nas últimas décadas entre os movimentos sociais e de certa forma polêmico: a participação das mulheres na alimentação das famílias agricultoras. É com o avanço da luta das mulheres agricultoras nesse início de século, ilustradas pelas sucessivas Marchas das Margaridas conferiram certo destaque ao tema. Tais mobilizações buscaram reforçar a identidade de agricultoras e reivindicar a garantia de direitos básicos nem sempre acessíveis em decorrência do não reconhecimento do seu trabalho (SILIPRANDI, S. d.). Apesar do reforço ao papel das mulheres, a responsabilização pela reprodução doméstica e alimentar tem sido pouco problematizada por esses movimentos.

Vale destacar também que essa valorização ocorre justamente em momento de fragilização da segurança alimentar, caracterizada não tanto pela falta de acesso físico aos alimentos, mas pelo acesso a dieta pouco saudável, abarcando inclusive a população produtora de alimentos, a agricultura familiar. Esse quadro se comprova ao verificar o aumento sucessivo no consumo de alimentos preparados e industrializados, caracterizados pela baixa composição nutricional e elevado teor de sódio e carboidratos. Tal modelo de consumo é um dos principais fatores no crescimento da incidência de doenças crônicas como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares. Todo esse movimento pode ser favorecido por desajustes no trabalho das mulheres no campo da alimentação, expondo as famílias à insegurança alimentar.

Nessa convergência entre a mudança no perfil alimentar dos agricultores e de valorização e afirmação do trabalho feminino na construção da segurança alimentar nas famílias, reside a preocupação deste trabalho. A análise parte de uma tensão estabelecida entre a manutenção das mulheres na produção e preparo de alimentos nas famílias, reproduzindo a responsabilização das mulheres pelos afazeres domésticos e o deslocamento dessas para outras atividades com maior potencial de retorno financeiro individual, desajustando a reprodução alimentar das famílias. Toda a análise procura entender o universo ao qual elas estão imersas para sinalizar pontos relevantes na produção de um modo de vida menos desigual e injusto para o trabalho feminino. Diante dessas inquietações, escolhi como objeto de pesquisa o trabalho das mulheres no meio rural e não a alimentação entre agricultores familiares, sendo esse mais um aspecto para avaliar os processos de trabalho no meio rural.

Para conduzir minha análise, a pergunta de pesquisa questiona por que nos espaços dos assentamentos de reforma agrária, mesmo naqueles onde prevalecem práticas de produção orgânica de alimentos, e nas comunidades quilombolas as mulheres enfrentam o estiolamento do seu papel de provedoras no âmbito da alimentação da família?

Como objetivo geral, propus-me a investigar os movimentos internos nas comunidades da agricultura familiar (assentamentos de reforma agrária e quilombos), envolvendo o grau de participação e influência das mulheres no que diz respeito à produção de alimentos para o consumo familiar nos marcos da segurança alimentar. Os objetivos específicos, portanto, foram:

1. Investigar sobre os principais espaços de trabalho das mulheres rurais, inclusive a sua participação na produção para autoconsumo.
2. Analisar o discurso das mulheres a respeito do consumo doméstico de alimentos na perspectiva da segurança alimentar.
3. Observar se há resistência das mulheres à adoção de um padrão alimentar urbano e com pouca diversidade de alimentos.

Relativamente à hipótese de pesquisa, fiz opção por avaliar se a fragilização da participação das mulheres na produção de alimentos conduziria as famílias a um quadro de insegurança alimentar por inadequação da dieta. Essa fragilização seria representada pela falta de interesse em trabalhar nos diversos espaços que envolvem diretamente a alimentação da família, principalmente no roçado e na cozinha.

Os capítulos ao longo dessa dissertação versam sobre as três principais categorias acima expostas: trabalho das mulheres, segurança alimentar e alimentação na agricultura familiar.

O debate do primeiro capítulo faz uma reflexão sobre as perspectivas feministas na abordagem do sujeito mulher/mulheres, afirmando a existência de uma estrutura hierárquica entre os sexos que conduz as mulheres a assumirem jornada mais extensa e mais limitada no acesso à renda. Apesar de tal assimetria ser utilizada no sistema capitalista promovendo a superexploração da mão-de-obra feminina, essa situação também é reproduzida em unidades de trabalho em regime familiar.

Nesse modelo, as atividades de reprodução e sobrevivência da família são culturalmente atribuídas às mulheres. A produção para o autoconsumo tende a ser

operada por elas, o que as torna uma peça importante na qualidade da alimentação nesses espaços. O ponto de inflexão na organização do trabalho na agricultura familiar passa a ser quando, no avanço das forças capitalistas, a figura da chefia feminina é aliviada do trabalho doméstico, enfraquecendo, desse modo, a participação na reprodução alimentar das famílias agricultoras.

Dando sequência à argumentação teórica, o capítulo 2 faz uma abordagem da construção da noção de segurança alimentar, saindo de um conceito focado na fome e subnutrição, para um complexo arcabouço de elementos que se associam à alimentação conforme propõe Pessanha (2002). Como política pública, os avanços foram mais modestos ao apontar que o Estado ainda encara a questão pelo seu aspecto mais emergencial, ou seja, pela falta de acesso físico aos alimentos. Essa postura deixa a população exposta à insegurança alimentar, manifestada de diversas formas, inclusive, pela inadequação da dieta. Isso se torna evidente quando analisamos a dimensão da insegurança alimentar na população rural brasileira segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) e pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

No capítulo três, a reflexão teórica procurou analisar a alimentação dos agricultores familiares e a relação com o trabalho no autoconsumo como peça chave para a construção da segurança alimentar das famílias agricultoras. A fragilização desse espaço deixa as famílias mais expostas à insegurança alimentar manifestada pela inserção de alimentos industrializados e processados, como o macarrão. A expansão do mercado capitalista muda a lógica de sobrevivência dos agricultores familiares, enfraquecendo a dimensão da produção em relação ao do consumo (CARNEIRO, 2009).

A pesquisa de campo foi realizada no norte do estado de Goiás por ser um território com elevado percentual de agricultores familiares. Nesse espaço selecionei 2 comunidades, sendo 1 quilombola (Engenho II em Cavalcante), e outra de assentados (Nova Piratiniga em Formosa). Nelas procurei observar as semelhanças em relação à participação das mulheres na reprodução alimentar, mesmo sendo espaços relativamente distintos em relação ao processo de ocupação e à formação da identidade cultural. Como a ideia foi lançar mão de um estudo mais de cunho exploratório, o trabalho em 2 comunidades demonstrou ser suficiente.

Como o estudo buscou refletir sobre o impacto no padrão alimentar, era interessante que os povoados estudados estivessem menos suscetíveis à insegurança

alimentar por inanição. A justificativa para tanto era contornar as situações de falta de alternativa do que comer, pressupondo minimamente “escolhas” na alimentação. Dessa forma, a comunidade quilombola e um assentamento de base agroecológica aproximam-se desse quadro por ter, em ambos, uma relativa apropriação de técnicas de produção agrícola seja pela tradição, seja pelo acesso aos programas de reforma agrária.

Na análise da pesquisa de campo, a produção de alimentos é bem variada na maioria dos lotes com mais de 11 itens. A produção animal em geral restringe-se à criação de frangos e em outros casos, de porco.

Relativamente ao consumo doméstico de alimentos, os alimentos enquadrados na categoria Alimentos processados e misturas industriais e Panificados, representados respectivamente pelo macarrão e por bolachas, foi notável na maioria das casas. Para os Panificados, opera a lógica da praticidade no preparo, principalmente por comporem as refeições no desjejum. Já para a outra categoria, o acesso a esse tipo de alimento parece estar mais associado à sedução do consumo e não a uma substituição da alimentação tradicional. A assunção dessa alimentação aproxima as famílias agricultoras de um padrão urbano de consumo, marcada pela redução da variedade nutricional e pela rica composição em carboidratos, gorduras e proteína animal. Tal composição coloca as famílias mais suscetíveis à insegurança alimentar por inadequação da dieta, evidenciada pelos índices de aumento de massa corpórea, manifestação de doenças cardiovasculares e diabetes.

Mas a adoção desse padrão de consumo não segue a lógica de liberação das mulheres da produção de alimentos, já que nas entrevistas elas afirmam ainda ser um capo de trabalho delas, inclusive, na perspectiva de garantia de uma alimentação saudável. Também ainda permanecem no preparo das refeições e no trabalho doméstico auxiliadas pelas filhas mais velhas. Isso significa que em termos de trabalho reprodutivo, essas tarefas ainda continuam concentradas nas mãos das mulheres, conservando a tradicional divisão sexual do trabalho e perpetuando a superexploração da mão-de-obra feminina.

Nesse sentido, esta pesquisa não confirma a hipótese de que há uma fragilização da participação das mulheres na alimentação das famílias, expondo-as a processos de insegurança alimentar. A assunção de um padrão urbano de consumo não representa a saída das mulheres desse campo de trabalho, sendo, inclusive, interpretado como uma forma de resistência a uma alimentação insalubre. O consumo desses itens está mais ligado à sedução do consumo do que à praticidade do preparo.

1.1 Método e Metodologia de pesquisa

O desenvolvimento deste trabalho foi orientado pelo método marxista interpretado por José Paulo Netto. O autor não traz preceitos, mas noções basilares para a ação investigativa. Mais do que uma descrição do percurso acadêmico, a proposta deste trabalho é elucidar a prática de pesquisa segundo o método interpretado por Marx e posteriormente expor a metodologia adotada. O estudo partiu de uma realidade concreta para entender a essência do fenômeno estudado, seguindo o caminho das aparências para o movimento real da coisa.

Dessa forma, este trabalho é uma tentativa explícita de refletir sobre o trabalho das mulheres no campo, suas tendências e determinações. A explicação da dinâmica real do objeto estudado pode ser compreendida pelo que os estudos marxistas tratam como teoria:

O conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa. (NETTO, 2011, p. 21).

Para apreender a dinâmica real do movimento do objeto estudado, o pesquisador deve lançar mão da abstração, pois ela permite “extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável” (NETTO, 2011, p. 44). Esse procedimento é o que possibilita retirar o objeto de suas particularidades e entendê-lo por um ponto de vista mais amplo.

Com o fito de desenvolver a reflexão sobre o fenômeno, a pesquisa foi elaborada a partir do acúmulo teórico e acadêmico na temática e na aproximação à realidade das mulheres agricultoras pela pesquisa de campo. Essa forma de análise permitiu à pesquisadora cotejar o que os movimentos e o discurso tradicional propagam e a realidade oculta, observando suas contradições internas aprofundadas no modo de produção capitalista. O ponto de partida para discutir o trabalho feminino na produção de alimentos foi o aumento da situação de insegurança alimentar por inadequação de

dieta entre famílias agricultoras segundo os dados divulgados pelo IBGE na POF e na PNAD.

Como categoria do método, elegi a contradição como a mais apropriada para explicar o fenômeno do trabalho das mulheres nos espaços domésticos da agricultura familiar. Os rearranjos na organização do trabalho das famílias agricultoras têm cedido espaço às aspirações das mulheres com o intuito de aliviar a sobrecarga de tarefas. O principal espaço avaliado é o consumo doméstico de alimentos, tarefa culturalmente imputada às agricultoras. A tensão colocada no interior dessa unidade coletiva de trabalho é que no primado da mudança de padrões alimentares, que vem se aproximado igualmente das populações rurais, as mulheres despendem ou aspiram despende menos tempo com o trabalho no lote e na cozinha. A consequência tem sido a sujeição de famílias ao risco de insegurança alimentar, mas por outro lado atende a aspirações mais feministas de libertar as mulheres da imposição do trabalho doméstico.

Como categorias de pesquisa, elenquei a segurança alimentar, alimentação dos agricultores familiares e mulheres agricultoras que sustentam, respectivamente, a discussão nos três capítulos de revisão teórica. Na versão projeto de pesquisa, havia me comprometido em estudar também a soberania, tendo em vista o enfraquecimento do Estado na regulação da comercialização e distribuição dos alimentos, empurrando a sociedade a hábitos alimentares mais nocivos à saúde e à reprodução cultural. No entanto, resolvi prescindir dessa categoria por concluir que a segurança alimentar possui mais corpo histórico e teórico e abarca a discussão da relação Estado e mercado externo. Essa mudança também derivou da necessidade de aprofundar o papel das famílias agricultoras na reprodução da sua alimentação na perspectiva da segurança alimentar em vez de ampliar o universo de estudo abarcando as repercussões na vida das famílias em face da reorientação do Estado na regulação da esfera de produção e consumo de alimentos.

Nas etapas de pesquisa, privilegiei a construção do referencial teórico a fim de acurar a visão da pesquisadora antes de se lançar a campo. Isso permitiu um amadurecimento da discussão e maior propriedade na construção dos instrumentais de pesquisa. Além disso, a coleta de dados quantitativos do IBGE acerca da alimentação das famílias rurais foi essencial para dimensionar as mutações em curso.

Após finalizar a escrita prévia dos capítulos, iniciei a pesquisa de campo, redefinindo o universo de pesquisa proposto no projeto. A princípio, havia definido trabalhar com 1 comunidade quilombola e 1 assentamento com produção agroecológica.

Tendo em vista baixa presença de assentamentos que tenham produção certificada no entorno do DF, optei por trabalhar com um assentamento mais avançado no aspecto da regularização fundiária.

A escolha dessas populações se deve ao fato de restringir o estudo a famílias que asseguram minimamente uma produção de alimentos seja por técnicas tradicionais ou apropriadas mediante extensão rural, como no caso da agroecologia, e descartar aquelas que não produzem alimentos por falta de acesso aos meios de produção. Essa decisão descartou do estudo famílias com insegurança alimentar pela falta de acesso físico, uma vez que em princípio, não há relação direta desse fenômeno com as mudanças no perfil laboral das mulheres.

Na visita ao assentamento, ao questionar as famílias a respeito da produção agroecológica ou orgânica, observei que havia dificuldade em compreender tais termos, de forma que passei a perguntar em quais lotes havia um plantio sem uso de veneno ou que tivesse uma plantação “bem cuidada”. Essa estratégia viabilizou aproximar da ideia inicial de pesquisar nos marcos da produção agroecológica.

A aproximação às mulheres chefes de família foi relativamente complicada por implicar a presença da pesquisadora no espaço da intimidade doméstica. O receio à exposição de algumas questões de gênero da família é forte, ao ponto de ter ocorrido desistência das mulheres por decisão do companheiro. Com isso, optou-se por mudar a forma de abordagem. Se nas primeiras abordagens, enfatizei sobre o trabalho das mulheres na organização socioeconômica das famílias, nas últimas tive o cuidado de não iluminar questões que fossem conflituosas na apresentação. Adotei uma postura menos evidente na apresentação de gênero, expondo que se tratava de uma pesquisa sobre o trabalho das mulheres na alimentação doméstica.

Para atender aos critérios éticos na pesquisa, foi importante obter na comunidade quilombola o aval de uma liderança e a presença do agente comunitário para facilitar a abordagem nas casas. No assentamento, a filha de um dos assentados, bastante conhecida entre eles, aceitou a realização da pesquisa na comunidade e me ajudou a entrar em contato com as mulheres. Para evitar constrangimento daquelas que tinham dificuldade em escrever, fiz opção pelo uso do consentimento oral. Ao todo participaram da pesquisa 13 mulheres (4 no assentamento e 9 no quilombo).

Relativamente aos instrumentais de pesquisa, adotei o diário de campo durante toda a estadia nas comunidades para registro das minhas impressões, meus diálogos e as falas das agricultoras. Como recorda Bell (2008), o diário possibilita lembrar nomes e

situações com mais detalhes, bem como registrar ideias repentinas para a execução da pesquisa.

Para avaliar a composição das refeições preparadas pelas mulheres, foi entregue um instrumento que denominei *caderneta de alimentação*, que se assemelha ao diário de uso pessoal da pesquisadora mencionado anteriormente. Nessa técnica foi solicitado o registro durante 30 dias do conteúdo das três principais ceias diárias: café da manhã, almoço e janta. Recomendei que o registro fosse feito pelas próprias chefes ou que um dos filhos mais velhos escrevesse o relato das mães sobre a alimentação cotidiana, caso elas julgassem necessário ou não soubesse escrever. Em algumas casas, foi também imprescindível que eu me dispusesse a descrever as refeições para viabilizar a participação no trabalho. Ao final, foram coletadas 12 cadernetas (4 em Nova Piratininga e 8 no Engenho II).

A entrevista semiestruturada individual (Anexo I) foi elaborada após certo tempo de vivência nas comunidades. Nele procurou-se registrar a percepção das mulheres sobre seus ofícios e suas intenções no que diz respeito ao preparo das refeições. A comparação da caderneta com as entrevistas permitiu chegar a uma noção mais clara da mudança dos padrões alimentares a partir da dinâmica da labuta das mulheres na agricultura. Sobre as entrevistas, foram realizados dois pré-testes no assentamento Nova Piratininga.

2 QUEM SÃO ESSAS MULHERES?

2.1 Classe e desigualdade de gênero

Uma das grandes influências sobre a mudança no discurso teórico feminista, que incide no redimensionamento da categoria mulher, tem como marco o artigo *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* de Joan Scot (1989). A autora concebe com a sua argumentação, a distinção entre homens e mulheres como uma construção social baseada em corpos sexados.

A expressão anatômica é percebida e explicada pela nossa interpretação acerca dos papéis sexuais. Esse argumento enfatiza o sistema de relações que transita na construção dessas identidades, esvaziando o poder determinístico do biológico sobre o sexo e a sexualidade. Além disso, a autora explica que gênero se constitui como “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOT, 1989, p. 21), mas não a única por interagir com outras instituições sociais. Desde então, inicia-se uma opção pelo conceito de gênero como mais adequado analiticamente por comportar o discurso de diversas outras categorias identitárias em contraposição à ideologia da homogeneidade do sujeito mulher.

Nessa linha de exposição, a categoria gênero tem sido pensada como “relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual” (GROSSI, 1998, p. 5). Na base da diferença social entre os sexos, reside a apropriação e ressignificação sobre o ser mulher e ser homem que ocorre em distintos contextos e atribui papéis diferenciados aos sujeitos personagens.

Nicholson (2000) resume que o termo gênero está assentado em duas premissas elementares que se fundem: a de que a identidade possui uma base material (corpo) e a da construção social do comportamento humano. A noção de identidade de gênero consiste, portanto, no usufruto de aspectos biológicos para explicar o caráter humano, mas que a diferença por si só não é capaz de explicar a complexidade da relação masculino/feminino (SORJ, 1992). Cai por terra a explicação universal da opressão exclusivamente pelo domínio do sexo oposto, já que outros atributos físicos e sociais concorrem para a construção das identidades.

Para auxiliar essa construção argumentativa, o pensamento de Nicholson (2000) permite inferir que as mulheres podem ter experiências semelhantes por serem mulheres, mas não que elas terão sempre a mesma condição, o mesmo lugar e papel

social. Nesse sentido, a reflexão avança como uma proposta que se associa a uma leitura social sobre o corpo e suas diferenças, permitindo outras elucubrações acerca dos papéis sexuais dos sujeitos.

Na visão de Piscitelli (2002) o grande potencial do discurso de gênero consiste em ressaltar o caráter histórico e cultural da diferenciação entre os sexos, sendo um ponto de apoio para repensar os indivíduos para além da expressão material do corpo. Por isso, um dos principais argumentos dessa perspectiva de gênero é o seu caráter relacional. Isso denota que a mulher não é um sujeito pronto e acabado, mas é mutável no tempo e no espaço ao inserir-se em diferentes modos de produção e na trama das relações sociais. Essa noção joga para o campo específico das culturas a representação sobre o sujeito mulher, ressaltando a existência de distintas formas de ser, avançando na intenção de se romper com as leituras universalistas no feminismo.

Contudo, tal como as leituras feministas na teoria social moderna tiveram os seus dilemas, o discurso de gênero nas leituras pós-modernas também possui suas fraquezas. Vejamos: uma das críticas levantadas refere-se à despolitização das relações de sexo que determinadas leituras de gênero produziram ao utilizar de um (des) construtivismo exacerbado e a dissolução do sujeito *mulher* (PISCITELLI, 2002). Algumas críticas chegam a apontar ainda que tal termo coloca as relações muito no plano da diferença e menos da desigualdade (PISCITELLI, 2002; PAULILO, 2004).

Ainda que se conclua sobre a dimensão relacional no decurso da socialização dos sujeitos, é notável a persistência de uma assimetria entre os sexos, sobretudo no campo do trabalho. Colabora para essa reflexão a leitura proposta por Lavinias (1997):

[...] o sexo social – portanto, o gênero – é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo, e determina ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses. [...] O caráter relacional diz respeito às relações de dominação e opressão que transformam as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais ou exclusão. Isso significa que todo indivíduo é sexuado e que nessa condição irreduzível que virá a situar-se no mundo, ter oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares e interesses. (LAVINAS, 1997, p. 16).

A autora vai mais além do que uma detecção da construção social do gênero ao tocar em um ponto essencial desse campo de reflexões: o de que as diferenças sexuais são refletidas por uma estrutura de desigualdade persistente o suficiente para se expressar de forma semelhante em distintos processos históricos ao restringir a existência dos indivíduos a sua condição sexuada. A desigualdade não pode ser compreendida somente nas relações individuais, apontado o homem como o centro

irradiador de poder. A ideia proposta aqui é de que os estudos de gênero não apontem meramente para uma análise das diferenças ou a especificidade da opressão das mulheres como agricultoras, negras, indígenas ou trabalhadoras, mas refinem a análise sinalizando onde as desigualdades são (re)produzidas.

É elementar ressaltar ainda que as desigualdades ocorrem igualmente entre as mulheres remetendo ao debate de classes sociais, já que o mundo do trabalho é uma das dimensões das relações sociais. Ao avaliar o papel social que é designado aos sujeitos, a compreensão de gênero se torna uma discussão rarefeita caso não se faça a associação com a noção de classe. Por isso, Toledo (2009) explicita que apesar de o feminismo centralizar o debate na situação das mulheres, o dispositivo de classe as condiciona a distintas formas de inserção no mundo do trabalho e, portanto, a distintas formas de superação da opressão. Para ela, inclusive, o conceito de gênero, vulgarmente utilizado, produz falseamento da realidade ao colocar a situação das mulheres como pertinente a todas elas e não apontar o real problema da opressão, que é a apropriação dessa desigualdade pelo capitalismo.

Coaduna com esse pensamento o da militante do Setor Nacional de Gênero do MST Christiane Campos (2003), ao ressaltar que o capitalismo utiliza dessa desigualdade de gênero expondo como evidências a permanência de uma expressiva maioria de mulheres no trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, e na responsabilização por parte do Estado e da sociedade civil em imputar às mulheres o cuidado com a família. Ao atribuírem a reprodução doméstica como atividade das mulheres, elas são submetidas à condição de dupla alienação: reprodutoras “do capital e da força de trabalho” (TOLEDO, 2009, p. 53). Nessa linha de argumentação, a mão de obra feminina é duplamente explorada no processo produtivo. Tal análise ajuda a compreender a situação da mulher trabalhadora em família e, mais ainda, qual o seu papel na divisão social do trabalho.

Na análise dos papéis sexuais, parece ser rígida não só a diferenciação entre os sexos, mas a desigualdade que se reproduz no plano simbólico, o que gera impacto nas perspectivas de vida das mulheres. E tal desigualdade não se trata só de compreender a relação masculino-feminino como o movimento feminista majoritariamente trabalha, posto que deve refletir também a relação mulher-sociedade. É imprescindível reter nessa reflexão as condições de sobrevivência e trabalho das mulheres dos extratos mais populares.

De acordo com os dados do Anuário das Mulheres Brasileiras, publicados pelo Dieese (2011), quando tomado pelo viés dos rendimentos médios, é possível identificar nitidamente a assimetria entre o rendimento per capita entre homens e mulheres, sendo a renda maior sempre associada ao gênero masculino. Em todas as regiões pesquisadas, a população masculina auferiu rendimentos significativamente maiores do que as mulheres, sendo que, em algumas regiões, os rendimentos masculinos chegam a ser mais que o dobro dos femininos como acontece no Norte, Sul e Centro-Oeste rural. Essas disparidades foram mais tênues nos domicílios situados na zona urbana. Mas foi no Nordeste rural onde as diferenças foram menores, pois a dificuldade de acesso à renda parece acometer homens e mulheres de uma forma mais homogênea.

É possível identificar que as desigualdades tendem a ser maiores nos centros mais dinâmicos do país, regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (DIEESE, 2011). Nas regiões mais pobres como Norte e Nordeste, o teto médio é significativamente menor e os rendimentos inferiores pouco díspares em relação ao das demais regiões. Verifica-se, portanto, que a riqueza produzida pelas regiões é acompanhada pela desigualdade dos rendimentos entre homens e mulheres urbanos e rurais.

As assimetrias constatadas anteriormente mostram-se mais radicais quando se comparam ganhos de homens e mulheres no meio rural. Ali, os ganhos médios auferidos pelas mulheres representam apenas 51,52% do que percebem os homens. A principal causa dessa diferença diz respeito ao fato de as mulheres serem minoria no contingente de ocupadas no meio rural, sobretudo na agropecuária, - 33% das mulheres encontra-se nesse setor contra 67% dos homens (MELO; DI SABBATO, 2009) - de forma que o seu salário acaba atuando como complemento da renda masculina e não a fonte elementar, impactando de forma distinta na renda da população residente no meio rural. Além disso, como a pessoa de referência nos estabelecimentos da agricultura familiar são homens, ainda que o restante da família também trabalhe, isso significa que o retorno financeiro dessa atividade acaba sendo propriedade masculina.

Essas iniquidades não se desdobram somente entre homens e mulheres, dado que também são perceptíveis entre as pessoas do mesmo sexo. Para os homens residentes no meio rural, os valores percebidos representam 46,83% do que recebem os homens no meio urbano, conforme tabela 1. Essa relação é menos radical quando se toma os ganhos das mulheres urbanas e rurais. Nesse caso, enquanto os rendimentos médios das mulheres urbanas atingem R\$593,00, no campo essa média cai para R\$255,00. Esse

fosso menor entre as mulheres pode ser alvo da precariedade do trabalho feminino, cortando o rendimento por baixo.

Tabela 1 - Rendimento médio das pessoas com mais de 10 anos por sexo e localização do domicílio no Brasil em 2009

		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Urbana	Homens (A)	1057	794	701	1190	1259	1253
	Mulheres (B)	593	443	429	656	695	680
	B/A	56,10%	55,79%	61,19%	55,12%	55,20%	54,27%
Rural	Homens (A)	495	503	305	613	817	718
	Mulheres (B)	255	221	205	311	347	262
	B/A	51,52%	43,94%	67,21%	50,73%	42,47%	36,49%

Fonte: Dieese (2011).

Em relação à participação das mulheres no mercado de trabalho apresentada na tabela 2, os dados evidenciam percentual pouco animador quanto à situação de economicamente ativas. De acordo com a Pnad de 2009, as mulheres com rendimentos no meio urbano e rural não ultrapassam 53% da PEA feminina, enquanto que para homens com rendimentos no meio rural e urbano marcam 71% e 78% respectivamente.

Esse fenômeno pode ser a expressão da discriminação que as mulheres sofrem no mercado de trabalho, mas pode significar igualmente a permanência em postos de trabalho mais flexíveis e, por conseguinte, mais precários devido ao compartilhamento da carga de trabalho com o trabalho doméstico.

Merece atenção ainda o baixo percentual de mulheres enquadradas como economicamente ativas no meio rural em relação ao de homens. Isso é uma das expressões do fato de as agricultoras serem subcontabilizadas estatisticamente por conta da sua dedicação ao trabalho doméstico não-remunerado, sendo pouco reconhecidas na agricultura.

Tabela 2 - Distribuição da População em Idade Ativa (PIA) por condição de atividade, segundo o sexo e localização do domicílio no Brasil em 2009 (%)

		Urbano	Rural
Homem	Economicamente ativas	71,1	78
	Não Economicamente ativas	29,8	22
	Total	100	100
Mulher	Economicamente ativas	52,7	53,2
	Não Economicamente ativas	47,3	46,8
	Total	100	100

Fonte: Dieese (2011).

São igualmente elucidativos os dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, segundo os quais as mulheres correspondem a 30,45% da mão-de-obra feminina ocupada em estabelecimentos agropecuários. Porém, esse número remete exclusivamente à condição de assalariamento empregado nesses estabelecimentos, deixando de contabilizar o trabalho doméstico e do autoconsumo quando ele não é remunerado.

A condição de assalariamento não é um fator determinante no que é produtivo ou não, mas identifica o que é socialmente valorizado. Nesse sentido, é relegado à mulher um papel de coadjuvante no contexto das relações de produção no campo, relação essa que se desdobra também no interior da família. No meio urbano, esse não reconhecimento provocou conjuntamente à inserção da mulher no mercado de trabalho formal uma dualidade do trabalho feminino.

A divisão sexual do trabalho mantendo o encargo doméstico como atribuição feminina parece ser um fenômeno extensivo a toda a sociedade e não somente ao meio rural. Novamente segundo os dados da Pnad de 2009, a diferença de tempo gasto com afazeres domésticos entre mulheres e homens ultrapassa 20 horas quando se trabalha até 14 horas por semana, sendo a distância mínima de quase 10 horas a mais quando a jornada semanal de trabalho é de 49 horas ou mais de acordo com a tabela 3.

Na média geral, as mulheres despendem 21,6 horas semanais com essa labuta, enquanto que entre os homens a média é 9,5 horas. Entre as mulheres a carga de trabalho semanal total pode ultrapassar 67,4 horas semanais. Mesmo quando as mulheres possuem uma jornada de trabalho extra doméstica extensa, as atividades dentro de casa ainda tomam uma quantidade significativa do tempo dessas mulheres.

Tabela 3 - Tempo médio semanal dedicado aos afazeres domésticos pelas/os ocupadas/os por sexo, segundo a jornada semanal de trabalho

	Homem	Mulher	Total
até 14 horas	10,2	30,3	26,3
15 a 39 horas	10,6	24,4	20,5
40 a 44 horas	9,4	18,3	14
45 a 48 horas	9,7	19	14
49 horas ou mais	8,8	18,4	13
Total	9,5	21,6	16,5

Fonte: Dieese (2011).

Contudo, entre as mulheres a contagem do dispêndio de tempo merece uma ressalva. Para aquelas em regime de trabalho familiar, essa separação de horas dedicadas às atividades na agricultura não é tão clara, uma vez que o tempo dedicado ao trabalho fora do domicílio, seja ele remunerado ou não, e as jornadas com os afazeres da casa e provisão interna da família, tendem a se misturar no imaginário da maioria das mulheres, especialmente nas lides agrícolas, refletindo os limites da mensuração da jornada de trabalho feminina nas estatísticas. Essa fusão é reflexo de uma dificuldade de definir o espaço da casa e o espaço das atividades agrícolas, sobretudo quando o quintal aparece como uma extensão do domicílio (SILVA; PORTELLA, 2006).

Por isso, a exposição de Silva e Portella (2006, p. 140) representa de forma eloquente o cotidiano das mulheres agricultoras ao estudar o Nordeste brasileiro: “ao sucederem-se sem uma demarcação de jornada de trabalho, o trabalho doméstico e o trabalho produtivo se misturam e se complementam, continuamente, só cortados pelos momentos fundamentais de reposição de energia humana: a alimentação e o sono”. Para as mulheres agricultoras, o momento de descanso não é imputado pelo cansaço físico ou pelo término das tarefas e sim pela sua rotina biológica de comer e dormir.

A extensa jornada de trabalho tem origem na condição de invisibilidade da labuta feminina no lar. Por ser culturalmente visto como uma inclinação natural para essas atividades e menos um espaço de aprendizado e replicação de práticas tradicionais, o trabalho no lar deixa de ser visto como tal. Na realidade concreta, mesmo que elas se comprometam com outras tarefas, ainda permanece a obrigação com o cuidado da família, configurando o acúmulo de diversas jornadas de trabalho. Mesmo sobrecarregadas, isso não se reverte em valorização do trabalho feminino e, sim, restrições no acesso à renda e outras garantias relativas ao reconhecimento.

A crítica de Carrasco (2004) elucida que frequentemente as análises apontam a ideia de família rural como um todo orgânico e coeso, prescindindo da trama que acomete a forma de produção familiar. Essa construção escamoteia uma realidade de divisão de papéis sociais como sendo um espaço ausente de conflitos e contradições nas relações internas. Ao se cotejar as estatísticas acerca do trabalho, percebe-se que a diferença entre os sexos transforma-se em desigualdade social e econômica. A intenção não foi somente mostrar as desvantagens experimentadas pela população feminina, mas mostrar que elas possuem acesso a piores condições de trabalho. Isso não significa que as mudanças no mundo do trabalho não aflijam homens ou que nos casos em que ocorra esse fenômeno seja menos importante. Esta pesquisa converge com a fala de Campos

(2011) de que se a precarização, a flexibilização e a intensificação da jornada de trabalho foram características relevantes das últimas décadas, esses elementos foram sentidos com mais intensidade pelas mulheres por conta do seu processo de socialização.

Toda essa análise nos leva a reconhecer que a dinâmica de gênero não é tão fluida quanto algumas leituras feministas acreditam ser. Segato (1998) é incisiva ao argumentar que gênero está subsumido a uma estrutura de poder que denota as representações do masculino e do feminino refletidas pelas anatomias dos sexos colocadas em um plano hierárquico. Essa hierarquia no mundo do trabalho significa a inserção diferenciada entre os sexos que no âmbito do modo de produção capitalista, bem como nas unidades de produção familiares como se constatou acima, há uma super exploração da força de trabalho das mulheres em relação à dos homens e limitações no acesso à riqueza socialmente produzida.

Nessa seção, ao tratar o sujeito mulheres remetendo-o às diferenças identificadas pela via do pertencimento de classes sociais e pela condição de moradia, a intenção foi desbordar os limites dados por essas diferenças e buscar identificar as características de inserção que tais diferenças exibem quando vistas e tratadas no mundo do trabalho. Nesta seção procuramos expor sobre a exploração da mão-de-obra feminina ressaltando que, para além da reprodução dos papéis de gênero, as assimetrias, tanto entre os pares sexuais quanto entre as mulheres, são fruto desse mesmo processo de socialização, definindo oportunidades, expectativas e posições sociais distintas para as mulheres.

2.2 “Somos mulheres agricultoras!” Desempenho e reconhecimento nas lides agrícolas

Se o interesse proposto é estudar o papel das agricultoras em regime de trabalho familiar, a discussão restrita aos sujeitos mulheres poderia culminar em um viés urbano sobre tais relações de trabalho. Nesse intento pretendo interseccionar o conceito de gênero e mulheres na agricultura familiar para refletir melhor acerca das mulheres na agricultura familiar. Como predomina na pequena agricultura a organização do trabalho de forma menos individualizada, as visões constantemente colocam a instituição família como elemento fundamental para compreender a realidade dessas mulheres.

Por uma conceituação mais sociológica, Shanin (1979) utiliza o termo *camponês*, que apesar de suas deficiências/insuficiências explicativas no que se refere à

conceituação/teorização, comporta uma variedade de arranjos sociais que tipicamente se baseiam no trabalho familiar. Seja como classe ou modo de produção, o fato é que “o termo camponato não implica a total semelhança dos camponeses em todo mundo” (SHANIN, 1980, p. 75). Obviamente que esse segmento não é o único a utilizar o trabalho em família, mas refere-se à exploração e uso da terra para garantir seu sustento.

Essa interpretação é útil, pois abarca uma gama de grupos classificados em identidades sociais distintas, mas que possuem uma referência em comum: o uso da terra para viver e a divisão do trabalho em família. Independente dos valores culturais que estejam subjacentes à organização social do grupo, verifica-se a permanência da relação com a terra como fonte de sobrevivência e reprodução social. Para todas essas categorias, persiste o vínculo de trabalho com a terra mesmo quando o trabalho é assalariado e mesmo que na terra se permita somente a exploração temporária.

Essa lógica de reprodução baseada no trabalho em família concebe aproximações com outros tipos de atividades tipicamente citadinas. Faz parte da estratégia de reprodução da agricultura familiar a procura por outras atividades que possam complementar a renda da família com trabalhos tanto na agricultura como outros próprios do espaço urbano. A busca por empregos na cidade não necessariamente é expressão do fim da agricultura de base familiar, podendo, inclusive, representar a permanência da unidade no meio rural.

Essa estratégia é alvo de diversos grupos de agricultores, mesmo para aqueles que não detêm a terra como bem particular. No Brasil, nos espaços onde ainda impera a luta pela propriedade da terra, a mulher geralmente fica no domicílio cuidando do lote e da reprodução da família na terra, enquanto o homem é a figura que se mobiliza para procurar trabalho externo à unidade. Em alguns pré-assentamentos do Pontal do Paranapanema¹, as evidências demonstraram que os homens migravam para outras regiões para trabalhar como boias-frias, enquanto que as mulheres permaneciam fixas com a função de ocupar e cuidar da terra (MELO, 2006).

A permanência da mulher no lote é mais frequente nas situações de ocupação da terra, sendo respaldada tanto pelo fato de ter que alimentar o grupo familiar quanto por uma estratégia de luta. Outros relatos sustentam que também é recorrente as mulheres

¹ O Pontal do Paranapanema é uma região localizada no sudoeste de São Paulo que comporta 32 municípios do estado com 18441,60 km². Na década de 1980, passou por tensões sociais ocasionadas pela elevação concentração de terras e pela implementação de grandes empreendimentos hidroelétricos. Esses fatores levaram a uma massa trabalhadores sem-terra e atingidos por barragens a reivindicar desapropriações fundiárias. Nesse sentido, o Pontal foi palco de um dos principais conflitos de terra no Brasil, abrigando 5.853 famílias em assentamentos rurais (<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>).

assumirem o trabalho na cidade, enquanto os homens ficam acampados a depender de condições de trabalho e remuneração para a atividade encontrada (RUA; ABRAMOVAY, 2000). Contudo, o sujeito que torna a família pluriativa² tende a se igualar entre homens e mulheres quando de fato se consolida o processo de aquisição da terra. Mesmo nessa nova configuração, as evidências sinalizam que as tarefas de cuidado da casa, dos demais residentes e da alimentação ainda permanecem como atribuição das mulheres.

Explica-se, portanto, que as atribuições entre os indivíduos da família são diferenciadas e determinadas de acordo com a posição social dos indivíduos. Segundo Wedig *et al* (2008), em geral, aos homens é reservado o trabalho externo à propriedade, o cuidado com a produção para venda, com os animais de grande porte e com atividades que sejam vistas como “trabalho pesado” e que contam com a contribuição das mulheres. Às mulheres são reservados os papéis de cuidado do lar, do quintal e dos membros da família. O estudo amplo que Ester Boserup (S.d.) realizou sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura demonstrou que em praticamente todos os continentes as mulheres atuavam no autoconsumo sem o auxílio dos companheiros ou, algumas vezes, compartilhado. Em nenhum dos países estudados a mulher deixou de apresentar-se no espaço de produção destinado ao consumo da família.

No Brasil a pesquisa de Melo e Di Sabato (2009) expõe que 41% das mulheres ocupadas no setor agropecuário encontravam-se em atividades de autoconsumo em 1993, enquanto que apenas 5,3% dos homens dedicavam-se a essa função. Em 2006 o quantitativo de ambos aumentou para 46,6% e 12% respectivamente. A comparação entre os dois períodos sugere pouco aumento, mas expressa uma tendência crescente, ao menos, de reconhecimento do papel que elas exercem na agricultura. Esses dados atestam não só o peso das mulheres no autoconsumo, mas também a sua primazia, dado o baixo percentual de homens em 2006 nessas atividades.

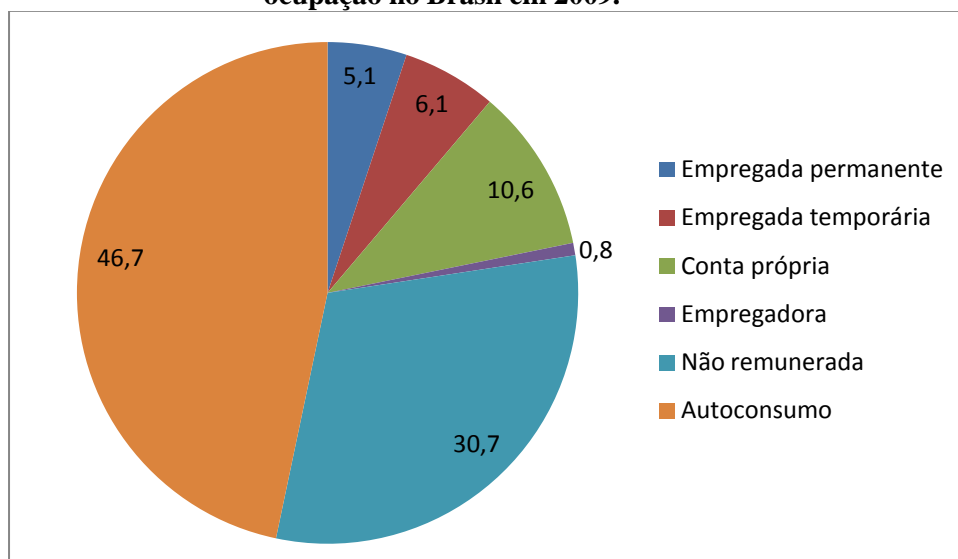
Quando somados o peso do autoconsumo com as atividades não remuneradas, tem-se um total de 80% das ocupações das mulheres, o que demonstra o reduzido percentual de assalariamento para elas nesse setor como evidencia o gráfico 1. Enquanto

² A pluriatividade da agricultura é definida por Schneider (2003) como um fenômeno socioeconômico presente na estrutura agrária, em que famílias residentes no meio rural optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mesmo mantendo vínculo com a agricultura e com o meio rural. Muito embora tal conceito se enquadre na realidade do Sul do Brasil e da Europa, no Nordeste a migração ocorre para tarefas agrícolas como é o caso dos meeiros e dos boias-frias. Pelo Censo Agropecuário, em 53,17% dos estabelecimentos, o produtor declarou exercer atividade exclusivamente não-agrícola fora do eu estabelecimento.

73,83% dos homens encontravam-se em atividades remuneradas, apenas 19,67% das mulheres em 2006 (MELO; DI SABBATO, 2009). É reduzido o contingente de mulheres que se dedicam a atividades remuneradas ou que se vinculam a algum tipo de retorno financeiro, pouco representadas, sobretudo, na condição de empregadoras.

A concentração em atividades não remuneradas é efeito da destinação de atividades domésticas às mulheres, que no meio rural, em sua maioria, não são assalariadas, atuando em regime de trabalho familiar. Essa constatação reforça o fato de que as tarefas de cuidado da casa e sua extensão são tradicionalmente assumidas pelas figuras femininas da família. Portanto, a principal forma de inserção das mulheres no setor agropecuário é pela via do autoconsumo.

Gráfico 1 - Distribuição das mulheres ocupadas na agropecuária por posição na ocupação no Brasil em 2009.



Fonte: Dieese (2011). Elaborado pela autora.

Dentre as atividades exercidas pelos sexos, os homens ainda predominam nas atividades de lavoura e pecuária tanto no contingente de homens (57,4% e 21,3%) quanto na composição por atividade (72,5% e 82,9%). Essas são culturas tipicamente mercantis, sendo uma expressão da presença deles em ocupações remuneradas. Já as mulheres eram responsáveis por 88,1% das culturas de aves e 56,7% de pequenos animais e de horticultura/floricultura em 1993, e por 80,6% e 49,7% respectivamente em 2006. Porém quando se analisa a dedicação a essas atividades do total de mulheres ocupadas, verifica-se que as lavouras são as atividades que mais absorvem mulheres, sendo o cuidado com aves e pequenos animais a segunda que mais comporta mulheres.

Mesmo apresentado uma tendência de aumento da participação masculina nas atividades de autoconsumo, esse fenômeno parece atuar como um reflexo do processo de comercialização da produção dessas atividades (LOMBARDI, 2009). Isso pode ser visto pelo aumento, mesmo que pequeno, de homens em atividades típicas da agricultura familiar, de modo que 19,4% trabalhavam com aves e pequenos animais e 50,3% com horticultura/floricultura em 2006; em 1993 eram de 11,9 e 43,3 respectivamente pela tabela 4. Essa tendência, portanto, é menos reflexo de uma igualdade de posições na agricultura e mais uma tendência de comercialização de produtos derivados do cultivo para o autoconsumo, de forma que os homens ainda preservam o espaço de comercialização da agricultura.

Tabela 4 - Principais atividades do pessoal ocupado na agropecuária segundo o sexo no Brasil

Atividade	(% na atividade)				(% no sexo)			
	1993		2006		1993		2006	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Lavouras	73,1	26,9	72,5	27,5	67,5	47,7	57,4	44,3
Pecuária	82,7	17,3	82,9	17,1	19,9	8	21,3	8,9
Aves e pequenos animais	11,9	88,1	19,4	80,6	1,9	27,2	3	25,5
Horticultura e Floricultura	43,3	56,7	50,3	49,7	4,5	11,3	8,1	16,4
Pesca e Aquicultura	88,9	11,1	86,4	13,6	3	0,7	3	1

Fonte: Melo e Di Sabbato (2009).

As evidências a respeito disso são corroboradas no estudo de Krone e Menasche (2012) sobre a agricultura no sul do país ao indicar que, por vezes, o homem participa da plantação destinada ao consumo interno, porém com culturas que possuem certa alternatividade. Um desses exemplos é o cultivo de feijão que geralmente é plantado tanto para venda quanto para abastecer a família. Quando a dedicação se volta para o pomar e as hortaliças, no caso de culturas que são quase integralmente para autoconsumo, as mulheres assumem a responsabilidade. Tais autores concluem que as mulheres possuem papel crucial na garantia da segurança alimentar do grupo familiar ao desempenhar atividades não só no espaço da culinária e da cozinha, mas na administração da produção e do consumo de alimentos desse grupo.

Converge com a defesa desse argumento o fato de que além do autoconsumo, as mulheres são responsáveis pelas trocas dentro da comunidade que possibilitam diversificar o cardápio da unidade familiar e preservar os vínculos sociais. O trabalho no quintal da casa, seja para consumo ou para estética do lote, o cuidado com pequenos

animais ou com aquilo que seja destinado para a alimentação interna são tipicamente atribuições femininas, sendo a participação masculina menos perceptível nesses espaços. São elas as principais responsáveis pelo consumo da unidade familiar, assumindo o controle pelos hábitos alimentares da família (PANZUTTI, 2006; PORTELLA; SILVA, 2006; KRONE; MENASCHE, 2012).

O estudo de Melo (2006) sobre o semiárido brasileiro também aponta que as mulheres são ativas no manejo dos recursos hídricos, empenhando-se no abastecimento de água para o consumo direto e indireto da unidade familiar como ingestão, preparo dos alimentos e higiene pessoal. Também assumem o provimento de água para cuidado com os animais de pequeno porte e para o cultivo agrícola. Cabe ressaltar que, não obstante essa análise da divisão do trabalho dentro da família agricultora, o trabalho familiar implica a presença ou ausência dos sujeitos em diversos momentos do processo de trabalho. Assim, mesmo que o espaço da roça para venda e o cuidado com grandes animais seja efetuado principalmente pelo pai, as mulheres se encarregam do abastecimento da cisterna da família, quando feito individualmente, e o homem, quando o transporte é feito por carroça.

Nesse sentido, se a agricultura familiar é reconhecidamente o principal produtor de alimentos no Brasil, merece atenção o papel das mulheres agricultoras como as protagonistas nos cultivos de autoconsumo, contribuindo para a segurança alimentar desse grupo social.

2.3 Mutações no mundo do trabalho das mulheres

As mudanças que incidiram no trabalho feminino com o avanço das formas capitalistas de exploração não incidiram somente nos espaços urbanos e nas indústrias com a proletarização da mão-de-obra das mulheres. Eles perpetraram, inclusive, na organização do trabalho na agricultura familiar, no qual as análises apontam fundamentalmente a modernização agrícola como o seu principal propulsor.

Para Boserup (S.d.), o desenvolvimento econômico e social provoca a desintegração da tradicional divisão do trabalho no campo entre ambos os sexos, de forma que nesse processo, a mulher é privada de suas funções produtivas na agricultura. A explicação principal para tal evento consiste em que o desenvolvimento potencializa a especialização do trabalho com a intensificação da produção em algumas culturas, reduzindo a diversificação agrícola. Como o trabalho das mulheres se apoia nos cultivos

para a subsistência da família que possuem maior variedade, esse espaço acaba sendo reduzido com o avanço da especialização.

Entretanto, a especialização não é só fruto de uma escolha dos agricultores por alternativas de igual peso. A ideia central consiste em que o agricultor, para entrar em um mercado altamente competitivo, necessita concentrar esforços em alguns ou em um único cultivo que possuem maior lucratividade ou procura no mercado. O contraponto disso é que, em geral, ou se vende para grandes corporações que controlam o preço pago por essa produção ou se vende para mercados pequenos em que as condições de pagamento são mais imprevisíveis. É notável que o desenvolvimento agrícola engendre uma submissão crescente dos agricultores familiares ao mercado, tanto pelo lado dos preços cotados quanto pela opção do que será cultivado, esfacelando a autonomia dos produtores, inclusive, na garantia do seu próprio abastecimento.

Nesse movimento de dedicação aos cultivos mais rentáveis, o espaço do autoconsumo acaba sendo prejudicado. Boserup (S.d.) ressalta que, se antes a família provia, se não integralmente, ao menos boa parte do seu sustento, com essa mudança, o consumo da família acaba sendo garantido por alimentos externos ao lote. Se antes a garantia não passava pelo acesso à renda, agora, com o aumento do consumo via mercado, o acesso à renda passa a ser essencial, obrigando os indivíduos a procurarem trabalho assalariado para suplementar o orçamento da família.

O estudo de Gazzola (2004) confere força ao argumento de Boserup (S.d.) ao identificar que há um processo de mercantilização da agricultura familiar no qual as famílias que mais consomem produtos externos à unidade produtiva são as que possuem menor produção para o autoconsumo. Além disso, o estudo constata que no sul do país as culturas como soja, milho e fumo têm se expandido a expensas das culturas tradicionais da agricultura familiar como feijão e mandioca.

Gazzola (2006, p. 100) descreve que esse movimento restado na agricultura repercute na agricultura familiar da seguinte forma:

[...] o padrão de desenvolvimento agrícola centrou seus esforços no aumento da produtividade física dos chamados cultivos dinâmicos, rentáveis e de fácil inserção mercantil e vulnerabilizou os de autoconsumo, que possuem importância na segurança alimentar da agricultura familiar.

O avanço tecnológico e a modernização da agricultura proporcionou aumentos na produtividade e inserção no mercado para agricultores familiares, mas uma inserção extremamente penosa, mormente para a alimentação dos agricultores.

Nesse sentido, Boserup (S.d.) conclui que com a redução do espaço do plantio para a família, o trabalho feminino também é estiolado. A divisão do trabalho que era basicamente restrita ao coletivo familiar, torna-se cada vez mais externo a ela. Em um primeiro momento têm-se pai e filho como as principais figuras que se dedicam à labuta nas fábricas ou na produção latifundiária monocultora. Posteriormente, os demais membros também são impulsionados a essas atividades, recrudescendo o plantio para autoprovisionamento.

Mesmo no interior das unidades da agricultura familiar, essa modernização da agricultura gerou alterações significativas na divisão do trabalho. A forte mecanização do campo diminuiu a coletivização do trabalho, de forma que o homem, com o auxílio do trator, da colhedeira entre outras tecnologias, prescinde de força-de-trabalho para tocar o cultivo da lavoura. Como consequência, as mulheres deixaram de atuar nos espaços de cultivo e cuidado dos animais, principalmente, aqueles de potencial de venda, concentrando-se nos afazeres domésticos e, na maioria dos casos, liberando mão-de-obra para dedicar-se ao trabalho assalariado. Para muitas mulheres, o trabalho no roçado e no autoconsumo garantia a reprodução da sua identidade como agricultora e as mantinha em atividades mais dinâmica do que as tarefas dentro de casa (PANZUTTI, 2006). Portanto, outra expressão do avanço das forças capitalistas no meio rural é designada pelo aprofundamento da execução individual das tarefas mesmo nas unidades produtivas familiares.

Nesse processo de individualização do trabalho³, Stolcke (1982) é elucidativa ao afirmar que ocorre uma redução das hierarquias no interior das famílias sem, contudo comprometer a rígida divisão dos papéis entre homens e mulheres no interior das famílias, nem na definição tradicional do trabalho feminino. Inclusive, no cerne desse processo, a autora afirma que houve uma desvalorização do trabalho doméstico na medida em que a mulher passou a sair de casa para auxiliar a sobrevivência da família (STOLCKE, 1982). Para Saffioti e Ferrante (1983), o deslocamento da mulher tanto no

³ O processo de individualização do trabalho é um dos desdobramentos do capitalismo na organização social do trabalho. Para que tal sistema se desenvolva-se, foi necessário em primeiro momento que ele dissolvesse a organização coletiva do trabalho familiar que garantia certa autonomia ao trabalhador do campo, destinando força de trabalho para as indústrias. Contudo, se essa individualização foi um dos fatores que favoreceram as revoltas feministas ao igualar a condição de mulheres e homens no plano das atividades financeiras, por outro lado, o capitalismo não excluiu o trabalho doméstico por ser imprescindível para a reprodução do operariado (CARRASCO, 2011). Ressalta-se que essa é ainda uma das grandes contradições do capitalismo incidindo no trabalho das mulheres.

lote da família quanto para atividades externas para além de provocar perdas na dieta das famílias reduziu o status social das agricultoras.

Por isso, longe de concordar com Boserup (S.d.) quanto à perda das funções produtivas das mulheres quando elas são privadas do exercício no lote, essa tese entende que elas entram na lógica do trabalho produtivo quando se inserem no mundo do trabalho assalariado. O que concretamente parece ocorrer é um estiolamento do papel da mulher no cuidado com a produção para subsistência da unidade e, por conseguinte, na sua condição de agricultora.

No entanto, tais estudos parecem contradizer não só a primazia, mas o aumento das mulheres no trabalho com o autoconsumo. Diante desse panorama, é possível especular duas questões: ou há um contramovimento forte de proteção desse espaço em defesa da segurança alimentar das famílias como reflexo da afirmação das mulheres como agricultoras na sociedade e nas políticas públicas; ou, mesmo com a maior participação das mulheres nessas atividades, isso não prescinde de que elas também têm se dedicado a outros afazeres, principalmente externos à unidade agricultora, fragilizando a segurança alimentar das famílias e a sua condição de produtoras rurais.

Esta pesquisa será orientada pela segunda hipótese, principalmente quando 51% das interlocutoras pesquisadas na Marcha das Margaridas (IPEA, 2012) revelavam que a produção no lote era insatisfatória para o consumo da família e os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares indica uma redução da aquisição de alimentos mediante produção própria como será mostrado no próximo capítulo.

Com isso, a pesquisa de campo nos permitirá confirmar se as mudanças no campo da alimentação têm aprofundado essa transição do papel da mulher, mesmo nos lugares onde a tradição de hábitos alimentares e práticas produtivas foram mais preservadas como nos quilombos, e naqueles onde a agroecologia atua na expectativa de recuperar a autonomia dos agricultores em regime de trabalho familiar frente ao papel avassalador do mercado e da modernização da agricultura.

3 ALIMENTAÇÃO DOS AGRICULTORES EM REGIME DE TRABALHO EM FAMÍLIA: EXPOSIÇÃO AOS PADRÕES ALIMENTARES URBANOS

3.1 A reprodução social agricultura familiar e o espaço do autoconsumo

A unidade familiar é um dos principais elementos de análise da reprodução da pequena agricultura não só pela força de trabalho empregada, mas também pela organização do consumo. Para o destacado autor Alexander Chayanov (1974), o estudo sobre o campesinato exige “uma teoria de uma unidade econômica ou, o que é o mesmo, da atividade econômica da força de trabalho doméstica e não o é acerca da produção agrícola camponesa” (CHAYANOV, 1974, p. 70). Muito embora haja uma discussão profunda em relação à categoria campesinato, o estudo de Chayanov pode ser usado como basilar para a discussão da agricultura em regime familiar por levantar o debate sobre a alocação de mão de obra e a relação que se guarda com o consumo interno. Isso significa concentrar a compreensão não na produção de alimentos isoladamente, mas na relação que a esfera produtiva estabelece com a esfera de consumo. Por isso, o autor acreditava que as necessidades de consumo da família ordenariam a organização do trabalho desta unidade, e não o inverso em que o trabalho familiar determinaria o consumo.

Em síntese, a sobrevivência da unidade seria parte de uma equação entre consumo e trabalho, em que a quantidade de trabalho despendida seria dada pelas necessidades da família (CHAYANOV, 1974). Se o consumo supera as condições de produção, a família vive uma situação de precariedade. Isso pode ocorrer tanto ao longo de um ciclo de trabalho como durante o ciclo da família em que, quando se tem um grupo integrado por indivíduos parcialmente ou integralmente inaptos ao trabalho, há uma sobrecarga na demanda. É relevante para esse dimensionamento a quantidade de membros na família que compõe a esfera do consumo e a esfera do trabalho. A quantidade de membros disponíveis e capacitados balizaria a força de trabalho da família e, mais ainda, indicaria o arsenal de estratégias de reprodução da família. Porém, em tempos de atividade intensa, a unidade econômica pode adquirir força de trabalho externa com a ajuda de vizinhos ou contratando trabalhadores de fora.

Por esse ponto de vista, as demandas da unidade influenciariam na organização do trabalho em família, de modo que Chayanov (1974) declara que a intensidade da autoexploração da mão-de-obra dependeria do peso que as necessidades da família

exerce sobre os trabalhadores ativos. No período em que somente o pai e a mãe estivessem habilitados para o trabalho, o nível de dedicação ao trabalho seria maior do que nos períodos em que a família já dispusesse de filhos mais velhos que contribuíssem como mão-de-obra. Em famílias monoparentais, esse grau de autoexploração tenderia a ser maior. Isso indicaria que a realidade do trabalho no campo, longe de ser estável, seria significativamente volúvel, inclusive, ao longo de um ano em que se verificam períodos de maior e menor produção no lote, períodos de safra, produção regional nas fazendas que utilizam trabalho assalariado ou diaristas, entre outros fatores.

Ainda sobre as relações produtivas na unidade doméstica, Chayanov (1974, p. 139) acrescenta que a autoexploração é mediada também “pelas condições específicas reais de produção da unidade, sua situação de mercado, e pela localização da unidade em relação aos mercados (que determina o grau de fadiga do trabalho)”. As escolhas em relação ao trabalho seriam, desse modo, avaliadas pela intensidade do esforço que a atividade exerce e pelo retorno financeiro que ela pode obter. A depender das condições de exploração da terra ou do mercado e da urgência em suprir o consumo necessário, a composição do trabalho familiar pode variar significativamente.

Vale sublinhar que o trabalho familiar não se limita à condição de abastecimento das necessidades familiares, podendo superar essas como previsão de uma margem de “conforto”. De outro modo, isso significaria viver sob o constante risco de privações e carências. A partir de uma avaliação do consumo é que se toma como partida para quantificar o trabalho necessário que, em situações de risco, coloca essa equação muito mais desequilibrada, desenhando as estratégias que as famílias possuem para suprir suas necessidades.

É coerente com a organização do trabalho na agricultura familiar existirem membros da família ocupando atividades assalariadas fora do lote com o fito de garantir a sobrevivência do coletivo e aliviar a intensidade da autoexploração dos trabalhadores. A associação com outras categorias de trabalho não necessariamente aponta para um processo de extinção da agricultura de base familiar, mas relaciona-se a sua forma de sobrevivência e desenvolvimento.

A concepção sobre o trabalho assalariado como um dos pontos de apoio para a produção/reprodução da agricultura familiar enfraquece o pensamento de muitos autores de que o avanço das forças capitalistas faria extinguir essa categoria, dado que a sua sobrevivência se consorcia em variados graus ao trabalho assalariado externo ao lote.

Porém, não há dúvida que o desenvolvimento capitalista no campo impactou na reprodução social desses trabalhadores, colocando-os em uma situação de insegurança e fragilização de sua autonomia como se verá adiante.

Para Chayanov (1974) essas mudanças incidiram na organização dos trabalhadores no campo, mas longe de preverem a sua extinção, elas se articulam a lógica de sobrevivência desse grupo. Mas o grande êxito desse autor foi entender a contingência que o consumo necessário exerce sobre a unidade produtiva. Isso possibilitou aprofundar as reflexões sobre essa categoria de trabalho, conforme apresenta o pensamento de Beatriz Heredia (1979, p. 154):

[...] não é apenas possível estabelecer uma dissociação entre unidade de produção e unidade de consumo, como também é exatamente a distância existente entre ambas que constitui o marco fundamental e necessário para a compreensão da própria vida econômica camponesa.

A autora enaltece a divisão da organização camponesa, que tratamos aqui como próxima à realidade da agricultura familiar, ao expor que, apesar de consumo e produção estarem muito próximas, é imprescindível a separação entre ambos os componentes para não recair na redução de um fator a outro ou reduzir as relações sociais de produção no campo à produção agrícola. A partir de um estudo antropológico, a autora procurou entender a organização do trabalho na unidade doméstica e a lógica da produção no lote, seja para o autoconsumo como para a venda. Isso permite trazer para o campo das discussões o papel do autoconsumo na lógica da reprodução da agricultura familiar, como mais do que um dos espaços de trabalho, mas como um dos espaços de resistência desses trabalhadores à subsunção ao mercado.

A produção na agricultura familiar, em regra, obedece a uma separação entre os cultivos destinados ao mercado e àqueles destinados à venda. A forma de cuidado, o planejamento e o tipo de cultivos nesses espaços são distintos. No espaço do autoconsumo a produção tende a atender não somente a esses critérios de venda para conseguir abastecer o consumo com alimentos de fora. O autoconsumo representa o suporte da alimentação das famílias, refletindo hábitos alimentares regionais e itens que sejam relevantes para a alimentação da família. Além disso, o plantio “pro gasto” tem impactos monetários sobre o orçamento doméstico mensal, amortecendo o gasto com aquilo que a família não tem condições de produzir, mas que igualmente fazem parte da dispensa da casa. Essa produção reflete, em suma, as reservas materiais não financeiras

da família que não podem ser comprometidas com as flutuações do mercado como a produção para venda.

Já a lavoura comercial é característica daqueles agricultores mais estáveis que têm condições de se arriscar no mercado. Eles empenham parte do esforço e dos recursos financeiros que são vistos como mais lucrativos, sendo o autoconsumo uma estratégia de redução do custo de reprodução da unidade pela via do abastecimento direto. Entre os agricultores mais pauperizados, a lavoura comercial é mais acanhada, plantando quase que somente “pro gasto”. De qualquer forma, para ambos o plantio para consumo interno é indispensável para o abastecimento das necessidades da unidade.

Porém, nem todas as culturas obedecem rigorosamente a essa separação. Algumas culturas típicas da agricultura familiar como feijão, milho, arroz e mandioca seguem o princípio da alternatividade. Esses cultivos não se restringem ao consumo do lote, podendo ser vendidos em momentos de maior necessidade ou quando os preços no mercado estão satisfatórios. Isso possibilita que, em vez de garantir o consumo direto, tais produtos sejam vendidos para comprar aquilo que a família não produz ou itens de pior qualidade, mas que satisfaçam o consumo da família temporariamente. Além disso, são produtos de “cultivo longo”, o que significa que a unidade econômica pode planejar melhor a comercialização e garantir maior segurança à sobrevivência da família (HEREDIA, 1979; GARCIA JUNIOR, 1989).

Já outros itens, como as verduras, acabam tendo boa parte da produção destinada ao mercado por serem consideradas como cultivos de “curto prazo” e não podem ser conservados por muito tempo. Esse desenho evidencia que o planejamento desses cultivos acaba por relevar fatores como sazonalidade, perecibilidade, condições de escoamento aos mercados, preços e intensidade do esforço físico do trabalho.

Apesar de ser um elemento da forma de reprodução da agricultura familiar, a alternatividade é mais intensa para os agricultores mais pobres que acabam não tendo recursos para estabelecer essa divisão entre os cultivos comerciais e a produção para seu próprio sustento. Para esses, as situações de maior privação acabam forçando a venda daquilo que iria para a mesa da família para acessar aquilo que não é produzido no lote. Tal situação testemunha que a relação com o mercado não está presente somente nos momentos de fartura, mas igualmente em momentos de forte privação. Seja como forma de otimização dos poucos recursos ou como acúmulo, o fato é que as condições do mercado são fatores relevantes na realidade da agricultura familiar.

Nesse aspecto, a visão de Garcia Junior (1989) sobre a economia dos agricultores em regime de trabalho em família aponta que a produção “excedente” não se refere meramente àquilo que a família produziu a mais em relação às necessidades internas. Diz respeito também às situações em que as famílias poupam para ajudar nas épocas de maior “precisão”, quando a escassez passa a ser uma ameaça constante no cotidiano das famílias. Dessa forma, o autor descreve a lógica da acumulação nos estabelecimentos familiares da seguinte maneira:

Mas não se trata de um estoque de valor que se procura valorizar, de um estoque de dinheiro que por seu movimento específico engendra crescimento do estoque de dinheiro de seu possuidor, mas de pessoas a reproduzir mediante o produto da mobilização do esforço produtivo deste mesmo conjunto de pessoas. (GARCIA JUNIOR, 1989, p. 122).

O “excedente” difere do lucro capitalista porque a intenção não é investir na produção de mercadorias, mas sim nas necessidades da família e, num plano mais geral na reprodução da agricultura familiar. Nela, o mercado não é o espaço essencial para garantir a sua economia, mas apenas um dos elementos que complementam a vida econômica pela comercialização do valor sobranante. O valor de troca pode representar tanto o acúmulo de mercadorias como o trabalho a mais, mas que designa a exploração do trabalhador por ele mesmo, determinando os ritmos de trabalho no lote. Nesse espaço, pode-se dizer que há uma autogestão do trabalho e da produção.

Portanto, mais do que garantir a alimentação da família, o espaço do autoconsumo designa certa autonomia produtiva e reprodutiva frente às intempéries da vida e às inconstâncias do mercado, proporcionando inclusive o acúmulo de valor de troca. Em vista disso, o autoconsumo representa “a base e ao *lastro* sobre o qual deve assentar, prioritariamente, todo o processo de reprodução social e alimentar” (GAZOLLA, 2004, p. 104). Esse espaço representa uma das principais dimensões da agricultura familiar tanto no orçamento das famílias reduzindo o custo de vida e, eventualmente, gerando renda para ampliar o consumo de gêneros de alimentícios, como no consumo direto do estabelecimento familiar. O fortalecimento dessa prática é essencial à vida da família agricultora ao permitir maior controle sobre as variações no abastecimento da unidade doméstica, reduzindo a margem de incerteza do provimento ao longo do ano.

Para a compreensão sobre o modo de vida dos agricultores em regime de trabalho familiar, é necessário reconhecer a diversidade de funções atribuídas ao

autoconsumo, mas que em última instância guardam relação muito próxima com a alimentação da família. Dessa forma no escopo desta pesquisa, o estudo será limitado à relação da produção de comida com as práticas e hábitos alimentares na construção da segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras já que para essas a configuração da sua alimentação é balizada pela abrangência que o autoconsumo possui. Na próxima seção se buscará averiguar as alterações e tendências gerais no consumo de alimentos da família que nos permitirá inferir como uma das expressões do estiolamento do espaço do autoconsumo no modo de vida desses grupos.

3.2 A alimentação dos produtores familiares: ajustes no trabalho doméstico e fragilização das práticas alimentares⁴

A abordagem do tópico anterior representou uma aproximação à realidade da agricultura familiar e sua forma de organização como unidade produtora e reprodutora. Para complementar a análise, essa seção enfoca a outra ponta desse processo de reprodução, analisando a ordem do consumo da família no âmbito da alimentação. Longe de ignorar que o consumo da família seja mais amplo, a alimentação certamente é um dos pontos mais sensíveis e que merece ser destacado. Por isso, o consumo acaba sendo reduzido a esse aspecto, porque, conforme o pensamento de Heredia (1979), a alimentação é o consumo da família por excelência, haja vista a constante necessidade de reposição na dispensa da casa.

A alimentação como necessidade humana vai muito além da reprodução biológica dos indivíduos a partir do consumo. Não é só a ingestão de calorias que faz parte da dieta, mas daquilo que é passível de ser consumido e igualmente daquilo que é desejado. Não é comestível aquilo que possa ser tóxico à saúde ou que não seja reconhecido como alimento. Além da relação com a saúde, a comensalidade vincula-se também à identidade e ao universo cultural que se tem como pano de fundo, fato que se comprova por certas sociedades orientais, como a China, ser normal o consumo de carne de cachorro e alguns insetos, enquanto, nas sociedades ocidentais a ingestão desses itens passa a ser completamente repugnante. É por não ser meramente uma satisfação corporal que a alimentação humana aceita essa ampla diversidade culinária.

⁴ A fim de reduzir a repetição de termos, nesta pesquisa não haverá distinção entre práticas, hábitos, comportamentos e padrões alimentares, sendo utilizados como sinônimos.

Para Sahlins (1979), a alimentação é envolta por um jogo de símbolos e valores culturais representando muito mais que uma composição a partir de fatores biológicos, ecológicos e econômicos. A disponibilidade física ou a semelhança de qualidades nutricionais entre os alimentos não são os únicos critérios que justificam essa ação. Aquilo que parece natural e óbvio como mantimento, pode trazer à tona as contradições dos sistemas alimentares em momentos de crise, como ocorreu durante a inflação de 1973 nos EUA que fez elevar o preço da carne de boi e apresentar a carne de cavalo como alternativa de consumo para os setores mais populares. Tal fato ocasionou protestos, pela concepção de que equinos não são comestíveis devido à relação próxima que possuem com os seres humanos, sobretudo quando se compara com o boi e a vaca. A explicação que Sahlins (1979) encontra para a distinção entre o consumo das carnes, apesar de apresentarem valores nutricionais semelhantes, é a proximidade que possuem com o ambiente doméstico ou com nossas relações pessoais, o que acaba por atribuir à carne de cachorro e de cavalo um status de sacramento.

Outro processo de diferenciação que ocorre é observado com o consumo de determinadas partes dos animais. A ingestão de partes internas dos animais como fígado, rins, coração e língua é visto com repulsa, sendo uma prática próxima do canibalismo por serem órgãos parecidos com os do corpo humano (SAHLINS, 1979). Já os músculos, recebem a denominação de carne, mas não possuem como referência alguma parte do corpo humano, sendo mais comum e normal o seu consumo. As partes do músculo, apesar de serem, em relação ao animal como um todo, maiores em quantidade do que a língua, fígado entre outras vísceras, são mais valorizadas comercialmente, produzindo status e uma diferenciação entre aqueles que não o consomem. Isso indica que o consumo não está condicionado à oferta, posto que as partes mais valorizadas são também produzidas em maior quantidade em relação a outras.

A compreensão da lógica dos sistemas de consumo ratifica a defesa da alimentação para além da sobrevivência e do consumo calórico, sendo derivada de “escolhas” culturais, atribuindo valores às coisas para além da utilidade que elas possam ter. A produção de alimentos designa a produção de simbologias que operam diferenciando as culturas, jogando com atributos de valor moral, de classe, de gênero e geração, entre outros. A alimentação se constitui como um dos fatores que demarca as fronteiras entre as civilizações e grupos sociais definindo o nós e os outros.

Por isso, Sahlins (1979, p. 198) conclui que:

[...] se não é mera existência o que os homens produzem, mas um ‘*modo de vida*’ definido a sua maneira’, essa reprodução do todo da natureza constitui uma objetificação do todo da cultura. Pelo arranjo sistemático das diferenças significativas atribuídas ao concreto, a ordem cultural se realiza também como uma ordem de bens. Os bens ficam como um código-objeto para a significação e avaliação de pessoas e ocasiões, funções e situações. Operando numa lógica específica de correspondência entre contrastes materiais e sociais, a produção é, portanto, a reprodução da cultura num sistema de objetos.

A fala do autor elucida a alimentação como mercadoria subjacente a um processo de produção, mas igualmente de reprodução calçada em determinados valores. O consumo é encoberto de significados que determinam os graus de sociabilidade, a proximidade dos sujeitos que compartilham dessa identidade culinária. Isso denota que a alimentação não é só um componente da realidade dos grupos, posto que é expressão de um modo de vida.

Mas o mais interessante nessa fala é que ele situa a alimentação não só no campo dos desejos e valores que obviamente identificam a cultura e as formas de sociabilidade. Ele ressalta a aliança que existe entre a organização da produção e, portanto, do trabalho, na configuração dos arranjos alimentares. A alimentação é, portanto, essencialmente um produto da atividade humana para além de uma manifestação da natureza. Não só o valor cultural que possuem os alimentos, mas também o trabalho na terra é testemunha da defesa da alimentação como desdobramento das relações de trabalho e produção.

Entre os grupos de agricultores inseridos na lógica do trabalho em família, o alimento seria essencialmente aquilo que se retira do trabalho na terra ou, nas palavras de Carneiro (2009, p. 162) “a comida do dia-a-dia é a comida do possível, daquilo que se tem disponível na lavoura em cada período do ano”. Em geral se extrai arroz, feijão, milho e mandioca como foi mencionado anteriormente, que são itens básicos da ceia desses grupos. Já a carne é reconhecida pela “vitalidade e força”, muito embora não seja servido cotidianamente pelo maior custo financeiro que esse tipo de produção exige. Dessa forma, as carnes são mais presentes nas famílias produtoras mais abastadas. As folhas e verduras retornam nos períodos de chuvas, reconhecidos como os períodos de fartura. As frutas compõem os intervalos entre as principais ceias, não sendo visto tanto como alimento, mas como lanche, variando o tipo conforme a sazonalidade.

Todavia, a alimentação como aquilo que se tem na roça tem sido modificada com o acesso crescente aos alimentos do mercado. Carneiro (2009) aponta que a adoção

de hábitos alimentares tipicamente urbanos é influenciada pela proximidade com os mercados varejistas, sobretudo com a expansão dessa rede de comercialização e abastecimento associada à redução do custo da alimentação. Esse fenômeno tem propiciado complementar as refeições dos agricultores, principalmente em épocas de baixa produção e monotonia alimentar ou mesmo com mercadorias as quais a agricultura familiar não produz. Também pelo aumento das condições de conservação e embalagem, possibilitou às famílias estocar os mantimentos por mais tempo, aprimorando a segurança alimentar das famílias pelo lado da diversificação da dieta desse grupo.

Resumidamente, as mudanças nos padrões alimentares contemporâneos entre agricultores familiares seguem duas orientações: uma é a aquisição de gêneros que poderiam ser produzidos pela família, mas que passam a ser acessados pela compra. Isso se efetiva tanto por dificuldades de na condição de produção comercialização, quanto pelo alívio do esforço e do tempo dedicado, sendo mais eficiente comprar do que gastar recursos físicos e financeiros nessa empreitada. A outra característica se constata com a aquisição de mercadorias não produzidas tradicionalmente pela agricultora familiar pelo elevado processamento industrial dos itens como margarina, refrigerantes, óleos, alguns temperos e combustível.

Se por um lado isso joga com a sensação de diversificação do consumo de alimentos pela maior disponibilidade de produtos nas prateleiras, insta ressaltar a estreita variedade da base alimentar e dos valores nutricionais embutida nos alimentos processados e industrializados. Quando se trata de complementação, de fato pode-se verificar uma melhora na qualidade de vida dos agricultores. Porém a permuta da produção na roça pela aquisição via mercado acaba propiciando uma piora na qualidade do consumo, gerando dependência em relação ao mercado e transformando a forma de insegurança alimentar pela via da inadequação da dieta.

Além da dependência, a diversificação do acesso é para as famílias agricultoras com baixa renda, constrangida pelo baixo orçamento da família. Nesse caso, o acesso passa a ser de itens mais baratos, porém pobres em nutrientes e com elevado teor de gorduras e carboidratos. Essa é uma situação frequente na qual, diante da insuficiência da produção no lote para abastecer as necessidades da unidade doméstica, os sujeitos recorrem a esses alimentos como forma de compensação à queda do consumo. Porém mais do que estratégia, esses alimentos passam a compor os hábitos alimentares dos agricultores com menor acesso e capacidade de obter uma estrutura produtiva adequada.

Essa exposição permite reconhecer que não só continuidade e a permanência estabelecem a configuração do consumo, estando sujeita a restrições e mudanças por fatores de diversas ordens. Por isso, o conceito de padrão alimentar deve ser visto como “o estudo dos meios pelos quais os indivíduos, ou grupos, respondem a pressões sociais e culturais, selecionam, consomem e utilizam porções de conjunto de alimentos disponíveis” (BLEIL, 1998, p. 3). Esse campo de análise deve ser sensível também aos fatores que interferem na alimentação para além de relativizar, ao apontar pioras ou melhoras na qualidade da alimentação.

Sublinha-se, com isso, o papel que as mudanças na esfera do trabalho operam como um dos pontos de apoio na mudança dos padrões de consumo. A tentativa de comprimir o tempo dedicado às tarefas domésticas, dentre elas à alimentação, tem sujeitado os agricultores familiares a assimilarem mais intensamente hábitos tipicamente urbanos. Nesse quesito, Carneiro (2009) ressalta que a refeição dos agricultores se ajustou ao critério da praticidade que preconiza que a comida deve ter um preparo “rápido” e também conter alimentos fortes, se contrapondo à fragilidade que o primeiro critério impõe. Nesse rearranjo, um dos alimentos que mais se destaca é o preparo de macarrão como comida do cotidiano por representar uma mistura de itens e apresentar um preparo ligeiro. Para a autora, a agilidade dos preparos é reflexo da individualização do trabalho entre os agricultores tentando minimizar o tempo gasto nessas tarefas, principalmente no trabalho doméstico.

Woortmann (1978) elucida que contribui para essas alterações o envolvimento dessas mulheres em atividades urbanas, especialmente como empregada doméstica, incorporando comportamentos alimentares das classes médias urbanas. Por serem as principais personagens que controlam e preparam os alimentos nas unidades familiares, a socialização delas nesses ramos de atividades tem o potencial de expor indiretamente as famílias a outros padrões alimentares.

Os impactos na esfera de trabalho feminino são, portanto, um dos pontos frágeis na alimentação das famílias. Longe de desprezar o caráter familiar que tais relações de produção possuem, mas boa parte daquilo que se refere ao consumo doméstico se refere ao trabalho das mulheres como foi tratado anteriormente. O consumo de itens industrializados indica um redirecionamento das práticas alimentares, aproximando-se do padrão urbano de consumo, mas antes disso, uma redução da participação das mulheres no campo da alimentação desde a produção ao acesso físico. Na sociedade capitalista em que o consumo encontra-se cada vez mais apartado da esfera de

produção, a comida se desenraíza de seus valores tradicionais para abastecer mercados mais distantes. Esse aspecto da globalização significa um crescente processo de mutação dos valores alimentares tanto como comidas sofisticadas, para os setores mais elitizados, quanto itens mais práticos, mas com reduzido valor nutricional para os mais pobres.

3.3 Os reverses na reprodução alimentar da família

A assunção de um padrão alimentar urbano tem sido frequentemente encarada pelos estudiosos como um ponto paradoxal para o modo de vida dos agricultores e das agricultoras. Não se trata tanto de relativizar o consumo para compreender que os padrões alimentares são mutáveis e se ajustam aos interesses dos consumidores. O principal ponto de destaque é o fato de agricultores estarem se reduzindo a consumidores. Em função disso, as mudanças não versam sobre a fluidez da cultura, pois a incorporação desses valores configura uma fragmentação da reprodução da agricultura familiar. Pelos levantamentos no capítulo anterior, há evidências fortes de que isso não conduziu a uma ampla variedade no consumo e tampouco trouxe autonomia para os agricultores familiares.

Na visão de Gazolla (2004) manifesta-se processo de mercantilização do consumo em que, o acesso ao mercado com vistas a complementar a demanda da unidade doméstica passa a ser uma constância, tornando-se essencial para o abastecimento direto e indireto da família. O autor compara que antes os produtores mantinham vínculos com o mercado, acionando essa instância quando se fazia necessário. No entanto, a mercantilização trata-se de um fenômeno maior do que uma aproximação ao mercado, uma vez que este passa a dominar e regular o consumo e a produção das famílias agricultoras.

O comprometimento do espaço do autoconsumo para a venda compõe esse ciclo de reprodução dependente do mercado. A adoção de técnicas representativas do processo de modernização da agricultura inseriu novos modelos de produção que tornam o acesso a fertilizantes, adubos e agrotóxicos imprescindíveis. Esse advento é representado pelo aumento do consumo de produtos de fora, endividando os agricultores e comprometendo parcela do orçamento das famílias.

Os espaços que seriam destinados ao plantio “pro gasto” tendem a minguar à custa dos cultivos mais rentáveis. As lavouras comerciais se revertem em prioridade

sobre a produção própria, reduzindo o espaço destinado ao autoprovisionamento, bem como a dedicação a essas atividades. A alternatividade das culturas abre espaço para o critério da especialização de gêneros de mercado no intuito de acumular divisas para o orçamento da família. Estabelece-se claramente um dilema para os agricultores ao terem de acumular excedentes durante o ano para garantir as compras no mercado (GAZZOLA, 2004). As necessidades da família apoiadas na produção de valores de uso transformam-se na produção/reprodução de valores de troca a partir da externalização do consumo e do aumento da produção destinada à comercialização.

A perda do saber-fazer na produção de alimentos reduz o potencial de resistência da agricultura familiar expondo os agricultores às revelias do mercado e à precariedade do usufruto da terra como suporte para a reprodução. Mesmo permanecendo o trabalho na terra, há um enfraquecimento das tradições alimentares e das práticas produtivas entre os agricultores.

A expressão maior da mercantilização do consumo é caracterizada pelo aumento do abastecimento alimentar doméstico via mercado seja porque a família deixou de plantar determinados mantimentos, seja pela assimilação de comidas oriundas de um padrão urbano. O consumo doméstico prescinde dos valores alimentares regionais dando conotação a assimilação cultural, valorizando o novo e o moderno em detrimento do patrimônio alimentar acumulado pelas gerações das comunidades tradicionais e dos agricultores. O aumento das aquisições pela compra representa uma relação em que a agricultura familiar assumem com mais vigor o papel de consumidores do mercado em detrimento do papel do produtores de gêneros alimentícios. Evidencia-se, assim, uma dependência e subsunção maior a essa esfera.

A mercantilização do consumo demarca um processo de inversão da lógica de reprodução da agricultura familiar que se traduz na inserção em diferentes graus dos agricultores ao modo de produção capitalista. Converte-se com a leitura do autor acima a explicação de Woortmann (1978, p. 18) no trecho a seguir:

Configura-se, aqui, de forma diversa, a relação mercado-subsistência. Já não se trata de produzir para o mercado ou para o autoconsumo, ou de manipular a produção para defender-se de, ou para explorar o mercado. Combinam-se valores de troca e de uso, mas a principal mercadoria vendida, para que se possa comprar outras mercadorias, é a própria força de trabalho.

A argumentação assinala que a comercialização se expande também para a mão-de-obra na agricultura que submete o uso da força de trabalho ao circuito do mercado

pelo assalariamento ou pela sujeição aos ritmos e valores do mercado. Tornam-se vendáveis o produto do trabalho na terra e os trabalhadores que dela usufruem.

O que se percebe efetivamente é uma inversão na lógica da agricultura familiar em que os circuitos do comércio são priorizados pelo acesso fácil à renda e garantia de troca instantânea por outras mercadorias. O trabalho na terra para abastecimento do lar e excepcionalmente ao mercado cede ao trabalho para abastecimento do mercado e deste para o lar. O espaço do autoconsumo deixa de ser o suporte do consumo das famílias e o representante da tradição da alimentação, resultando no aprofundamento da dependência externa das famílias rurais. A lógica de reprodução baseada na autonomia transmuta-se para uma crescente financeirização das relações sociais de trabalho que de forma alguma conduziram a um acesso à riqueza, porém amplia o consumo de valor de troca entre os agricultores.

Com isso não se quer dizer que se inicia um processo de extinção da agricultura em regime familiar, mas de aproximação crescente com o modo de produção capitalista. Ao contrário de haver enriquecimento e aumento da renda entre os agricultores, entre aqueles mais dependentes do mercado como consumidores, evidencia-se uma piora na reprodução alimentar pelo aumento das aquisições mediado pela venda e pela ingestão de comidas processadas e industrializadas, ocasionando um deterioramento das condições de vida de uma parcela significativa dos agricultores.

Certamente há uma tensão colocada para o trabalho doméstico no aspecto da alimentação que tem fragilizado a condição de segurança alimentar das famílias. Entretanto, esse trabalho se propõe a incorporar também as discussões feministas para analisar os desarranjos provocados pelo avanço das forças capitalistas na unidade doméstica. O aumento da presença de itens industrializados é indicativo de um fenômeno de descolamento dos agricultores da produção de alimentos que, se tem impactos negativos na qualidade de vida da família como um todo, é menos tenso no aspecto do trabalho das mulheres. Essa tentativa de reduzir o tempo e o esforço gasto nessas tarefas tende a aliviar a mão-de-obra feminina.

Toda essa argumentação avessa ao trabalho familiar vem na linha de o espaço doméstico ser identificado como um espaço de opressão e aprisionamento para as mulheres trabalhadoras. Pelo fato de estar concentrado nos indivíduos do sexo feminino, o regime de trabalho familiar imputava às mulheres a responsabilidade pela reprodução do lar e, por ser visto como uma dedicação natural, era pouco percebido como labuta. Nesse sentido, a fragmentação do trabalho na unidade doméstica tem aberto caminho

para maior liberdade de as mulheres assumirem atividades de maior reconhecimento na agricultura. Isso significa, para o imaginário dessas atrizes, a possibilidade de maior autonomia sobre a sua carga de trabalho e controle sobre os proventos das atividades que elas desenvolvem no lote ou fora dele.

Com isso, não se pretende imputar às mulheres a fragilização das tradições alimentares, até porque a mudança de hábitos é muito mais complexa e multideterminada. Há uma diversidade de fatores no espaço da produção da agricultura familiar, dentre eles destaca-se positivamente o alívio do trabalho doméstico, que, por outro lado, impacta negativamente na reprodução alimentar desse grupo, ocasionando dependência em relação ao mercado. Com isso, a pesquisa de campo irá nos dar suporte para argumentar se essa mudança dos padrões encontra respaldo no trabalho das mulheres na produção de alimentos e como ele é percebido por elas.

4 SEGURANÇA ALIMENTAR NA POPULAÇÃO RURAL

4.1 Segurança alimentar: a supremacia do acesso físico aos alimentos⁵

Difícilmente haverá quem discorde ser a fome o problema mais renitente da história da Humanidade, carregando justificativas desde as mais individualistas às de ordem natural ou econômica. No último século, as análises apontam a fome como um fenômeno de grandeza social, ou seja, ela decorre da nossa forma de organização em sociedade.

Nas reflexões apresentadas por Josué de Castro em *Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo* (1959) são desmistificadas as principais noções a respeito desse fenômeno, que por insuficiência teórica ou tergiversação, insistem em naturalizá-la.

Dentre os que tentam naturalizar a ocorrência da fome no mundo são Thomas Malthus e seus seguidores que fizeram da falácia um argumento pseudocientífico, conveniente para o discurso das elites sociais que viam na pobreza uma condição fruto da promiscuidade e do pecado. De acordo com Malthus, a pobreza é responsável pela sua própria desgraça e, exemplo disso, seria a proliferação de filhos como parte de uma cultura atrasada. A população crescendo em escala geométrica não poderia encontrar correspondência com a produção agrícola, cujos resultados exibiam crescimento em progressão aritmética. Logo, a fome seria mais resultado de uma superpopulação derivada da promiscuidade entre os pobres do que qualquer outro fator na sociedade ou na agricultura. Esses miseráveis e suas imensas proles dependiam da caridade e suas necessidades além de não poderem ser contempladas, exerciam pressão sobre a demanda, tornando os preços dos alimentos mais caros, multiplicando o problema da fome para setores cada vez mais amplos.

De um modo geral, a maioria das teorias que naturalizavam a fome concentrava atenção ora na produção e produtividade agrícola, ora na incontrolabilidade sobre as

⁵ A despeito de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar serem conceitos vistos academicamente como distintos, porém relacionados (GOMES JUNIOR, 2007; MALUF, 2009), em outros espaços ambos são tratados como divergentes (STÉDILE, 2004; VIA CAMPESINA, 2007). Concordamos com o posicionamento de Menezes (2001) que interpreta a Soberania como uma discussão que vigora no marco da flexibilização do Estado e abertura das porteiras dos mercados nacionais, reivindicando o direito dos povos a assumirem o protagonismo de suas políticas agrícolas e de alimentação. Contudo, a Segurança vai além dos papéis assumidos pelo Estado-mercado-sociedade segundo o autor, além de a soberania suplantando o debate teórico que tem sido travado historicamente pela primeira. Dessa forma, para fins desta pesquisa, as duas categorias serão consideradas como diferentes por conta do seu percurso histórico-político, sendo Segurança Alimentar uma noção que abarca Soberania Alimentar.

causas, e tudo isso relacionado com um crescimento descontrolado da população. Em nenhum momento, aspectos econômicos relacionados com o papel do mercado na comercialização das mercadorias alimentares e outros fatores de natureza política entre os países, como embargos econômicos e conflitos sociais, sequer eram citados.

Por isso, Josué de Castro interpreta tal fenômeno como:

[...] a fome coletiva é um fenômeno de categoria social, provocado, via de regra, pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição dos bens de consumo obtidos. [...] já não é possível admitir-se ser a fome um fenômeno natural, uma vez que ele é condicionado muito mais por fatores de natureza econômica do que pelos de natureza geográfica. (CASTRO, 1959, p. 465).

Josué de Castro reconhece o peso das estruturas econômicas que conduzem uma parcela significativa da população à situação de inanição e desnutrição. Explicita igualmente a grande contradição que impera na referida temática: a falta de disponibilidade dos bens de consumo não se trata meramente de uma questão técnico-produtiva, mas sim de interesses econômicos defendidos pelos países seja nas suas relações internacionais, seja nas relações internas (CASTRO, 1959).

A segurança alimentar representava, nessa época, a ideia de resguardar a população da irregularidade no abastecimento por conta de problemas específicos de países, como guerra e embargos econômicos. O termo mantinha mais relação com a segurança nacional na resistência a conflitos de ordem política do que com a fome persistente em tempos de estabilidade e normalidade no cenário geopolítico internacional. Por isso, a segurança alimentar remetia a um contexto específico, enquanto a fome designava uma marca na maioria dos países subdesenvolvidos, que exigia soluções mais estruturais e menos conjunturais.

Diante do quadro generalizado da carência de alimentos no mundo, a Conferência das Nações Unidas sediada em Hot Springs, em 1945 sinalizou a pobreza como uma das principais causas da fome, apontando a insuficiência produtiva como o fator central (MALUF, 2009). Como uma das frentes de combate, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) com o intuito de auxiliar a produção agrícola e erradicar a insuficiência do consumo de alimentos no mundo. Apesar da avançada proposta de atuação, desde a sua criação já estavam contidas restrições quanto à possibilidade de atuação e intervenção dessa agência (CASTRO, 1959). Tais instituições acreditavam que o fator carência de renda seria

atenuado pela redução do preço dos alimentos, segundo a lei da oferta e da demanda, tornando os alimentos disponíveis e acessíveis.

Partindo de interesses mercadológicos, as alterações a partir desse contexto se debruçaram em grande medida no aumento da capacidade agrícola de produção com as Variedades de Alta Produtividade. O discurso sobre a fome passa a ser uma das grandes justificativas para as alterações no meio rural, sobretudo com a Revolução Verde⁶, visando expandir o padrão produtivo dos países. A modernização tecnológica no campo foi disseminada tendo como pano de fundo todo esse debate sobre a alimentação.

Para Susan George (1978), a adoção de um modelo de capital intensivo para produção contribuiu em grande medida para elevar a concentração de terras, a injustiça social e a fome nos países de Terceiro Mundo. A produção alimentar centrou-se, mormente, na geração de lucros para a agroindústria e na criação de mercados consumidores nos países subdesenvolvidos.

Ainda a respeito da criação de mercados, George (1978) afirma que o aporte tecnológico transferido aos países subdesenvolvidos mediante o auxílio de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial permitiram moldar o tipo de desenvolvimento assumido nesses países. Tal modelo debruçou-se fortemente na produção agrícola para exportação em detrimento do consumo interno, desvirtuando a capacidade desses países de dispor de alimentos para sanar a deficiência alimentar da população. A elevada produção garantiu a disponibilidade de alimentos, porém não assegurou a superação da fome em decorrência do baixo poder aquisitivo de um contingente significativo da população mundial (ABRAMOVAY, 1998).

Tais reflexões começam a se modificar com a crise econômica dessa década quando o enfoque passa a ser o indivíduo e não mais o alimento, aproximando-se da ótica dos direitos (GOMES JUNIOR, 2007). A inflação nos preços dos alimentos tornou evidente que não bastava alcançar disponibilidade no mercado de alimentos, era necessário torná-lo acessível a partir do ajuste do valor da cesta de alimentos à renda das famílias. Esse descompasso acabava por sujeitar a restrição do consumo tanto em termos de quantidade, decorrente da falta de calorias necessárias à sobrevivência diária,

⁶ Tecnicamente falando, esse fenômeno visava proporcionar um aumento da produção agrícola sem aumentar as áreas de cultivo por meio de um pacote tecnológico que previa a utilização de sementes melhoradas, fertilizantes e pesticidas artificiais, agrotóxicos, máquinas e equipamentos para irrigação. Entretanto, George (1978) define como um sistema complexo de dominação das agroindústrias, com o fito de determinar o que, quando e onde os agricultores do Terceiro Mundo irão produzir.

quanto de qualidade, por ingestão de sais, vitaminas e minerais que atuam na prevenção de doenças.

Nesse contexto, a segurança alimentar aproxima-se da problemática da fome, tratando a alimentação como mais do que uma questão de ingestão, ao questionar os impactos sociais e ambientais do modelo de desenvolvimento adotado que de forma direta ou indireta mantém relação com a garantia de uma alimentação adequada e segura. Gradativamente a lógica atribuída à segurança alimentar deixa de limitar-se à proteção ao território nacional em tempos de disputas geopolíticas entre os países.

O marco histórico dessa discussão no Brasil remete ao lançamento, pelo Ministério da Agricultura, da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) quando a noção de segurança alimentar adentra de fato a arena das discussões políticas governamentais a partir de 1985. A proposta consistia, basicamente, em garantir o atendimento adequado das necessidades alimentares da população e alcançar a autossuficiência nacional na produção de alimentos (GOMES, 2012). Apesar da baixa eficácia dessa ação, ela foi determinante para a inclusão do tema nas agendas das políticas públicas e, desde então, aprofundar a sua reflexão no campo acadêmico.

A aceção de segurança alimentar incorporou a partir de então a garantia de acesso físico e econômico aos alimentos para além da disponibilidade no mercado. Ela deixa de ser somente uma questão de produção e abastecimento na tentativa de contemplar os indivíduos e as famílias. Vale ressaltar que, enquanto os especialistas no Brasil analisavam a questão do acesso pela perspectiva domiciliar, para os governos dos países desenvolvidos e para as agências internacionais o foco recaía na capacidade de os países acessarem alimentos via comércio internacional (MALUF, 2009).

Uma das definições mais utilizadas, que inclusive é empregada pelo Estado brasileiro, deriva da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sediada em Olinda em 2004:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Nesse discurso, a primazia tem recaído na garantia de disponibilidade e de acesso permanente a alimentos saudáveis e baseados em hábitos e práticas alimentares histórica e culturalmente referenciadas. São dois os elementos que alicerçam o acesso

físico: a quantidade, de forma a obter uma dieta suficiente para a reprodução biológica dos indivíduos; e a qualidade em termos produtivos, nutricionais, fitossanitários e culturais.

Ainda que hoje internacionalmente se insista na geração de excedentes agrícolas, o debate sobre a alimentação tem a duras penas ingressado, pelas reflexões de autores e pensadores independentes do pensamento hegemônico, em outras dimensões para além do escopo da carência de alimentos. Incorpora-se atualmente à ideia de segurança alimentar conteúdos associados às garantias de qualidade e inocuidade dos alimentos; preservação, recuperação e defesa de hábitos e culturas alimentares tradicionais; a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares (produção, distribuição e consumo em quantidades adequadas) (MALUF; VALENTE; MARQUES, S.n.t.).

Um dos conceitos mais completos que se dispõe atualmente e que reúne as propostas acima mencionadas é trazido por Pessanha (2002):

- a) a garantia da produção e da oferta agrícola, relacionada ao problema da escassez da produção e da oferta de produtos alimentares;
- b) a garantia do direito de acesso aos alimentos, relacionado à distribuição desigual de alimentos nas economias de mercado;
- c) a garantia de qualidade sanitária e nutricional dos alimentos, que remete aos problemas de baixa qualidade nutricional e de contaminação dos alimentos consumidos pela população;
- d) e a garantia de conservação e controle da base genética do sistema agroalimentar, que se refere tanto a conservação como a falta de acesso ou o monopólio sobre a base genética do sistema agroalimentar.

Por essa exposição, insta ressaltar que a ação estatal na garantia da segurança alimentar deve ir além do provimento do consumo. É competência do Estado articular tanto as políticas setoriais (assistência, agricultura, saúde, educação, trabalho) quanto aquelas estruturais que previnem a reprodução das mazelas sociais. Por isso, Pessanha (2002) reconhece a segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas, dada a gama de conteúdos que se associam a questão e as suas múltiplas conexões e implicações que reverberam na atenção do Estado.

Porém, ainda que a temática tenha se tornado mais complexa, o desafio do acesso físico e econômico permanece como questão primordial nas leituras sobre a consagração da Segurança Alimentar. Apesar de esse se caracterizar um dos fatores cruciais para superar a insegurança alimentar do ponto de vista da inanição, é imperioso

observar que garantir uma vida saudável requer mais do que dispor de renda para aquisição de alimentos (MALUF; MENEZES; MARQUES, S.n.t.). Implica que se tenha uma alimentação diversificada e estável, livre de produtos e organismos tóxicos e assentada em valores tradicionais. Tais aspectos trazem a noção de que a alimentação ultrapassa o critério de sobrevivência física dos indivíduos, sendo um componente essencial para a representação da noção de saúde dos grupos sociais.

Contudo, devido à comoção social que a fome gera e por ser a expressão mais evidente de insegurança alimentar, as propostas convergem para a garantia do consumo mínimo individual, favorecendo com que outras formas de insegurança alimentar sejam subdimensionadas pelo Estado. Uma avaliação acerca da história e dos meandros da política pública de segurança alimentar nos permitirá mostrar com mais propriedade os reflexos dessa postura.

4.2 Histórico das ações estatais no campo da alimentação: do incentivo à intervenção

As intervenções no âmbito da questão alimentar por parte dos governos sempre foram bastante modestas diante da gravidade da situação marcada por profundas assimetrias sociais e privações de direitos. Quase sempre as intervenções atacaram as consequências – a fome – tangenciando as causas, um sistema econômico que concentra poder, economia e riqueza nas mãos de poucos. Souza (2012) ressalta que a fome consiste em um problema de ordem estrutural dada a nossa condição de país subdesenvolvido e a evidência maior disso é que ainda hoje a questão é alvo das principais intervenções estatais no campo social.

Essa condição, na perspectiva de Caio Prado Jr. (2000), remete à formação do Brasil que, durante o processo de colonização do território, enquadrou a economia brasileira na função primordial de exportar matérias-primas seja para abastecer a metrópole portuguesa, seja para dar cabo aos interesses comerciais desse país. Ainda quando se inicia a intervenção no mercado interno de alimentos, o objetivo consistia, em última instância, garantir que a Colônia continuasse a cumprir a sua função de abastecimento do mercado internacional.

Por mais que antes da Independência já houvesse uma forma de organização social, econômica e política mais desenvolvida com a formação de um mercado interno de gêneros alimentícios, prestação de pequenos serviços e surgimento de um setor

público pouco estruturado, a constituição do Estado brasileiro, em suma, não representava efetivamente uma demanda nacional:

O enfraquecimento daquele poder [Coroa portuguesa] levou o país, durante muito tempo, para a iminência da anarquia, que aliás, muitas vezes, e em vários setores, embora restritos, se tornou efetiva; e só se conteve com a constituição de um Estado que, embora nacional de nome e formação, reproduziu quase integralmente a monarquia portuguesa que viera substituir; que não brotou do íntimo da sociedade brasileira, incapaz de tal criação, mas lhe é imposta do exterior, continuando a exercer sobre ela o mesmo tipo de pressão que o daquela. (PRADO JR., 2000, p. 357).

Nesse sentido, as disputas que culminaram na independência do país em 1822, longe de terem ligação com os ideais franceses de cidadania civil e política, tratavam-se de interesses de uma elite agrária brasileira. Para o historiador e militante político, por mais que se mantivesse a função imputada pela Coroa portuguesa, a tônica da argumentação da elite agrária pressupunha a sua libertação aos ditames da Metrópole. Não há um rompimento com a função que o Brasil cumpria no mercado internacional, mas tão somente da transferência do controle sobre o país para a elite agrária nacional.

A constituição de uma demanda nacional somente ganha força no Brasil no início do século XX a partir da penetração capitalista no território, proporcionando o desenvolvimento de uma classe trabalhadora urbana e de uma elite industrial. Essa última advogava a proteção ao mercado interno para o desenvolvimento do capital nacional e maior intervenção do Estado na regulação das relações econômicas, impactando no projeto-político da oligarquia rural brasileira que exerciam seu poder sem grandes entraves desde a formação do país. Dessa forma, a construção do Estado nacional brasileiro e sua intervenção no campo social não ocorreram por uma revolução na busca por direitos, mas na disputa entre as elites liberal-oligárquica e a incipiente burguesia nacional como expõem Behring e Boschetti (2006, p. 73):

Assim, foram decisivos processos como a ruptura com a hegemonia da aristocracia agrária, ao lado do surgimento de novos agentes econômicos, sob pressão da divisão do trabalho, na direção de uma nova sociedade nacional. Contudo, esse movimento é marcado pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas, o que é uma marca indelével da nossa formação, fato que é fundamental para pensar a configuração da política social no Brasil.

Essa forma de polarização dificultava a radicalização das lutas dos agricultores e dos operários que já em 1920 representavam um contingente significativo na cena política do país. A tensão histórica entre as elites direcionando a atenção do Estado para

a proteção aos seus interesses político-econômicos fez com que muitas vezes elas tivessem que se aliar para evitar a democratização de acesso à riqueza. Desse modo, a produção de pobreza e de desigualdade no Brasil nunca foi atacada de forma rigorosa, tratando as expressões da questão social por meio de ações paliativas e compensatórias.

No início de século XX, avolumavam-se as conturbações políticas, seja na disputa entre as elites seja entre as elites e as classes populares. A contribuição dos imigrantes europeus que vieram trabalhar nas lavouras foi fundamental para o avanço de um discurso que apontasse a organização das classes. Em vista disso, Behring e Boschetti (2006, p. 106) pontuam que o tratamento concedido à questão social, especialmente no governo Vargas, pendia entre o tratamento policialesco e uma forte iniciativa política para amansar os conflitos sociais:

[...] se o governo Vargas enfrentou também com polícia os camponeses mais radicalizados do movimento operário nascente, em especial após 1935, ele soube combinar essa atitude com uma forte iniciativa política: a regulamentação das relações de trabalho no país, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes, e o impulso à construção do Estado social, em sintonia com os processos internacionais, mas com nossas mediações internas particulares.

Os primórdios das políticas sociais no Brasil no governo Vargas convergiam a reivindicação operária e a concessão por parte das elites sob a lógica do populismo para evitar conflitos de maior dimensão. Sob o receio do avanço dos ideais socialistas, o discurso do governo Vargas buscava transformar a garantia de direitos em benesses de um Estado paternal.

Nesse cenário, desdobram-se, principalmente a partir de 1930, as primeiras iniciativas estatais no campo das políticas sociais que consistiam na regulamentação das relações trabalhistas e dos direitos relativos às relações de trabalho formal. Ao preservar o mercado formal, uma gama de outros setores não contemplados nessas atividades manteve-se à margem dessa forma de proteção social.

A instituição do salário mínimo é uma das extensões da regulamentação dos direitos trabalhistas que para os fins propostos por esta pesquisa, são vistas como as primeiras iniciativas no campo da alimentação. Por meio do Decreto-lei nº 2.162/1940, o salário mínimo era vinculado a uma cesta básica de alimentos que deveria proporcionar a reprodução minimamente satisfatória dos trabalhadores assalariados. Segundo Batista-Filho (2003), ele foi desenhado a partir de uma cesta de 12 alimentos

básicos da culinária brasileira que comprometeria no máximo 50% do salário e 100% dos componentes nutricionais vitais como proteínas, calorias, vitaminas e sais minerais.

Nessa mesma filosofia de intervenção, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) investindo no funcionamento de restaurantes a preços populares para os trabalhadores. No campo do abastecimento alimentar, esse serviço incentivou a criação de postos de subsistência para comercializar gêneros alimentícios básicos a preço de custo.

Outras ações mais de cunho assistencialista foram incentivadas nesse período pós-guerra, com os programas de doação de alimentos, sobretudo o leite, ao público materno-infantil. Em 1955, é lançada a Campanha da Merenda Escolar que posteriormente daria origem em 1979, durante o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar em vigor até hoje. Em todas as ações de caridade, a intenção era atingir um público muito específico e não a pobreza em toda a sua extensão. Era merecedora apenas aquela população inapta ao trabalho, como crianças e mulheres em fase de gestação e amamentação.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), uma das principais instituições de proteção social da época, coordenava o Programa de Complementação Alimentar (PCA) que previa a distribuição de mantimentos enriquecidos nutricionalmente e fornecidos pelo setor industrial, sob a égide das corporações desse setor (GOMES, 2012). Compunham essa cesta três tipos de alimentos processados: substituto do leite materno para crianças menores de 1 ano; para crianças de 1 a 3 anos, vitaminas; e sopa para gestantes e nutrízes. Gomes Júnior (2007) chama atenção para o desprezo que a entidade guardava com a garantia de hábitos e práticas alimentares tradicionais, analisando a segurança alimentar sob a ótica restrita da desnutrição e da má alimentação.

Na visão de Vasconcelos (2005) as políticas de alimentação no pós-guerra cumpriram política, econômica e socialmente uma dupla função: a de amansar os conflitos sociais mediante garantias ao crescente público do trabalho formal e, no âmbito dos programas beneficentes, a expansão do consumo interno de determinados alimentos oriundos da cadeia internacional de produção, acomodando a acumulação capitalista no setor. Ainda que tais estratégias sejam referentes a esse contexto, a acessibilidade aos alimentos ainda é um campo bastante conflituoso e que enseja ações tanto emergenciais, com vistas a garantir governabilidade e salvar milhões de pessoas

de uma existência desumana, com ações mais permanentes que garantam proteção contra as intempéries da vida.

Em 1972, sob o espectro das discussões da questão alimentar, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) com o propósito de executar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). O principal objetivo consistia em lançar mão de medidas assistenciais aos agricultores, sobretudo os de baixa renda, em uma tentativa de redirecionar a política agrícola que havia se distanciado do seu propósito inicial de combate à inanição (GASQUES, 2003).

Apesar do esvaziamento que tal ação recebeu, ela sinaliza um esforço de alavancar alternativas mais consistentes para superar a miséria no país e representa uma avaliação do desenvolvimento da agricultura no Brasil. Já o II PRONAN expressou atuação mais contundente, concentrando-se na destinação de alimentos básicos à população e incentivo aos pequenos agricultores, muito embora também tivesse uma existência não muito longa, sobrevivendo de 1976 a 1984 (GOMES, 2012).

Até esse momento, as intervenções estatais no campo da alimentação seguiam a linha da maior parte das políticas sociais. As ações eram pouco sistematizadas, descontínuas e organizadas pela lógica da filantropia e do clientelismo. A noção de direito social compõe fortemente o discurso da população a partir da década de 1980 com o enfraquecimento da ditadura militar e na onda da crise econômica, propiciando a reflexão de ações no horizonte das políticas sociais e não como iniciativas de ajuda humanitária.

Apesar do avanço da discussão, como política o que se assistiu nesse período de forte contração econômica foi uma redução do trato da questão alimentar ao viés da garantia de uma ingestão mínima para evitar que as pessoas sucumbissem à fome (GOMES JÚNIOR, 2007). Os equipamentos públicos, como as centrais de abastecimento que mantinham outras ações para além da doação de cestas sofrem o descrédito do efeito das suas ações, bem como o enfraquecimento por conta do ajuste fiscal.

Essa fragilização da ação pública foi um desdobramento da propaganda neoliberal incidindo na liberalização do mercado de abastecimento, desarticulando a soberania nacional na regulação da produção e do consumo. Como reflexo dessa postura, na década de 1990, torna-se perceptível o retrocesso no setor de abastecimento com a expansão da rede varejista de supermercados, aprofundando as mudanças já

delineadas de adoção de hábitos alimentares a partir do consumo de produtos industrializados e processados (GOMES, 2012).

Na esteira das mobilizações populares após o período ditatorial, a organização da sociedade civil na campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida⁷ em 1991 e a proposta divulgada pela ONG Governo Paralelo⁸ em 1990 foram elementares para introduzir a Segurança Alimentar na agenda política. Essa última organização lança a proposta da Política Nacional de Segurança Alimentar sinalizando a necessidade de um conjunto integrado de intervenções programáticas que se distinguiam das ações compensatórias e emergenciais no tratamento da fome e da desnutrição (GOMES JÚNIOR, 2007). Também foi sugerida a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) a ser presidido pelo presidente da república, e de uma Secretaria Especial de Segurança Alimentar, vinculada à presidência.

A proposta do Governo Paralelo foi explicitamente ignorada por Collor pela lógica de enxugamento da intervenção estatal como orientação do modelo neoliberal para controlar o quadro inflacionário que se arrastava desde a década de 1970, como mostra abaixo:

Os planos Collor I e II não apenas fracassaram em eliminar a inflação, como resultaram em recessão e perda de credibilidade das instituições de poupança. Na realidade, após uma série de escândalos, revelação de esquemas de corrupção e dois planos econômicos malsucedidos, Fernando Collor de Mello foi destituído do poder ao final de 1992 (GIAMBIAGI, 2005, p. 142).

O *impeachment* de Collor foi consequência não só das denúncias de corrupção e da tensão gerada pela Campanha pela Ética na Política em 1993, mas é decorrência também de um forte cenário de aumento da pobreza e fragilização do acesso à alimentação. Nesse cenário, a proposta do Governo Paralelo volta a ter força como consequência de um cenário político intenso quando o vice Itamar Franco assume a presidência em 1993, posicionando a Segurança Alimentar como uma ação estratégica.

Itamar instituiu em 1993 o CONSEA, órgão de aconselhamento do governo federal com a missão de orientar a construção do Plano de Combate à Fome e à Miséria. O órgão assumiu ações de relevância como a organização da I Conferência Nacional de

⁷ Seguindo o Movimento pela Ética na política que propugnava o *impeachment* do presidente Fernando Collor, o Ação da Cidadania contra a Fome, Miséria e pela Vida foi liderado pelo sociólogo Hebert de Souza e lançava a ideia de conscientização para a cidadania pela criação de comitês locais de elaboração de projetos voltados para a temática (SILVA, 2004).

⁸ Essa era uma ONG ligada ao Partido dos Trabalhadores e técnicos, estudiosos e militantes políticos engajados na candidatura de LULA em 1989.

Segurança Alimentar e Nutricional em 1994. Nesse espaço de deliberação foram discutidas as principais ações, e mais importante ainda, os grandes entraves para a materialização de uma alimentação digna e saudável. O relatório final da Conferência, sendo um instrumento de exposição dos anseios da sociedade civil, apontou a reforma agrária como uma das ações fundamentais para a promoção da segurança alimentar, demonstrando a forte ligação entre agricultura e segurança alimentar (GOMES JÚNIOR, 2007; GOMES, 2012). Entretanto, como na maioria das ações no campo da proteção à vulnerabilidade alimentar, o CONSEA teve uma existência breve, sendo eliminado em 1994 com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e voltando a ativa quase 10 anos depois de sua extinção, em 2003.

Ainda no governo de Itamar Franco foi instituído, em caráter emergencial, o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (Prodea) distribuindo cestas de alimentos oriundos de estoques públicos em risco de deterioração. O programa visava para além do provimento de mantimentos em casos como enchentes ou secas, emular o desenvolvimento local. No decurso de sua existência ganhou funções diversas do propósito de fundação com a expansão das doações em épocas de eleição, o que ressaltava o caráter clientelista das ações de ajuda alimentar (TAKAGI; SILVA; BELIK, 2002).

Esses avanços na área social logo sofreram reveses com o aprofundamento da postura neoliberal no governo FHC. O Programa Comunidade Solidária, iniciado em 1995, constituiu um dos principais esforços desse período, propondo a articulação entre os ministérios da Agricultura, Casa Civil, Educação, Esportes, Fazenda, Justiça, Planejamento e Orçamento, Previdência e Assistência Social, Saúde e Trabalho. A lógica desse programa era garantir a inserção, mesmo que precária, da população pobre no mercado de trabalho, apoiado na descentralização das ações, na parceria do governo com a sociedade civil e na solidariedade (GOMES, 2012).

Baseado nesses princípios, o Comunidade Solidária representou o enxugamento de diversas políticas sociais com atenção focalizada nos segmentos mais pobres, além de redimensionar o papel do Estado na garantia de direitos para um agente fomentador das práticas de solidariedade. Na avaliação de Pessanha (2002), o programa teve a capacidade de deslocar o centro das discussões sobre a insegurança alimentar para a questão da pobreza, limitando os avanços que permeavam a questão. De acordo com Silva (2006), esse deslocamento ocasionou o fracionamento da segurança alimentar em

diversas outras temáticas como alimentação e nutrição, geração de emprego e renda, questão agrária.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição implantada em 1999 sob a coordenação do Ministério da Saúde sinalizou o acúmulo do debate da alimentação como um componente do desenvolvimento humano ao conectar o tripé alimentação nutrição e saúde. Mas para Gomes Júnior (2007), ela pouco avança na articulações com ministérios estratégicos para consolidar os seus objetivos, incidindo sua intervenção na via da educação alimentar e readequação de consumo.

A partir de 2003 com o governo Lula, a segurança alimentar ganha nova projeção no campo das políticas públicas com a implementação do Programa Fome Zero, publicado em 2001 pela ONG Instituto de Cidadania. As ações arquitetadas por esse programa eram classificadas em quatro eixos: ampliação do acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda e articulação e mobilização social (IBASE, 2008). Para Pacheco (2003), o Fome Zero representou a expansão de políticas estruturais associadas às tradicionais ações setorialistas de combate diretamente à fome e à subnutrição. Houve fortalecimento dos programas sociais de abastecimento alimentar e de incentivo à agricultura familiar no intuito de intervir no mercado interno de alimentos. Ganharam corpo as compras governamentais cumprindo com o dever de resguardar os pequenos agricultores da falta de acesso ao mercado e com a promoção da segurança alimentar a populações extremamente carentes.

Esse conjunto de ações foi somado à construção material da segurança alimentar com a reativação do CONSEA em 2003, a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Como resultado, obteve-se não só a diversificação da intervenção pública, mas a articulação dessas ações sob a diretriz da intersetorialidade.

A avaliação de Gomes (2012) em relação ao percurso das ações de segurança alimentar dá evidência, entretanto, a um quadro menos alentador. Para a autora, em que pese os avanços da segurança alimentar, elas ainda se encontram reduzidas às ações de combate à fome. Esse enfoque governamental ludibria a compreensão da questão como um fenômeno mais amplo e que tem assumido outras manifestações. Pouca atenção tem sido conferida a outras formas de insegurança alimentar como a qualidade da dieta dos brasileiros e a inocuidade dos alimentos produzidos e consumidos no território brasileiro.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que, apesar da profusão de temáticas que se entrelaçam na questão como conceito teórico, como política pública os avanços foram mais modestos. Sem dúvida houve avanços no combate à fome e a um dos seus principais contenciosos: a insuficiência de renda. Mas o fato é que elas acabaram se reduzindo no campo das políticas públicas a esse aspecto o que impede tornar o campo da segurança alimentar mais abrangente do ponto de vista da materialização da política (GOMES, 2012).

Como a proposta desta pesquisa consiste no estudo da insegurança alimentar pelo viés da qualidade do consumo alimentar das famílias brasileiras, inclusive na população rural, uma análise dos dados do IBGE sobre a alimentação brasileira permite lançar mão de inferências no que cerne esse fenômeno.

4.3 Insegurança alimentar na população rural do Centro-Oeste⁹

Conceitualmente, a definição de Insegurança Alimentar é tratada como o reverso da condição de segurança alimentar, não tendo uma definição própria. Nesse sentido, ela revela-se principalmente pela manifestação de problemas não só restritos ao consumo, mas ao bem-estar da população:

Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente, bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural (CONSEA, 2011).

Como foi trabalhada na seção anterior, a segurança alimentar tem encontrado o seu contrapeso basicamente na insegurança por carência de alimentos, de modo tal que outras formas têm sido ofuscadas. Nessa mesma perspectiva, o conceito trabalhado pelo IBGE, instituição oficial de pesquisa e processamento de dados no Brasil, adota desde 2004 uma metodologia escalonada de Segurança Alimentar assentada na subjetividade dos sujeitos de pesquisa. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação (NEPA) da Universidade de Campinas (Unicamp) elaborou a classificação por meio da avaliação da

⁹ Para a exposição dos dados foi utilizada a região Centro-Oeste e não a unidade federativa Goiás em função de os dados sobre a população rural na POF estarem agregados no menor nível de análise por região.

sensação psicométrica relacionada ao acesso aos alimentos. Partindo desse preceito, foram elaboradas quatro categorias como demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 - Definição da EBIA para os graus de Insegurança Alimentar

Conceitos	Definições
<i>Segurança Alimentar</i>	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais;
<i>Insegurança Alimentar Leve</i>	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos;
<i>Insegurança Alimentar Moderada</i>	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos;
<i>Insegurança Alimentar Grave</i>	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

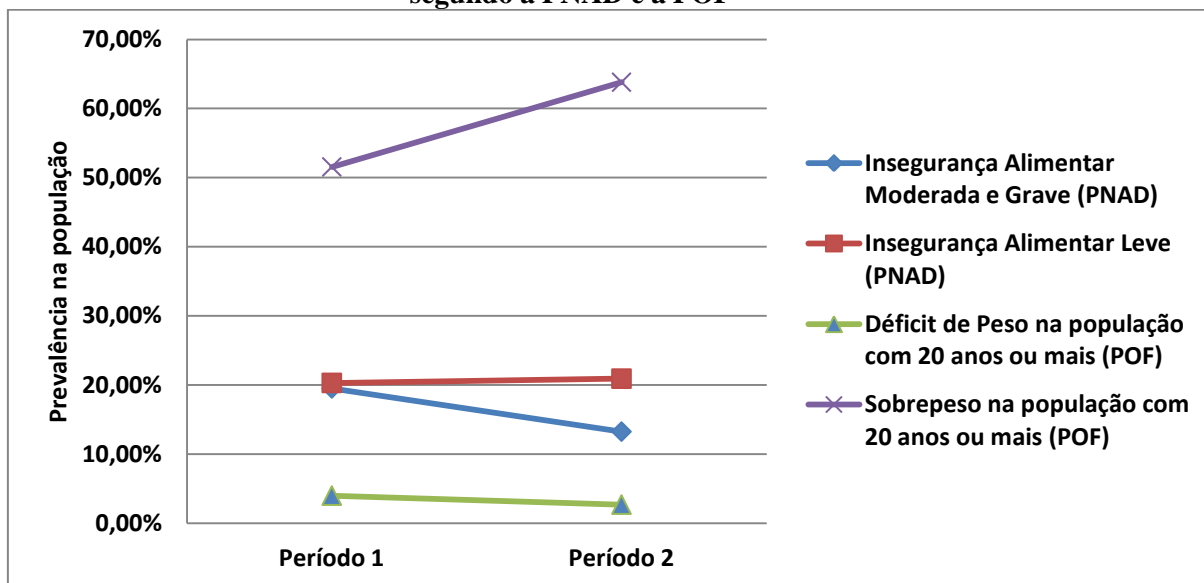
Fonte: IBGE (2010c).

Merece destaque o fato de a instituição trabalhar com uma concepção restrita de segurança alimentar, o que nos permite lançar mão apenas de avaliações que tenham como escopo o acesso físico e econômico aos alimentos. Ainda assim, é possível apresentar um breve panorama da Segurança Alimentar no Brasil pela PNAD, que utiliza a escala EBIA, e pela POF que utiliza as taxas de do Índice de Massa Corporal (IMC) recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁰.

O gráfico 2 apresenta uma queda na insegurança alimentar moderada e grave que é definida pela redução quantitativa de alimentos e um declínio leve dos índices de déficit de peso na população com 20 anos ou mais. Concomitante a isso, os dados demonstram um leve aumento na insegurança alimentar leve que na escala EBIA é conceituada por uma alteração da dieta com vistas a não comprometer a quantidade consumida e um significativo aumento de sobrepeso na população com mais de 20 anos. Essa análise dá força ao argumento de que o acesso a uma dieta saudável não acompanha a redução da fome e subnutrição no Brasil.

¹⁰ Foram utilizados indicadores do estado nutricional segundo o Índice de Massa Corporal (IMC) para aferição do perfil antropométrico-nutricional em ambas as edições, como sugere a Organização Mundial da Saúde (OMS). Os indivíduos adultos são classificados como portadores de *déficit de peso* (IMC < 18,5 kg/m²), *excesso de peso* (IMC ≥ 25 kg/m²) e *obesidade* (IMC ≥ 30 kg/m²) (IBGE, 2004; 2010b).

Gráfico 2 - Evolução da Insegurança Alimentar na população do Centro-Oeste segundo a PNAD e a POF



Legenda: Período 1 = 2002-2003 e 2004. Período 2 = 2008-2009

Fonte: IBGE (2006, 2010a, 2010c).

Essa mudança no comportamento alimentar é vivenciada, inclusive, pela população em extrema pobreza. Segundo o IBASE (2008), o acesso ao programa Bolsa Família elevou o consumo de açúcares para 78% dos inquiridos, biscoitos para 63% e industrializados para 62% da amostra. Feijão, frutas e vegetais representaram, respectivamente, aumento para 59%, 55% e 40% dos respondentes. Dentre as regiões, o Centro-Oeste foi a que mais se aproximou do quadro nacional. Chama atenção o fato de alimentos com maior densidade calórica e reduzido valor nutritivo prevalecerem como alternativa de consumo, contribuindo para os índices de sobrepeso e certas doenças crônicas relativas a dietas com elevado teor energético. Isso nos traz indícios de que, apesar do forte incentivo às ações de combate à fome, a qualidade da dieta alimentar dessas famílias tem sido pouco problematizada nos programas focalizados na superação da extrema pobreza.

Muito embora essa modificação de hábitos alimentares seja puxada por um padrão de consumo urbano, as populações rurais têm sofrido de forma semelhante problemas de alteração do comportamento alimentar, inclusive, na região Centro-Oeste, foco desta pesquisa. Segundo o Suplemento Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) 2004/2009, a incidência de insegurança alimentar nos domicílios rurais sofreu significativa redução no geral, sendo mais expressiva nos

domicílios cuja renda domiciliar *per capita* alcançava 1 salário mínimo, conforme tabela 5. Para esses, a sensação de restrição na qualidade dos alimentos foi menor em mais de 6 pontos percentuais de 2004 para 2009. Já na forma moderada ou grave, a diminuição desses índices foi menos expressiva, caindo quase 4% entre os períodos pesquisados.

A realidade foi menos animadora para os extratos com mais de 1 salário, de forma que a insegurança alimentar retrocedeu, inclusive quando analisamos pela intensidade. Em 2004, 8,81% dos domicílios com mais de 1 até 2 salários encontravam-se com algum grau de restrição na alimentação e, em 2009, esse contingente sobe para 12,09%. Para aqueles com mais de 2 salários, também houve aumento de quase 2% entre os períodos analisados. Esse movimento distinto entre as classes de renda é consequência da linha de pobreza¹¹ assumida pelos programas de transferência de renda.

Tabela 5 - Incidência de insegurança alimentar em domicílios rurais particulares, região Centro-Oeste.

Classes de Rendimento	Insegurança Alimentar		
	Total	Leve	Moderada ou Grave
2004			
Total	29,69%	19,16%	10,53%
Até 1 SM	36,15%	22,94%	13,21%
Mais de 1 até 2 SM	8,81%	6,60%	2,21%
Mais de 2 SM	3,33%	2,21%	1,12%
2009			
Total	20,73%	14,13%	6,60%
Até 1 SM	25,39%	16,33%	9,06%
Mais de 1 até 2 SM	12,09%	9,85%	2,24%
Mais de 2 SM	5,32%	4,74%	0,58%

Legenda: SM = Salário Mínimo

Fonte: IBGE (2010c).

Ainda a respeito da manifestação de insegurança alimentar nos domicílios rurais, segundo os dados da PNAD, ao fazer um recorte de gênero, conforme explicita a tabela 6, aqueles chefiados por mulheres são proporcionalmente mais atingidos pelas formas

¹¹ No caso do Programa Bolsa Família, o recorte é famílias com crianças entre 0 e 17 anos que recebam até R\$140,00 por pessoa. Famílias sem crianças nessa faixa etária devem possuir até R\$70,00 por pessoa para ter acesso ao benefício. Enquadrando-se nesses critérios, o valor do benefício pode variar entre R\$22,00 e R\$200,00 a depender do número de pessoas na família. No Benefício de Prestação Continuada, o critério é ter mais de 65 anos ou pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho que em ambas as situações recebam menos de ¼ do salário mínimo. Aqui o benefício é de 1 salário mínimo para o beneficiário. Esses são programas federais, o que não exclui a existência de outros programas promovidos pelas esferas estaduais e municipais. Disponível em: <www.mds.gov.br>.

moderada e grave do que quando a pessoa de referência do domicílio é do sexo masculino (11,4% contra 5,93% respectivamente). Comparativamente aos dados divulgados em 2004, essa diferença percentual praticamente manteve-se inalterada (em 2004 era de 16,38% e 9,99% respectivamente), levando a crer que as políticas públicas têm tido dificuldade de combater a insegurança alimentar em famílias chefiadas por mulheres.

Mas chama atenção a prevalência de insegurança alimentar leve que envolve a restrição na qualidade da alimentação, visando resguardar a quantidade do consumo. Entre os lares chefiados por mulheres, esse dado alterou pouco entre as duas PNADs, colocando esse contingente como o mais suscetível a sofrer do acesso aos alimentos em todos os níveis.

Tabela 6 - Domicílios particulares com insegurança alimentar situados no meio rural segundo o sexo de referência da pessoa do domicílio.

Sexo da pessoa de referência	Insegurança Alimentar		
	Total	Leve	Moderada ou Grave
2004			
Homem	29,21%	19,21%	10,00%
Mulher	35,23%	18,85%	16,38%
2009			
Homem	19,70%	13,77%	5,93%
Mulher	28,03%	16,63%	11,40%

Fonte: IBGE (2010c)

Sem dúvida, os dados da PNAD nos dão uma aproximação sobre a condição de segurança alimentar. Contudo, essa análise ganha maior rigor quando cotejada com os dados divulgados na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2002/2003 e 2008/2009 sobre o gasto com alimentação. Em relação à despesa média mensal familiar monetárias e não-monetárias no Brasil por sexo da pessoa de referência, os dados demonstram que a insegurança alimentar tem sido mais frequente em lares chefiados por pessoas do sexo feminino. As despesas com alimentação representam 24,86% das despesas totais nos domicílios cuja pessoa de referência é uma mulher contra 23,94% nos dirigidos por homens. Apesar disso, o gasto monetário e não-monetário médio mensal no primeiro grupo é menor, representado R\$86,54 contra R\$94,82 nos domicílios chefiados por uma pessoa do sexo masculino.

O custo da alimentação nas famílias chefiadas por mulheres é mais elevado em relação ao gasto total, mas o gasto mensal por pessoa é 9,12% a menos do que nas residências nas quais a pessoa de referência é homem. Mais significativo ainda é que o custo total da alimentação nas famílias chefiadas por mulheres é 20,6% menor do que nas chefiadas por homens. Apesar de apresentar um quadro geral no Brasil, a princípio não há indicadores de que essa realidade possa muito ser distinta na região Centro-Oeste.

Ressalta-se que o nível de insegurança é maior entre as famílias chefiadas por mulheres por serem predominantemente famílias nas quais as mulheres frequentemente assumem sozinhas o cuidado do lar, acentuando o peso da dupla jornada de trabalho acumulada entre o trabalho no roçado e na gestão do ambiente doméstico. Tais condições tornam-se ainda mais adversas quando se concebe que elas representam um grupo que nas pesquisas são apontadas como mais suscetíveis à pobreza pela insuficiência do acesso à renda e acesso a outros bens e serviços como terra, crédito e programas de desenvolvimento da agricultura (MELO, 2006).

Ao contrário do panorama apresentado, a pesquisa de Melo e Di Sabbato (2009) constatam que, destarte a diminuição dos rendimentos reais da população como um todo até 2004, em 2006 houve um aumento do rendimento real para o segmento rural, com aumento maior para as agricultoras. Houve um crescimento de 31,5% para as agricultoras e de 8,9% para os agricultores como contribuição da valorização do salário mínimo e da contenção da inflação. Vale ressaltar que esse movimento pode ser também reflexo da política de transferência de renda e das mudanças nas ocupações femininas no meio rural.

Ainda investigando a realidade apresentada pela POF de 2002/2003 e de 2008/2009, é possível especular que a Insegurança Alimentar das famílias seja influenciada pela perda de práticas alimentares tradicionais. A tabela 7 demonstra que houve uma queda no consumo de produtos importantes para uma alimentação saudável como *Cereais e leguminosas*, *Hortaliças* e *Farinhas, féculas e massas*, bem como o consumo de carnes com baixo teor de gordura, como *Pescados* e *Aves e ovos*. Em ascensão, encontram-se produtos tipicamente processados e industrializados, inclusive de *Bebidas e infusões*, que abrangem a ingestão de refrigerantes, e de *Carnes*. Essa composição dá sinais de uma alimentação mais carregada em carboidratos, açúcares e proteínas.

Tabela 7 - Aquisição alimentar domiciliar per capita anual em domicílios situados no meio

Produtos	Aquisição alimentar domiciliar per capita anual (kg)		
	2002-2003	2008-2009	Variação (%)
Outros produtos	0,0302	0,106	251,0%
Vísceras	0,16	0,295	84,4%
Frutas	12,407	17,342	39,8%
Alimentos preparados e misturas industriais	0,669	0,867	29,6%
Panificados	5,621	6,741	19,9%
Sais e condimentos	9,228	10,241	11,0%
Bebidas e infusões	25,626	27,879	8,8%
Carnes	26,079	27,219	4,4%
Cereais e leguminosas	97,427	83,537	-14,3%
Hortaliças	30,462	24,665	-19,0%
Farinhas, féculas e massas	18,584	14,862	-20,0%
Pescados	2,089	1,604	-23,2%
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	34,108	25,899	-24,1%
Aves e ovos	20,36	14,993	-26,4%
Óleos e gorduras	18,54	12,261	-33,9%
Cocos, castanhas e nozes	0,345	0,204	-40,9%
Laticínios	135,01	54,177	-59,9%

Nota: As quantidades de produtos adquiridos na forma líquida foram transformadas em kg, considerando-se volume igual a peso.

Fonte: IBGE (2004, 2010b).

Tais alterações, para além de representarem uma reorientação na dieta das populações rurais, expressam tendências mais amplas de adoção de hábitos que acompanham aspectos da modernização da produção agrícola, do comércio internacional e da dietética moderna. Ao investigar o contexto europeu, Teuteberg e Flandrin (1998) afirmam que a produção agrícola distancia-se das necessidades locais para corresponder às demandas do mercado externo, fragilizando a influência dos agricultores em relação aos preços dos alimentos e alterando os hábitos alimentares tradicionais. O padrão da ingestão de alimentos no século XIX e XX ganha uma maior contribuição dos alimentos como féculas, batatas e cereais, além do aumento no consumo de produtos de origem animal, o que representa uma dieta mais calórica. Verificou-se também um aumento proporcional em relação aos períodos antecedentes de laticínios, frutos e legumes ricos em cálcio, vitaminas e fibras como expressão da dietética moderna (TEUTEBERG e FLANDRIN, 1998).

O perfil alimentar enseja que as taxas de sobrepeso tenham origem nessa dinâmica de restrição da diversidade de alimentos e de produtos *in natura*, inferindo

sobre a saúde da população. Nesse sentido, a avaliação dos dados antropométricos da POF 2002-2003 e 2008-2009 ressaltam que a redução do déficit de peso em populações do meio rural com 20 anos foi compensada por um aumento nos índices de massa corpórea. Para as mulheres, a prevalência de *excesso de peso* variou de 42,5% na primeira publicação para 53,3% na segunda, e de *obesidade* de 11,7% para 18,8% para os mesmos períodos. Para os homens, o *excesso de peso* aumentou de 34,2% para 45,7% e de *obesos* de 6,1% para 12,1%, ou seja, dobra o contingente de homens enquadrados nessa última categoria. Tais dados assemelham-se à situação no Brasil como um todo, pois apesar de os índices serem um pouco menores, as proporções entre os sexos se mantêm. Comparativamente ao território Centro-Oeste, o aumento de massa corpórea tem sido, em geral, maior no Centro-Oeste do que na média nacional em ambos os períodos estudados. Já a prevalência de déficit de peso foi menor no Centro-Oeste em relação ao Brasil.

Na medida em que os dados antropométricos evidenciam uma redução do déficit de peso e um aumento dos índices de sobrepeso, infere-se que há uma mudança na dieta das populações. A insegurança alimentar por ausência de acesso físico aos alimentos passa a incorporar elementos de inadequação da dieta, influenciados seja pela pluriatividade das famílias rurais, que contribui para a incorporação de valores alimentares tipicamente urbanos, seja pelos programas de transferência de renda e de cestas básicas que fortalecem o consumo de alimentos industrializados e semipreparados. Dessa forma, é possível crer que a redução da fome é atenuada com a adoção de hábitos alimentares que favorecem o sobrepeso. Para Toniall (2001), a desnutrição e a obesidade são faces da mesma moeda, pois os índices de excesso de massa corpórea incidem majoritariamente nos extratos menos abastadas da mesma forma que o fenômeno da fome.

É fundamental ressaltar, ainda, que os problemas em relação ao IMC são mais presentes nas mulheres de acordo com os dados demonstrados pela tabela 8. A dificuldade na obtenção da renda e a desigual distribuição do alimento nos domicílios tornam esse grupo mais vulnerável no acesso a uma alimentação digna. Tanto na PNAD, quando elas são chefes de família quanto na POF, quando verificamos as distorções em relação ao peso, as mulheres figuram como mais propícias a estarem em condição de insegurança alimentar.

Tabela 8 - Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade para a população com 20 anos ou mais de idade, por sexo, com domicílio no meio rural, no Brasil e na região Centro Oeste.

Sexo	Prevalência e variação de déficit de peso, excesso de peso e obesidade para a população com 20 anos ou mais de idade (%)			
	2002-2003		2008-2009	
	Brasil	Centro-Oeste	Brasil	Centro-Oeste
Déficit de peso				
Mulher	6,1	6,3	4,2	3,5
Homem	3,5	3,3	2,6	2,2
Excesso de peso				
Mulher	40,8	42,5	47,9	53,3
Homem	28,5	34,2	38,8	45,7
Obesidade				
Mulher	12,7	11,7	16,5	18,8
Homem	5,2	6,1	8,8	12,1

Fonte: IBGE (2006, 2010a).

Essa exposição procurou mostrar que de fato vivenciamos uma fase de transformação no consumo de alimentos que não é meramente uma mudança contingencial nas famílias com dificuldade de acesso à renda, já que essa mudança abarca outras classes econômicas mais abastecidas. Ela tampouco consiste numa transformação tal como a que tivemos na história humana de adaptação da alimentação e da produção agrícola. Elas são reflexo de um processo que possibilita uma maior acumulação de capitais na cadeia de produção, abandonando uma alimentação diversificada e assentada em alimentos *in natura* em detrimento de produtos processados. Isso, obviamente, traz prejuízos à saúde ao deixar parte da população mais vulnerável a desenvolver doenças cardíacas, do sangue e disfunções hormonais.

Um dos fatores que influenciam nesse panorama consiste na atuação das políticas públicas de alimentação e nutrição que supervalorizam o acesso individual aos alimentos aos miseráveis, contribuindo para a reprodução social da pobreza e para a manutenção de uma dieta insuficiente em termos de qualidade. Entretanto, elas são preocupantes especialmente para a população rural quando se pensa que o consumo das famílias pode estar dissociando-se crescentemente de sua produção agrícola, fragilizando a qualidade da sua alimentação e a sua condição de agricultores. A crescente presença desses produtos explicita fenômeno no qual o mercado ganha força como provedor da alimentação, inclusive, dentre os produtores rurais. Dessa forma, o próximo capítulo pretende estudar os padrões alimentares entre os agricultores na lógica

de reprodução social e econômica, demonstrando os pontos frágeis dessa alimentação mercadorizada.

5 MULHERES NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

5.1 Histórico das comunidades

5.1.1 O quilombo Engenho II

A história do quilombo Kalunga insere-se num contexto geral de ocupação do interior do território brasileiro em decorrência da atividade mineradora. Essa foi uma das principais atividades conduzidas na colônia brasileira nos séculos XVII e XVIII num período de decadência dos engenhos e da economia açucareira. A profusão dos quilombos remete a esse momento de expansão da colonização com a produção nas minas, utilizando mão-de-obra escrava na extração de minérios e, secundariamente, na produção de alimentos para manter a economia mineira. Os quilombos se configuravam como espaços típicos de escravos fugidos, mas igualmente de escravos libertos que adquiriam a sua alforria ou que cultivavam alimentos nas terras dos senhores em regime de parceria.

O estado de Goiás nasce desse ímpeto da economia aurífera no centro do Brasil que se sustentava, como foi ao longo de toda a história econômica de colonização, no trabalho do escravo de origem africana. Segundo Baiocchi (1999), os arquivos históricos apontam que a principal descendência africana do povo Kalunga é da etnia africana Bantu, muito embora a diversidade étnica seja uma marca desses povos. O processo de ocupação do território goiano nos quilombos ocasionou também a miscigenação cultural e biológica com etnias indígenas que habitavam a região como os Karajá, Gavião, Apinajé, Xavante e Tiririca, que em sua maioria mantinham uma boa convivência com o povo Kalunga (BAIOCCHI, 1999). Todavia por trás da história oficial, há evidências de que esse encontro não foi harmonioso¹², ocorrendo disputas por terras já que a fronteira de ocupação do homem branco avançava, provocando a colisão das rotas de populações tradicionais que fugiam desse regime de exploração do trabalho.

Os quilombos designavam tipicamente espaços de resistência ao trabalho imposto que pela fuga a locais de difícil acesso, limitavam o contato dos ex-escravos com populações de fora. Quando se depara com a paisagem da Chapada dos Veadeiros, repleto de morros altos, encostas e passagens estreitas é justificável a migração dessas populações para aquele território como forma de inibir o contato com a sociedade

¹² Informação pronunciada por uma aluna kalunga no curso de Licenciatura em Educação do Campo durante a minha permanência como monitora da matéria Memória e Territórios.

escravagista. Mesmo sendo um ponto de difícil acesso, não se pode deixar de mencionar que o isolamento era relativo, tendo em vista que os relatos apontam a passagem de ciganos, missionários e agentes do Estado pelo território em foco (BAIOCCHI, 1999). Os quilombolas são definidos como população tradicional por manter, em certo grau, preservadas as suas práticas culturais e identitárias devido ao baixo vínculo que mantinham com populações de fora, especialmente aquelas que subjogavam seus valores impondo um modo de vida baseado na exploração extenuante do trabalho. Reflete esse pensamento a noção do termo Kalunga na visão do próprio quilombo como “um lugar sagrado que não pode pertencer a uma só pessoa ou família” (BAIOCCHI, 1999, p. 41). O significado conferido pela comunidade reflete a forma de apropriação das terras e a filosofia de vida do povo, sendo um espaço de refúgio e libertação para os ex-escravos e seus descendentes.

Atualmente, o território Kalunga está contido na microrregião da Chapada dos Veadeiros¹³, ao norte do estado de Goiás, situada entre os municípios Monte Alegre, Terezina de Goiás e Cavalcante. Em 1991, por conflitos fundiários na região, a Assembleia Legislativa decreta a área como sítio histórico e patrimônio cultural iniciando o processo de reconhecimento de terras (BAIOCCHI, 1999). Já a titulação de território quilombola é expedida em 14/07/2000 pela Fundação Cultural dos Palmares, abrangendo uma área de 253.191,72 ha e abrigando um universo de 600 famílias (INCRA, 2013).

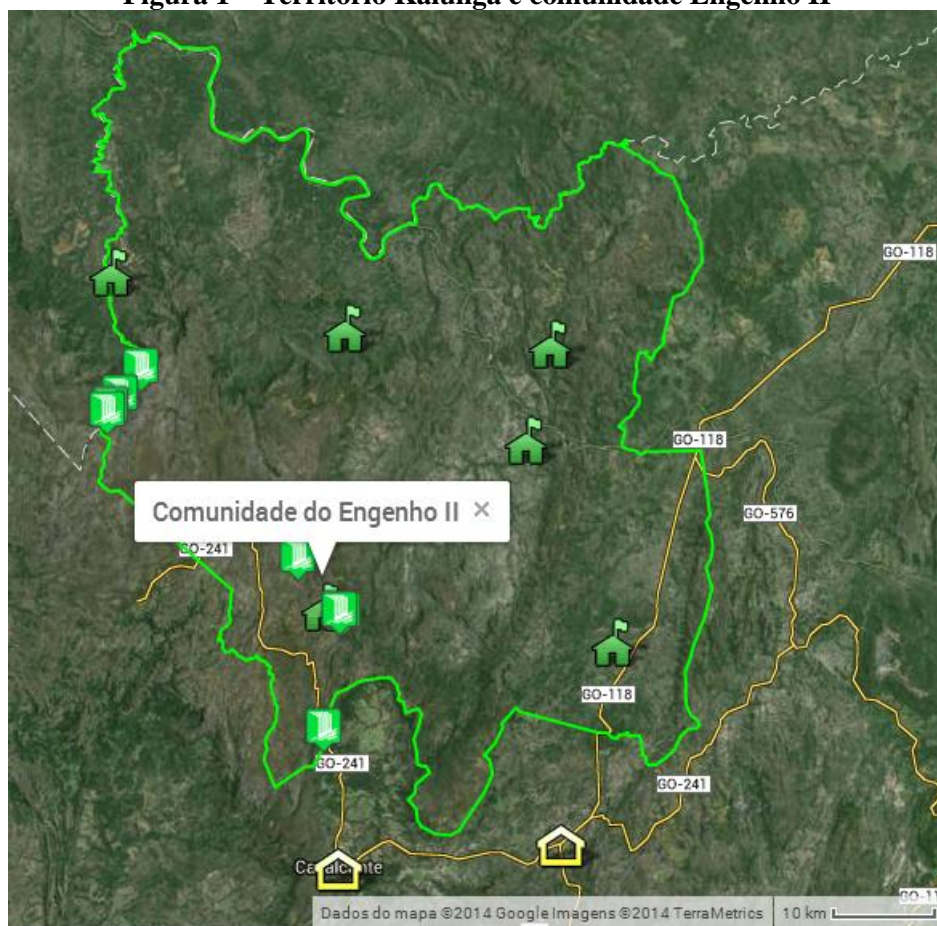
O local possui aproximadamente 30%¹⁴ das terras agricultáveis, sendo que as melhores encontram-se próximas ao Rio Paranã (BAIOCCHI, 1999). O calendário agrícola é conjugado com o calendário festivo e varia de acordo com o povoado em questão. Em geral inicia-se em novembro e dezembro o plantio, fevereiro e março, a limpa e o cuidado com a roça, e abril e maio as épocas de colheita. Segundo Baiocchi (1999), os principais alimentos plantados nas roças são mandioca, milho, amendoim, gergelim, inhame, abóbora, melão, maracujá, melancia e cana, sendo a mandioca o elemento mais importante pelo valor comercial da farinha kalunga nas cidades próximas.

¹³ Os dados populacionais demonstram que essa microrregião possui IDH de 0,68, abrigando 32,79% da população em zonas rurais. O IDH estadual é de 0,73, mostrando que a qualidade de vida na região medida por esse índice é baixa.

¹⁴ Esse cálculo foi feito com base na área do decreto legislativo que limitava a área a 237.000 ha. Com a titulação, esse número foi ampliado e por isso cito no texto como aproximação.

Habitam nesse território uma série de povoados (Vão de Almas, Vão do Muleque, Vão do Órfão) dos quais destacamos a comunidade Engenho II que dista 27 km do município de Cavalcante e é considerada uma das comunidades mais abastadas devido a sua proximidade com o centro urbano e ao fácil acesso físico em relação às demais como mostra a figura abaixo. Atualmente, residem nessa comunidade 130 famílias¹⁵.

Figura 1 – Território Kalunga e comunidade Engenho II



Fonte: TERRITÓRIO... (2014).

Com a abertura de estradas de terra que facilitam o fluxo para o meio urbano, o turismo passou a mobilizar parte significativa da economia Kalunga, especialmente no Engenho II, comprovado pelo ecoturismo, venda de artesanato no Centro de Atendimento ao Turista e refeições nos restaurantes abertos ao público de fora. Isso tem ocasionado o aumento da monetarização das relações naquele espaço, impactando de diversas formas na vida do povo Kalunga. Um dos pontos de destaque é o aumento da

¹⁵ Informação divulgada por um agente de saúde Kalunga em 21/01/2014.

individualização das relações de trabalho e consumo, limitadas ao espaço do núcleo familiar.

5.1.2 O assentamento Nova Piratininga

O assentamento Nova Piratininga localiza-se no município de Formosa/GO, a 70 km da sede administrativa desse e a 8 km do distrito de Santa Rosa na GO 458. A história do assentamento, diferente das produções escritas sobre o Engenho II, tomou como fonte o relato de uma aluna¹⁶, do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Faculdade UnB de Planaltina, em decorrência da ausência de publicações disponíveis sobre o território. Reforça a veracidade dessa narrativa o fato de ela ser filha de assentados da região e de ela se debruçar durante o percurso acadêmico na construção da história do assentamento.

Antes da ocupação, o território pertencia a um fazendeiro que supostamente iniciava o parcelamento da terra para venda. Atesta para tal fato a instalação de piquetes demarcando a terra. Pelo relato, a principal atividade econômica da fazenda era a venda de madeira para produção de carvão.

A ocupação da terra ocorre em 1991 e contou com o apoio de alguns atores políticos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formosa (SRTF), sendo esse último apontado como o protagonista do processo. Pertenciam ao sindicato as principais lideranças do acampamento Dona Beta e Joãozito, responsáveis pela mobilização dos sem-terra e pelo diálogo com o Incra SR04.

Em 1992, a ocupação abre espaço para a formação do assentamento, abrigando 92 famílias com lotes de 24 a 26 ha. Mas pela estimativa da entrevistada, aproximadamente 10% das famílias assentadas residem na comunidade Nova Piratininga, fator que enfraquece os laços iniciais estabelecidos durante o processo de ocupação. Também a grande distância entre as casas das famílias foi apontada como um fator limitante ao desenvolvimento de projetos coletivos.

No que se refere à produção de alimentos, o projeto inicial era manter uma lavoura comunitária com produção de arroz, milho, mandioca, mas que, segundo a

¹⁶ Entrevista realizada em 02/12/2013.

entrevistada nunca conseguiu avançar muito. Houve, ainda, a construção de uma fábrica de farinha de mandioca que atualmente encontra-se inativa. Segundo minhas observações e as conversas com a população local, a produção serve praticamente para o autoconsumo, com a exceção de algumas famílias que produzem para mercados em Santa Rosa.

Em 1994 a primeira associação com sede no assentamento foi formalizada, a Associação dos Pequenos Produtores de Nova Piratiniga, inicialmente presidida por Pedrinho e logo em seguida por Estandislau Rodrigues da Silva, atual presidente. Existem em Nova Piratiniga mais 1 associação e 1 cooperativa. Há também 1 escola rural em funcionamento dentro da comunidade.

Desde a criação, o assentamento já foi alvo de diversos programas governamentais como Pronaf, ATER, Procer e outros editais para compra de equipamentos comunitários.

5.2 Caracterização das famílias estudadas

Devido ao processo de ocupação no território, às relações de trabalho e aos vínculos que tais comunidades estabelecem com o meio urbano, as características na composição das famílias foram bastante diferenciadas. Em geral o número de filhos por casal entre as duas comunidades não é tão discrepante, mas a distinção ocorre quando se compara o número de pessoas residindo nos lotes de acordo com a tabela 9. A quantidade média de pessoas que vivem no assentamento por domicílio é de 3,25 e no quilombo de 5,3. Entre os quilombolas ainda é frequente ter famílias numerosas habitando a mesma casa, fator que auxilia na distribuição das tarefas domésticas e da roça como se verá adiante.

Tabela 9 - Quantidade pessoas por lote nas comunidades rurais

Nova Piratiniga	Engenho II
3,25	5,3

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação ao número de indivíduos com mais de 12 anos que provavelmente começam a colaborar na produção de comida, no Engenho II havia 2 famílias com apenas 1 pessoa com mais de 12 anos, enquanto que no assentamento Nova Piratiniga

a quantidade mínima de residentes nessa condição eram 2 pessoas, conforme tabela 10. No quilombo tem-se uma das situações em que a mulher conduz a chefia da família de forma isolada, o que provavelmente gera situações de privação mais constante por ter somente um adulto na família em condições de trabalhar na produção de alimentos e gerar renda. Por outro lado, no Engenho II também é possível observar famílias com um elevado número de pessoas em condições de auxiliar na produção de comida. Portanto, se por um lado há famílias com chefias monoparentais e com menor volume de trabalho ativo, há também famílias extensas em que o trabalho individual pode ser menos concentrado.

Uma das justificativas mais plausíveis para a diferença no número de residentes é o processo de migração da população jovem para as cidades em busca de melhores condições de sobrevivência. Entre os quilombolas, esse processo parece ter sido contido em decorrência das melhores condições de acesso a terra e, especificamente no Engenho II, de terem se desenvolvido atividades típicas do meio urbano em decorrência do turismo e da instalação de equipamentos públicos.

Tabela 10 - Quantidade de pessoas com mais de 12 anos por lote nas comunidades rurais

Comunidade	Lote	Número de pessoas
Nova Piratininga	A	3
	B	2
	C	4
	D	3
Engenho II	1	8
	2	4
	3	5
	4	1
	5	2
	6	2
	7	6
	8	5
	9	1

Fonte: Elaborado pela autora.

No que cerne a idade das chefes de família, o assentamento apresentou uma média maior do que a encontrada no quilombo, com uma diferença de quase 6 anos de

acordo com a tabela 11. No Engenho II, a média de idade foi de 44,67 e em Nova Piratininga de 50 anos.

Tabela 11 - Idade média das mulheres chefes de família

Nova Piratininga	Engenho II
50	44,67

Fonte: Elaborada pela autora.

Sobre o estado civil das mulheres pesquisadas, não havia no assentamento Nova Piratininga mulheres na condição de solteiras ou separadas como mostra a tabela 12, sendo que entre as quilombolas essa condição era quase a mesma quantidade de mulheres casadas ou em união estável. Um dos fatores que influencia esse quadro é a ausência de relações de trabalho comunitárias no assentamento, o que acaba por tornar a reprodução das famílias monoparentais chefiadas por mulheres muito mais difícil para além das condições de discriminação e opressão. Por isso, no Engenho II é mais frequente encontrar famílias monoparentais chefiadas por mulheres do que no assentamento Nova Piratininga, onde não há produção comunitária.

Tabela 12 - Estado civil das mulheres chefes de família

Situação	Nova Piratininga	Engenho II
casada/ união estável	4	5
solteira/ separada	0	4

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados nos informam, portanto, que nos assentamentos as famílias são menores, as mulheres são mais velhas e na maioria, casadas ou em união estável. Na comunidade quilombola, a presença de trabalhos assalariados e a proximidade das relações de parentesco e dos laços de sociabilidade parecem favorecer a reprodução social e econômica de famílias com reduzida mão de obra ativa, a permanência da população jovem e de mulheres solteiras ou separadas chefes de família. Esses são fatores que ilustram previamente as condições de trabalho das mulheres no desempenho do trabalho doméstico e da produção para o autoconsumo.

5.3 O trabalho das mulheres versus o trabalho feminino

Com base nas entrevistas direcionadas às mulheres chefes de família, a maioria relatou a sua jornada de trabalho como extensa. Algumas falas ressaltam que o trabalho as ocupa quase todo o dia com poucos intervalos de descanso ou interrupção:

Ah, eu mexo mais é na casa mesmo, que eu mexo mais. Porque isso aí não tem jeito, né? É 24 horas que tá mexendo com tudo. (Engenho II, lote 1).

Eu te falo, menina, que eu aqui o dia todinho lutando eu não paro, muito difícil eu parar. Às vezes eu tô até com dor de cabeça, às vezes tomo um remedinho e deito um pouco no canto pra dor de cabeça, né? Mas eu te falo que eu fico aqui o dia todinho lutando. (Nova Piratininga, Lote D).

Apesar da sobrecarga laboral, poucas o veem como uma condição particular às mulheres. Merece destaque a ausência nos discursos no que cerne à extensão das jornadas de trabalho em relação aos homens, mencionado apenas na entrevista abaixo:

O prazo que a gente vai limpar o quintal, o prazo que a gente tem ali almoçou, a gente enrole ali mais ou menos uma hora, meia hora e no batente de novo, trabalhar de novo. Aí para ali pra 17h, 17h30. Pra descansar pra banhar pra descansar, bom o homem vai descansar, né? Talvez. Mas a mulher não, a mulher ainda tem que chegar arrumar alguma coisa, fazer janta. É a mulher acho que ela sempre trabalha mais, sabia? [Risos]. (Nova Piratininga, Lote C).

Ao questioná-las sobre o trabalho na roça a maioria afirmou desempenhá-las, ainda que trabalhem fora do lote. As atividades mais relatadas foram limpeza do quintal, alimentação dos animais e plantio da horta.

Figura 2 – Mulheres na produção para o autoconsumo



Fonte: Elaborada pela autora.

O trabalho na roça, dito mais pesado era pouco relatado por elas. Nessas atividades, elas qualificavam sua jornada mais como ajuda ao marido ou companheiro. Esse fato corrobora as análises sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura em que os cultivos destinados à venda são amplamente operados pelos homens e aqueles mais próprios do autoconsumo, pelas mulheres.

Eu é mais com a casa, né? Na casa, cuidar dos bichos. Agora [meu marido] já é na parte das vacas, que é de tirar leite, de dar o sal, a vacina, essas coisa tudo, né? (Nova Piratininga, Lote A).

Na roça eu cuido dos canteiros, plantas os canteiros que meu marido arruma os canteiros e eu só faço plantar mesmo, plantar molhar, regar, né? [...]A horta eu mesmo que cuido, só não faço os canteiros que é capina, aí eu não faço. (Engenho II, Lote 8).

As mulheres só se deslocam para a roça nos períodos de colheita em que o volume de trabalho é maior e mais urgente para evitar perder a safra. A baixa frequência desse tipo de serviço leva a considerar essa atividade como ajuda já que a responsabilidade por esses plantios não pertence a elas.

Ele cuida das roça e eu fico na cozinha, na casa. Muitas vezes vou pra roça junto com ele. Assim, quando tem pra colher um amendoim, que nós planta muito amendoim. Aí geralmente é só eu. Amendoim é mais eu. Agora tem outro serviço pra fazer lá na roça, eu vou pra ajudar ele. (Nova Piratininga, Lote B).

Na horta, mais é na horta. Na roça ultimamente eu não tenho ido não aí agora esse ano. Agora tá limpando o milho, aí depois do milho, aí já vem o feijão, aí vem a colheita de arroz, vem a colheita de feijão, aí é que eu vou lá ajudando. (Engenho II, Lote 3).

Eu faço é capinar, às vezes plantar mandioca, plantar meus remedinho que eu gosto. Na roça eu planto milho, feijão, depois vou colher ele. Não faço nada mais não. [...]É só na roça mesmo que ele [namorado] planta, né? Aí eu vou lá e ajudo ele. Mas só que minha despesa quem faz é eu mesmo. Ele não faz despesa de nada, não dá nada não. (Engenho II, lote 4).

Vale ressaltar também que essa noção de cuidado ameniza a condição de esforço e, por conseguinte, a associação como trabalho. Na fala da agricultora abaixo, a labuta na horta encontra-se mais relacionada ao tempo de descanso:

Ixe... A gente trabalha assim, por exemplo, qui no quintal uma vez eu tô aí uma hora que eu não tô fazendo nada, aí eu pego vou faço... (Engenho II, lote 1).

A localização dos quintais próximos às residências privilegia a atuação delas nesses espaços de trabalho. Por estarem próximos, os horários das lides agrícolas não são bem definidos e tendem a não ser contabilizados exatamente como dispêndio de tempo e esforço físico. O trabalho dos homens desenvolvido nas roças, geralmente situadas mais distantes das residências, é reconhecido como trabalho por exigir certo deslocamento da casa, facilitando o cálculo do tempo de trabalho. No Engenho II, as roças chegam a distar quilômetros das casas, de forma que o tempo de roçar pode ser quantificado em dias.

Ainda nessa comunidade algumas roças são comunitárias, o que permite maior acesso das chefiãs monoparentais femininas cultivarem nesses espaços, como ilustra a fala de uma mãe cujo estado civil é separada:

Depende, eu mesmo tem um bocado de tia que tem lugar aí que tem roça, tem laranja, banana, essas coisas aí, milho, eu mesmo agora dia 20 eu vou lá na roça dele no Bom Jesus, buscar [colher] milho verde, no meu tio, assim que eu vou em roça mesmo. (Engenho II, lote 9).

Relativamente ao trabalho doméstico, mais entendido como restrito ao espaço da casa e não tanto do lote, as mulheres declararam que são as principais executoras, conforme ilustra a figura abaixo. Essas atividades, quando compartilhadas, são desempenhadas pelas filhas, sobretudo nas famílias cujas mulheres trabalham fora de casa. A distribuição dessas tarefas para as meninas é uma das expressões mais eloquentes do modo de inserção diferenciado entre os sexos no mundo do trabalho, reproduzindo as hierarquias de gênero, fenômeno realçado por Segato (2000).

A participação dos homens nessas atividades é nula ou eventual, em geral, quando a mulher chefe de família o pede ou está fora de casa por períodos mais longos como viagens à cidade. Os filhos mais velhos tendem a se encarregar pouco nas tarefas domésticas, participando mais do trabalho na roça. Se por um lado o que conduz os homens para o trabalho na roça é o adjetivo *pesado* que identifica essas atividades, as do lar, também bastante exaustivas pelo volume de atividades, são atribuídas às mulheres. Não é tanto o princípio do uso da força que separa as atribuições entre homens e mulheres, uma vez que isso representa uma noção relativa para justificar as diferenças.

A avaliação negativa da obrigação com o trabalho doméstico é compensada pela assunção de outras atividades que são mais valorizadas entre elas, notadamente aquelas

que garantem retorno financeiro. A preferência por exercer outras atividades que não sejam domésticas aparece nos relatos pelo prazer de trabalhar fora de casa:

No mais é só arrumar a casa, lavar vasilha, mexer com roupa, porque pra passear não tem jeito nem de eu sair, a rotina é mesmo só em casa, depois... Tu acredita que eu prefiro mais tá trabalhando no colégio que tá dentro de casa? [...] porque pelo menos tem como o tempo passar. (Engenho II, Lote 9).

[...] Tava lá em Santa Rosa, três quilômetros, mas fui até terminar, eu gosto de fazer [artesanato]. Eu mesmo invento as coisas. Se eu vejo uma pessoa fazendo eu fico curiando pra fazer. E o tempo passa sabe, sei lá, parece que a mente da gente fica mais leve, não traz tanta preocupação, outras coisas que não deve. (Nova Piratininga, Lote C).

O preparo dos alimentos também continua como atribuição das mães e, secundariamente, pelas filhas. Somente essa atividade ocupa de 1h a 3h do cotidiano delas, variando em relação à quantidade de alimentos em cada refeição e se a janta é novamente feita ou esquentada. O ato de cozinhar é mais uma entre as atividades domésticas que se somam a jornada extra. Se essa é uma competência quase privativa das mulheres esse dado nos dá pistas do quanto pode exceder a rotina delas em comparação à dos seus companheiros.

Figura 3 – Trabalho das mulheres no preparo das refeições



Fonte: Elaborado pela autora.

Contudo, o trabalho na alimentação é bastante reconhecido como prazeroso pelas mulheres, o que contribui para a concentração dessas atividades relacionadas às chefes de família:

A comida eu tenho preferência de eu mesmo fazer porque eu gosto da minha comida [Risos]. (Engenho II, lote 5).

Fico feliz de plantar, aqui vou plantar uma cenoura, aqui vou plantar beterraba, vou plantar uma couve, aqui vou semear uma semente, depois vou mudar daqui e plantar acolá, e aí o tempo vai... eu fico feliz quando to trabalhando na minha horta. Sei que vou comer, alimentar eu e minha família e mais pessoas. (Engenho II, lote 7).

As falas acima representam a identificação que as mulheres agricultoras possuem com a produção e preparo de alimentos. Esse é um dos aspectos que reforça a condição de mães e cuidadoras e, mais ainda, o valor cultural entre mulheres e alimentação. As práticas voltadas para esse campo são reforçadas, então, como atividades femininas, mantendo a produção e o preparo dos alimentos como responsabilidade delas.

Essa configuração do trabalho qualificando o trabalho na horta como cuidado, bem como a responsabilidade no preparo das refeições, compartilhado ou assumido pelas filhas, também corrobora a concepção dessas tarefas como atividade tipicamente feminina. Isso fragiliza a ideia de esforço físico para desenvolvê-las, o que impacta na distribuição mais injusta das tarefas entre os sexos. Essa forma de divisão mantém a superexploração do trabalho das mulheres pela família para garantir a reprodução social e econômica da unidade, bem como o elevado desgaste físico das mulheres chefes de família.

5.4 Produção e consumo de alimentos na agricultura familiar

A produção de gêneros alimentícios nos lotes é na maioria dos casos diversificada, de acordo com a descrição das mulheres. Pela tabela 13, a média ultrapassa 19 itens produzidos pela família durante o ano, sendo esse um bom indicador para a segurança alimentar das famílias. A diversidade foi menor entre os lotes cuja chefia é monoparental e que possuem poucos indivíduos em idade jovem ou adulta.

A principal fonte de proteína animal baseia-se na criação de frango que permite o aproveitamento de carne e ovos, seguido da criação de porco. A bovinocultura é menos praticada por ser mais cara e exigir mais tempo até que se esteja apto para consumir leite ou para o corte.

Entre os cultivos de hortaliças, cereais e legumes, os itens que mais se repetem são a mandioca e o milho no assentamento, enquanto no quilombo somam-se a esses

itens o plantio de arroz e feijão. Tais itens representam tradicionalmente os cultivos pertinentes à lavoura na agricultura familiar.

Tabela 13 – Cultivos e Criações nas comunidades rurais (continua)

Comunidade	Lote	Produção de alimentos	
		hortaliças/frutas/legumes	criação animal
Nova Piratininga	lote A	manga, mangaba, caju, jaca, goiaba, cana, acerola, seriguela, limão, mamão, cajazinho, mandioca, jiló, pequi, tamarindo, abóbora, berinjela, cheiro-verde, coentro, cebolinha, couve, repolho, milho.	frango, vaca, porco, pato
	lote B	manga, goiaba, seriguela, jabuticaba, amora, pitomba, limão, mamão, laranja, banana, maracujá, caju, coco, cana, abóbora, milho, mandioca, feijão, batata, inhame, cebola, pimenta.	frango, vaca, porco
	lote C	laranja, banana, manga, limão, goiaba, seriguela, cumarim, mamão, romã, acerola, abacate, melancia, cana, mandioca, milho, couve, jiló, tomate, pimenta, mostarda, pimentão, cebola, coentro, salsa, batata, cheiro-verde.	frango, porco
	lote D	acerola, manga, uva, amora, limão, caju, abacate, banana, abóbora, mandioca, guariroba e pequi.	frango
Engenho II	lote 1	abacate, acerola, goiaba, amora, maracujá, cana, limão, laranja, mamão, melancia, mandioca, batata doce, inhame, alface, rúcula, couve, taioba, jiló, maxixe, cebolinha, coentro, tomate, manjericão, cenoura, pimenta.	frango
	lote 2	manga, abacaxi, limão, ameixa, abacate, laranja, morango, cana, jabuticaba, mamão, maracujá, pinha, caju, banana, acerola, amora, uva, alface, couve, cebolinha, quiabo, abóbora vagem, jiló, cenoura, beterraba, almeirão, chuchu, mandioca, milho, arroz, inhame, berinjela.	frango
	lote 3	abacate, mamão, abacaxi, laranja, manga, banana, limão, acerola, maracujá, cenoura, tomate, alface, couve, mandioca, batata doce, cebolinha, coentro, abóbora, pimenta, rúcula, almeirão.	frango
	lote 4	maracujá, limão, banana, curcuma, mandioca, milho, cebolinha, coentro, couve, mostarda, pimenta.	frango, porco

Tabela 13 – Cultivos e Criações nas comunidades rurais (conclusão)

Comunidade	Lote	Produção de alimentos	
		hortaliças/frutas/legumes	criação animal
Engenho II	lote 5	jabuticaba, mamão, limão, abacaxi, melancia, abóbora, milho, amendoim, feijão, cebolinha, batata, pimenta, mandioca, tomate, rúcula, cebola, taioba, jiló	frango, porco, vaca
	lote 6	Mandioca.	galinha
	lote 7	banana, cana, maracujá, mamão, acerola, café, laranja, jaca, abacaxi, manga, murici, tomate, alface, almeirão, milho, mandioca, abóbora, cenoura, jiló, couve, cebolinha, coentro, chuchu, almeirão, inhame.	frango, vaca
	lote 8	banana, mamão, manga, abacate, araticum, limão, maracujá, laranja, abacaxi, acerola, graviola, abóbora, mandioca, cenoura, feijão, arroz, alface, rúcula, almeirão, couve, cebolinha, coentro, salsa, manjericão, chuchu, vagem, jiló, amendoim, pimenta, milho.	galinha
	lote 9	jenipapo, feijão, banana	galinha, vaca

Fonte: Elaborado pela autora.

No assentamento Nova Piratininga, a ausência do feijão e principalmente do arroz é explicitada pelas mulheres com o argumento de a terra ser de má qualidade. De fato, no Engenho II as roças localizam-se nas áreas próximas ao rio Paranã ou nos “boqueirões” de serra, locais onde a qualidade da terra é melhor para esses cultivos em maior escala pela disponibilidade de água. Mas também o saber-fazer determina a existência ou não desses cultivos entre as famílias. Entre os quilombolas, a modernização tecnológica avançou menos, preservando as técnicas tradicionais de plantio. Entre os assentados, a dependência de adubos e fertilizantes parece ser maior, sendo um dos pontos fracos da produção em Nova Piratininga:

Então a gente tem a terra, bem na verdade, o povo deve ignorar: “mas vocês mora na terra, vocês têm a terra... Por que vocês não produzem então?” porque tem que... como é que fala? ...tem que beneficiar a terra, tem que... tem que ter o calcário, tem que ter um tanto de coisa pra fortalecer a terra, né? Tem que ter o adubo que é bem caro, entendeu? (Nova Piratininga, Lote D).

Porque uma que a terra não ajuda, outra as condições da gente também é fraca, porque pra você plantar o arroz você vai ter que beneficiar a terra. Comprar adubo, pagar pra arar, pagar pra botar remédio, então o que você gasta não compensa você plantar. (Nova Piratininga, Lote B).

Tais condições influenciam na reprodução alimentar das famílias agricultoras, refletidas aqui no consumo doméstico de alimentos. A tabela a seguir foi elaborada com

base no registro pelas mulheres e seus filhos e filhas e, eventualmente pela pesquisadora. Foi solicitado que preenchessem 30 dias de refeições, mas a contagem dos dias variou entre 17 e 30 dias, sendo a maioria com café da manhã, almoço e janta. A intenção desse instrumental foi verificar a frequência com que os gêneros alimentícios aparecem, e não o peso desses alimentos na composição das refeições. Dessa forma não importa a quantidade que foi consumida de bolacha ou banana, por exemplo, pois cada marcação possui um valor unitário.

Segundo a tabela 14 o Desjejum é a alimentação com maior índice de Panificados com 25,2% no Engenho II e 25,7% em Nova Piratininga. As Frutas e hortaliças marcam percentual reduzido nessa refeição, compondo 3,2% e 0,4% dos itens respectivamente. Por ser a primeira refeição do dia é comum que ela contenha alimentos como Panificados que possuem maior teor de carboidratos. Contudo, o consumo maior desses itens compostos por Alimentos processados e industrializados, como bolo, bolachas e biscoitos, substitui o de Cereais e leguminosas e Frutas e hortaliças, alimentos *in natura* e mais caracterizados pela lenta absorção de carboidratos, o que produziria uma sensação de saciedade por mais tempo.

Essa presença de mantimentos processados, provavelmente se deve ao fato de não conceber o café da manhã tanto como refeição. Em algumas famílias era comum o desjejum tornar-se o lanche da manhã, aceitando itens de preparo rápido para reduzir o tempo de pausa para descanso.

Nas anotações referentes ao Almoço, o peso de Cereais e leguminosas chegou a mais da metade de todos os itens nas duas comunidades estudadas. Esse peso é conferido pelo tradicional arroz e feijão ainda preservado nas refeições das famílias agricultoras. Já a segunda e a terceira categoria mais marcada se inverte entre as duas comunidades. No Engenho II, Frutas e Hortaliças alcançam 24,2%, enquanto Carnes, aves e ovos, 15,5%. Já em Nova Piratininga, esses percentuais são respectivamente 14,8% e 21,8%, evidenciando um maior consumo de proteínas e gorduras de origem animal, pendendo mais para o consumo de carne de vaca em relação aos demais tipos. A ingestão de proteína animal pelo consumo de Pescados foi bastante reduzida nos dois territórios em questão, provavelmente pelo fato de a piscicultura não representar uma forma tradicional de produção de alimentos entre tais populações.

A presença de Alimentos preparados e misturas industriais durante o almoço compõe percentual notável, principalmente no assentamento Nova Piratininga com

8,8% das anotações. Na Janta esse percentual sobe um pouco mais, chegando a 12,3% do total de alimentos.

Na comunidade quilombola o percentual de Alimentos preparados e misturas industriais foi menor nas duas refeições se comparado com as famílias assentadas, com 4,4% no Almoço e 5,4% na Janta.

Um dos fatores que conta para a presença maior de Alimentos preparados e misturas industriais bem como de Panificados no assentamento Nova Piratininga deve-se à proximidade em relação ao mercado. O distrito de Santa Rosa localiza-se a poucos quilômetros dessa comunidade, favorecendo o consumo de alimentos pertinentes a essas categorias.

Cabe também fazer menção à baixa presença de Farinha e féculas nas ceias, apesar de a mandioca ser apontada anteriormente como cultivo tradicional em ambas as comunidades. Essa categoria se repetiu mais no Desjejum, mas nem sempre um derivado dessa raiz, posto que a presença de cuscuz de milho no café da manhã foi significativa.

No que cerne à categoria Açúcares, doces e produtos de confeitaria, os percentuais encontrados foram relativamente baixos ou nulos como no Almoço e na Janta na comunidade Engenho II, contrariando o que se previa inicialmente nessa pesquisa.

Tabela 14 - Classificação dos Alimentos nas Refeições por Comunidade

Desjejum					
Engenho II			Nova Piratininga		
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%
Bebidas e infusões	180	38,8%	Bebidas e infusões	85	34,7%
Panificados	117	25,2%	Panificados	63	25,7%
Laticínios	86	18,5%	Laticínios	59	24,1%
Farinhas e féculas	36	7,8%	Farinhas e féculas	16	6,5%
Frutas e hortaliças	15	3,2%	Cereais e leguminosas	6	2,4%
Cereais e leguminosas	11	2,4%	Açúcares, doces e produtos de confeitaria	5	2,0%
Carnes, aves e ovos	9	1,9%	Alimentos preparados e misturas industriais	5	2,0%
Alimentos preparados e misturas industriais	8	1,7%	Carnes, aves e ovos	5	2,0%
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	2	0,4%	Frutas e hortaliças	1	0,4%
TOTAL	464	100,0%	TOTAL	245	100,0%

Almoço					
Engenho II			Nova Piratininga		
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%
Cereais e leguminosas	356	51,0%	Cereais e leguminosas	165	52,1%
Frutas e hortaliças	169	24,2%	Carnes, aves e ovos	69	21,8%
Carnes, aves e ovos	108	15,5%	Frutas e hortaliças	47	14,8%
Alimentos preparados e misturas industriais	31	4,4%	Alimentos preparados e misturas industriais	28	8,8%
Farinhas e féculas	17	2,4%	Pescados	6	1,9%
Pescados	16	2,3%	Farinhas e féculas	2	0,6%
Laticínios	1	0,1%	TOTAL	317	100,0%
TOTAL	698	100,0%			

Janta					
Engenho II			Nova Piratininga		
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%
Cereais e leguminosas	327	52,2%	Cereais e leguminosas	150	48,4%
Frutas e hortaliças	129	20,6%	Carnes, aves e ovos	64	20,6%
Carnes, aves e ovos	111	17,7%	Frutas e hortaliças	44	14,2%
Alimentos preparados e misturas industriais	34	5,4%	Alimentos preparados e misturas industriais	38	12,3%
Pescados	14	2,2%	Pescados	7	2,3%
Farinhas e féculas	11	1,8%	Farinhas e féculas	3	1,0%
Panificados	1	0,2%	Bebidas e infusões	2	0,6%
TOTAL	627	100,0%	Açúcares, doces e produtos de confeitaria	1	0,3%
			Panificados	1	0,3%
			TOTAL	310	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora.

Durante as análises, esperava-se que na distribuição dessas categorias entre os lotes pudessem ser encontradas variações significativas, possibilitando fazer inferências sobre a correlação entre o trabalho das mulheres fora do ambiente domiciliar e a presença de Alimentos preparados e misturas industriais e Panificados. No entanto, o percentual desses produtos, principalmente daqueles referentes à categoria Panificados,

foi significativo na maioria dos lotes independente de a mulher chefe de família desempenhar um trabalho assalariado ou aferir renda própria. Apenas um lote o peso da categoria Alimentos preparados e misturas industriais foi alto (12,3%) e o de Frutas e hortaliças baixo. Contudo, esse era um dos lotes em que a produção para o autoconsumo era muito baixa e a entrevistada declarou não ter horta o que provavelmente indica uma situação de privação alimentar e não de mutações no padrão alimentar do coletivo pela sedução do consumo ou pela facilidade no preparo da comida.

5.5 Percepções sobre o mercado na reprodução alimentar das famílias.

Diferente da distribuição de alimentos na tabela, a noção sobre o abastecimento via mercado nos discursos das mulheres foi mais elucidativo a respeito da correlação com o trabalho delas. A sensação de que a produção familiar era a principal provedora de alimentos foi mais forte nas situações em que as mulheres são casadas ou em união estável e trabalham quase exclusivamente no domicílio:

Porque se a gente tem aqui mais com vontade, você faz mais com fartura, né? E no mercado um vai lá que as coisas é tudo caro e sempre é mais pouco e o que a gente colhe sempre é mais, né? (Nova Piratininga, Lote C)

Pesquisadora: dentre os alimentos colocados aqui [na caderneta] quais foram colhido e produzidos pela família?

Entrevistada: Ah, todos quase... todos mesmo. (Engenho II, lote 1).

Pesquisadora: O que mais contribui para a alimentação de vocês entre o mercado e o que vocês produzem aqui?

Entrevistada: É o que nós produz aqui. (Engenho II, lote 7).

Já para as mulheres que trabalhavam fora de casa, boa parte destacou o mercado como a principal fonte abastecedora:

Ah, o mercado contribui bastante sim. (Engenho II, lote 2).

Comprado tá sendo mais do que a gente tá colhendo. (Engenho II, lote 5).

Pesquisadora: O que mais contribui para a alimentação de vocês entre o mercado e o que vocês produzem aqui?

Entrevistada: Olha, o que eu compro no mercado. (Engenho II, lote 9).

Mas não só o trabalho das mulheres estabelece a forma de aquisição das refeições. O volume de itens comprados nesse espaço também é influenciado pela

composição da renda das famílias, sobretudo pelo acesso às transferências de renda do governo e à aposentadoria, bem como pela idade das mulheres. Colabora para este quadro, o fato de que nas famílias em que as e os chefes de família possuem mais de 50 anos, a capacidade de produção para consumo próprio é reduzida, minguando a produção própria.

Convém notar que entre os quilombolas, o comércio interno é um importante recurso complementar à alimentação da unidade de consumo, de forma que o mercado urbano aparece como última alternativa. Essa relação entre os assentados é distinta, uma vez que o comércio de alimentos entre os produtores rurais da região é quase inexistente e as famílias possuem condições mais precárias de produção própria como foi explicitado anteriormente. Desse modo, as compras nos centros urbanos passam a ser mais frequentes entre eles, sendo a produção própria mais restrita ao plantio de frutas, hortaliças e criação de frango.

A maior parte que tá aí [registro na caderneta] foi produzido. Não o arroz e o feijão, mas as coisas que tá posto aí de verdura foi produzido aqui dentro. (Nova Piratininga, lote C).

É... jiló, repolho, berinjela, né? [...] tem várias coisas que a gente colhe aqui, é a abobrinha verde, a abóbora madura. (Nova Piratinga, lote A).

Ao comparar a qualidade dos alimentos, em todas as casas os alimentos oriundos do mercado eram destacados pela presença de venenos e remédios em oposição aos alimentos plantados por eles mesmos, os quais eram unanimemente vistos como saudáveis e sem componentes tóxicos.

Ajuda bastante, porque assim, você tá com vontade de comer, por exemplo, uma mandioca, um jiló, não precisa de você ir lá comprar. Vai na horta e já colhe, é uma medida mais fácil, não precisa, né? E é uma coisa mais saudável que não tem esses tipo de tóxico, nem de veneno, né? A gente planta dá pequenininho, mas dá sadio e não é cheio de coisa igual na cidade, né? Que eles plantam muito cheio de veneno, um negócio tóxico que eles falam, né? (Nova Piratininga, lote A).

Ah, eu creio que é uma alimentação mais saudável né? A gente não vai colocar tanta química, como fala, tanto veneno, tanta coisa, é saudável, né? E a gente gostaria, se nós tivesse uma ajuda de governo e uma ajuda do INCRA digamos, a gente gostaria de usufruir só aqui, de plantar só aqui. (Nova Piratininga, lote D).

De remédios, esses trem assim, é tudo natural mesmo, você só planta lá não tem negócio de você colocar adubo no pé de planta, não tem nada. Igual o arroz nosso mesmo só plantou lá, você limpou, não tem negócio de você pôr

adubo no pé da planta. Não tem nada, né? Deus mandando a chuva... É, não tem... feijão também do mesmo jeito, não tem negócio de você limpar, bater remédio, pra poder coisar não, só plantou lá e pronto. (Engenho II, lote 1).

A principal forma de resistência, portanto, tem se dado pela preferência em cultivar no lote para evitar o consumo de alimentos com algum grau de toxidade em consequência das técnicas de cultivo. Por essa perspectiva, as mulheres ainda permanecem na produção de alimentos, adotando a linha de uma alimentação mais saudável. Mesmo entre aquelas que assumem funções fora de casa, o plantio da horta continua sendo uma atividade desempenhada por elas como se observou na seção anterior.

Mas chama atenção a necessidade de consumo de alimentos prontos e industrializados, transitando entre o desejo induzido pela sedução do mercado capitalista e a dependência, como é o caso do macarrão:

Às vezes assim quando eu não quero comer, aí os meninos... eu sei que tá errado algumas vezes, igual eles quer comer miojo aí eu tenho que fazer miojo. “Não, mãe, não quero outro tipo de comida não, eu só quero miojo”. Aí eu faço miojo pra jantar. (Engenho II, lote 9).

Tem óleo, às vezes carne, algumas verduras que não tem como produzir aqui, macarrão que é uma coisa que a gente consome muito que é comprado, né? Biscoito... (Engenho II, lote 3).

“Eu compro a massa de fazer o mingau, de fazer o cuscuz, né? O trigo pra fazer o mingauzinho. (Nova Piratininga, Lote D).

Mesmo quando o item é produzido pela família, algumas o vendem para comprar no mercado atendendo ao desejo de consumo, como é o caso do frango de granja:

[...] frango às vezes a gente até vende o frango que tem pra não... porque os meninos prefere mais o de granja, vende até o frango caipira pra comprar o de granja, que eles prefere mais galinha de granja do que caipira.” (Engenho II, lote 8).

A carne que compro aqui, abate algum gado aí, carne de porco, tem carne de porco também que eu compro aqui. Mas o frango grande só vende em Cavalcante mesmo. (Engenho II, lote 9).

A ingestão desses itens é a evidência mais clara do avanço das forças de mercado com vistas a estabelecer espaços de consumo entre as populações. Itens que apresentam um consumo esporádico tornam-se cada vez mais necessários,

principalmente para atender ao desejo de consumo estabelecido pela expansão do mercado capitalista.

Com isso, a noção de alimentação insalubre em oposição a uma nutrição saudável vai mais além do nível de toxicidade dos alimentos. Ela perpassa igualmente pela ingestão de alimentos prontos e industrializados que possuem baixo teor nutricional e alto valor energético em sua composição. Por esse aspecto, o consumo desses itens nas famílias foi pouco apontado como parte de uma alimentação deficiente.

Entre as justificativas observadas nos discursos das mulheres para esse panorama, os itens de mercado são identificados pela facilidade no preparo, como foi comentado por uma agricultora durante as conversas que o consumo de *bolachas no café da manhã é mais prático* e pela diversidade de itens:

Então o que vem do mercado já vem pronto e mais barato [em relação à produção própria]. (Nova Piratininga, lote B).

E no mercado tem como a gente alcançar tudo, né? Achar de tudo, até mesmo a validade tem como a gente verificar. (Engenho II, lote 3).

Isso nos levaria a crer que esse influxo nas práticas alimentares entre agricultores familiares fosse parte dos desarranjos no trabalho das mulheres no campo da alimentação para reduzir o tempo de preparos. No entanto, os alimentos prontos do tipo bolachas e biscoitos, classificados como Panificados, apresentam-se em maior quantidade no café da manhã e não durante todas as refeições. No almoço e na janta, itens como macarrão, lasanha e panqueca, enquadrados como Alimentos preparados e misturas industriais não substituem a refeição tradicional, mas a complementam. Não há literalmente perda da alimentação tradicional, mas rearranjo na composição das refeições, inserindo mantimentos pouco comuns entre os agricultores.

Cabe realçar, portanto, o fato de que os alimentos industrializados aparecem no cotidiano dos agricultores mais pela abertura de padrões de consumo tipicamente urbanos de quem prepara as refeições como por quem as consome.

Porque não tem [referindo-se à produção no Engenho II] o que às vezes você quer comprar. Você que fazer... quer comprar um creme de leite, não tem, você quer comprar qualquer tipo de salgado, aqueles salgadinho de caixinha não tem, aí tem que comprar lá. (Engenho II, lote 9).

Mesmo não substituindo os componentes tradicionais da alimentação dos agricultores, uma alimentação com teor significativo de Panificados e de Alimentos preparados e misturas industriais ocasiona processos de insegurança alimentar entre as famílias, prejudicando a saúde e a qualidade de vida nesses espaços. Mas para o campo de trabalho das mulheres, a adoção desse padrão alimentar não significou enfraquecimento da inserção delas nesses espaços, haja vista o plantio da horta e o preparo dos alimentos permanecerem concentrados na mão delas. Apesar da noção de praticidade no preparo ser um dos elementos dos discursos das mulheres sobre a alimentação, ele não é suficientemente relevante ao ponto de substituir os padrões tradicionais e manter a preocupação com a qualidade do que é consumido pela família acima do desgaste do trabalho doméstico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das forças capitalistas no campo tem desencadeado não só a expulsão de trabalhadores rurais de seu território, mas modificado a lógica de sobrevivência dos agricultores. As mudanças são observadas sob diversos aspectos, desestruturando desde a produção ao consumo de bens na unidade familiar. Essas são categorias que andam casadas, configurando-se como expressão de um modo de vida que é fragilizado como um todo. Isso indica que uma das evidências da inserção capitalista no campo é a propagação de padrões de produção e consumo, causando maior dependência ao mercado.

Esse movimento tem representado, em muitos casos, o recrudescimento da produção para o autoconsumo, fragilizando o trabalho das mulheres na produção de alimentos. Como consequência, as famílias agricultoras recorrem ao mercado para garantirem o consumo de gêneros alimentícios, submetendo-se ao consumo de itens industrializados e processados em relação aos produtos *in natura* seja pelo preço mais acessível, seja pela sedução pelo consumo aproximando-se dos padrões urbanos. O sintoma mais expressivo desse quadro é revelado pelo aumento da insegurança alimentar leve associado a índices de aumento da massa corpórea e do sobrepeso nas populações rurais, desencadeando nesses grupos doenças crônicas como diabetes, hipertensão e problemas cardíacos.

Pela perspectiva histórica, a participação das mulheres na produção de alimentos tem sido um dos pontos sensíveis da acomodação de capitais no meio rural. Isso porque se antes a reprodução social e alimentar da família apoiava-se fortemente no trabalho feminino, a mobilização das mulheres para outras tarefas tem lançado as famílias à sobrevivência via mercado em diversos aspectos da vida social e econômica.

Na pesquisa de campo, foi observado que a presença do mercado é crucial para o abastecimento alimentar das famílias, principalmente entre aquelas cujas responsáveis economicamente pelo domicílio trabalhavam fora do lote. Entre aquelas que trabalhavam quase exclusivamente no lote, a sensação de que o autoconsumo era o principal abastecedor de gêneros alimentícios foi maior. Ainda que as forças de mercado sejam a principal fonte mantenedora, a diversidade na produção do autoconsumo é marcante, tanto no Engenho II quanto em Nova Piratininga.

Em ambas as comunidades, a presença de Cereais e leguminosas, representados pelo tradicional arroz e feijão, apresentou-se em torno de 50% dos registros tanto no

Almoço quanto na Janta, o que aponta para uma resistência na perspectiva da segurança alimentar por hábitos saudáveis e consoantes aos valores culturais. Por outro lado, a fragilização da segurança alimentar foi evidenciada pelo eminente consumo de Alimentos preparados e misturas industriais, e Panificados, com maior peso para a presença desse último.

A justificativa apresentada por elas passa pela praticidade no preparo, especialmente quando se tratava do café da manhã. Diversamente do que se pensava que tal princípio imperava nos preparos das demais refeições, a presença de Alimentos processados e misturas industriais nas demais refeições atuava como complemento no preparo da alimentação tradicional e não como substituto, de forma que os padrões alimentares encontravam-se menos comprometidos. Corroborava essa ideia o fato de o macarrão jogar mais com o desejo de consumo da família do que com situações de privação alimentar ou com a agilidade no preparo da ceia.

Nas discussões iniciais desta pesquisa, a noção de praticidade seria uma manifestação da fragilidade da figura feminina na produção de alimentos. Para além das entrevistas terem demonstrado outra justificativa para a presença de alimentos enquadrados nessa categoria, as mulheres relataram quase que unanimemente participarem da produção para o autoconsumo. Também são ainda incumbidas junto com as filhas pelo preparo das refeições, demonstrando a satisfação e identificação com essas atividades laborais.

Nas entrevistas, a necessidade da produção para o autoconsumo atua como um processo de resistência no campo da promoção da alimentação saudável, opondo-se ao consumo dos produtos com insumos tóxicos à saúde, esses vistos como típicos do mercado. Cabe ressaltar que essa oposição saudável/nocivo não abrangia os Alimentos processados e industrializados, marcados pelo alto teor de carboidratos, gorduras e conservantes. O consumo de alimentos passa a aceitar gêneros não produzidos pela agricultura familiar devido à sedução por um padrão urbano entre famílias. Isso denota que a insegurança alimentar entre as famílias estudadas consistia mais na assunção de um padrão urbano de consumo do que no descolamento das mulheres do autoconsumo.

Desse modo, é possível observar que a insegurança alimentar se manifesta mais pelo aspecto do acesso a uma dieta pouco saudável do que pela carência de acesso físico aos alimentos. Mas isso não representou um abandono da produção para o autoconsumo, mas uma convivência de práticas alimentares que associa o tradicional ao moderno, este último representado pelos alimentos industrializados. A mercantilização

do consumo de alimentos entre as famílias representa um dos dados mais significativo da expansão do capital na reprodução alimentar das famílias mesmo nos domicílios que as mulheres dedicavam-se quase exclusivamente ao autoconsumo e às tarefas domésticas.

Relacionando esse quadro à hipótese proposta de que *a fragilização da participação das mulheres na produção de alimentos conduz as famílias a um quadro de insegurança alimentar por inadequação da dieta* ocorre em parte nas comunidades estudadas. De fato, há presença significativa de alimentos industrializados e semiprontos no consumo doméstico e há tendência geral historicamente colocada pela articulação do modo de produção capitalista de liberação das mulheres do espaço doméstico para assumirem encargos com maior retorno financeiro, típico das relações de trabalho urbanas.

Contudo, a lide doméstica continua como responsabilidade das mulheres, não se concretizando por completo esse movimento de liberação na ordem capitalista. Também na ótica do trabalho, elas continuam na produção de alimentos na perspectiva da garantia da segurança alimentar das famílias por uma alimentação saudável. Portanto, ainda que elas assumam postos de trabalho fora do espaço doméstico, as tarefas de ligadas diretamente à reprodução social permanecem como incumbência feminina, mantendo ainda a superexploração da mão-de-obra das mulheres. O deslocamento das chefes de família para fora do domicílio não implica uma divisão sexual do trabalho menos desigual. Quando isso ocorre, quem as substitui nessas atribuições são as filhas e na inexistência delas, o apoio dos filhos.

Relativamente ao campo da alimentação, o movimento aqui verificado é contraditório no sentido de que se na visão das mulheres o preparo de alguns itens representa um encurtamento do tempo dedicado a essas tarefas, por outro, a atenção aos desejos de consumo da família e o trabalho no autoconsumo reforçam o papel delas na provisão de alimentos no espaço doméstico.

É possível dizer que a participação das mulheres na produção de alimentos tem se fragilizado em alguns aspectos pela inserção de uma lógica de consumo e produção, dependente do mercado. Porém, isso não sinaliza liberação total dessas atividades, já que as filhas compensam a ausência das mães, reproduzindo a lógica do doméstico como espaço feminino.

Apesar de não haver uma ruptura na divisão sexual do trabalho, esse movimento tem o potencial de desestabilizar os vínculos entre trabalho feminino e alimentação,

bem como as tradicionais relações de gênero no campo ao permitir que as mulheres assumam trabalhos diversos. Essas mudanças podem ser aprofundadas caso o Estado se lance na tarefa de garantir as necessidades humanas da população em geral e se fortaleçam as políticas de segurança alimentar entre as populações rurais, sobretudo aquelas que se apoiem em uma perspectiva feminista de reconhecimento do trabalho das mulheres e desresponsabilização delas pela reprodução alimentar das famílias. Também é fundamental fortalecer as políticas para as mulheres com vistas a fragilizar a reprodução da lógica do espaço doméstico como espaço feminino e promover relações de trabalho menos desiguais.

Já na perspectiva de um processo gerador de autonomia das mulheres, a argumentação é mais complexa o que exige um diálogo mais próximo com os movimentos feministas. Por um lado a defesa do papel das mulheres na alimentação das famílias reforça a responsabilidade delas nas lides domésticas. De outro, no atual contexto de uma alimentação cada vez mais processada, tem se associado ao alívio do trabalho e do tempo no preparo da comida entre as chefes de família. Contudo, o caminho para a construção da autonomia de fato deve garantir uma aproximação entre a realidade e o desejo das mulheres chefes de famílias, sem necessariamente se distanciar da noção da segurança alimentar e alimentação saudável.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

BATISTA FILHO, Malaquias. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(4), jul-ago, 2003, p.872-873.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores, iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BLEIL, Suzana Inez. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. In: **Revista Cadernos de Debate**, vol. VI, p.1-25, 1998.

BOSERUP, Ester. **Women's Role in Economic Development**. London, George Allen & Unwin, [S.d.], 283p., 1970.

CAMPOS, Cristiane. **As relações de Gênero e o MST**. MST: Construindo Novas Relações de Gênero – desafiando relações de poder. São Paulo: Fundação Heinrich Boll, 2003.

_____. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires, CLACSO, 2011.

CARNEIRO, Maria José. De “produtor” a “consumidor”: mudanças sociais e hábitos alimentares. NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Coord.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa**. . São Paulo: Editora UNESP, vol. II, 2008.

CARRASCO, Carmen; PETIT, Mercedes. Mujeres trabajadoras y Marxismo. In: **Marxismo Vivo**, São Paulo, ano II, nº 2, p. 239-258, outubro/2011.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CONSEA. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos**. Brasília: CONSEA, 2011.

DIEESE. **Anuário das Mulheres Brasileira**. São Paulo: Dieese, 2011.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G.(orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

GASQUES, José Garcia; SPOLADOR, Humberto Francisco Silva. **Taxa de Juros e Políticas de Apoio Interno à Agricultura Familiar.** Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2003.

GAZOLLA, Márcio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Uma análise a partir da produção para o autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. 306f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2004.

_____. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da Agricultura Familiar.** Porto alegre: UFRGS Editora, 2006.

GEORGE, Susan. **O Mercado da Fome: as verdadeiras razões da fome no mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GIAMBIAGI, Fabio et alii. **Economia brasileira contemporânea: (1945-2010).** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOMES JÚNIOR, Newton Narciso. **Segurança alimentar e nutricional como princípio orientador de políticas públicas no marco das necessidades humanas básicas.** 2007. 338 f. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Política Social, 2007.

GOMES, Renata Mainenti. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil: reflexões no contexto das políticas públicas sociais.** 2012. 287 f. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Pós-Graduação em Política Social, 2012.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. In: **Antropologia em Primeira Mão.** Florianópolis, 1998, 1-18.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOFFMAN, Rodolfo. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: análise dos dados da Pnad de 2004. In: **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 15(1), 49-61, 2008.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional: relatório síntese.** Rio de Janeiro, IBASE, 2008. Disponível em: <
<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/segal-repercuss%C3%B5es-do-bolsa-fam%C3%ADlia.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aquisição Alimentar Domiciliar Per Capita**. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. **Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil**. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil**. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

_____. **Aquisição Alimentar Domiciliar Per Capita**. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

_____. **Segurança Alimentar 2004/2009**. Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c.

IPEA. **Marcha das Margaridas** – Resultados Preliminares. Brasília, 2012.

JÚNIOR, José Coutinho. Especuladores devem ser julgados pela fome, diz Ziegler. Informativo Letra Viva. Portal do MST, 13 de maio de 2013.

KRONE, Evander Eloí; MENASCHE, Renata. Comida e Trabalho: um estudo sobre as relações de gênero entre famílias rurais assentadas. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 5, 2012. **Anais...** Belém, 2012, p. 1-12.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. MADEIRA, Felícia R. (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

LOMBARDI, Maria Rosa. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. Di SABBATO *et al.* **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, MDA, 2009.

MALUF, Renato. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susan Bleil. **Caderno “Segurança Alimentar”**. [S. n. t.]. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf> . Acesso em: 07 jan. 2013.

MELO, Hildete Pereira de; CAPELLIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná de. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre os homens e mulheres o caso do Pontal do Paranapanema. LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária** – a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

_____; Di SABBATO, Alberto. *Gênero e Trabalho Rural – 1993/2006*. Di SABBATO *et al.* **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília, MDA, 2009.

MELO, Lígia Albuquerque. *Relações de gênero na convivência com o semi-árido*. SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife, MDA, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 8, nº2, 2000, p. 9-42.

PACHECO, Maria Emília. *Segurança Alimentar e Nutricional: novas políticas para antigos problemas*. In: **Proposta**, nº 97, jun/ago, p.28-37, 2003.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. **Mulher Rural: A eminência oculta**. Campinas: Editora Alinea, 2006.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria de análise esquecida. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1), jan-abr/2004, 229-252.

PESSANHA, Lavínia Davis Rangel. **A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Textos para discussão. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? ALGRANTI, Leila Mezan. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, v. 48, 7-42. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painéis”?** As relações de gênero nos assentamento rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. In: **Perspectivas**, São Paulo, 6:67-75, 1983.

SAHLINS, Marshall David. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Nova York: Columbia University Press, 1989.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. In: **Série Antropológica**, Brasília, nº 236, 1998.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos CEBRAP, 26, 1980.

SILVA, Carmem; PORTELLA, Ana Paula. A divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste Brasileiro. SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura Familiar e Gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife, MDA, 2006.

SILVA, Robson Roberto da. Principais Políticas de Combate à Fome no Brasil. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº5, ano V, novembro, p.1-19, 2006.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

SOUZA, Sabrina de Cássia Mariano de. **Insegurança Alimentar, Acesso e Inflação de Alimentos**. 2012. 231f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Programa de Pós-graduação em Economia, 2012.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar. In CALDART, R. S. et al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STOLKE, Verena. A família que não é sagrada (sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo). CORREA, Mariza. **Colcha de Retalhos**: Estudos sobre a família no Brasil. Brasiliense, 1982.

TAKAGI, Maya; SILVA, José Graziano da; BELIK, Walter (Coord.). **Combate à fome e à pobreza rural**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.

TERRITÓRIO do sítio histórico e patrimonio cultural kalunga.[S.l.], 2014. Disponível em: <<http://quilombokalunga.org.br/territorio-do-sitio-historico-e-patrimonio-cultural-kalunga/>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

TOLEDO, Cecília. **Mujeres**: el género nos une, la classe nos divide. Santiago de Chile: Editorial Quimantú, Ediciones Marxismo Vivo/ Colección Con-Fianza, 2009.

TONIAL, Sueli R. **Desnutrição e obesidade: faces contraditórias na miséria e na abundância**. Recife: IMIP, 2001.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. In: **Revista de Nutrição**, Campinas, 18(4), jul-ago, 2005, p.439-457.

VIA CAMPESINA. *Basta de políticas Neoliberais! Construíamos a Soberania Alimentar*. 17 de abril de 2007. Disponível em:

<http://www.cna.pt/comunicados/viacampesina/12_diainternacionalcampesinos_17abr07.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WOORTMANN, Klaas. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.

ANEXO I

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Características

Idade/ grau de escolaridade/ estado civil/ número de pessoas residentes no domicílio no momento da entrevista/ idade de cada um dos moradores

Trabalho

Como é a sua rotina de trabalho?

De quem é a responsabilidade para cada tarefa na terra (quintal e roça)? Como é o seu trabalho na roça?

Quantas horas você costuma dedicar no trabalho na roça e no quintal?

Quem costuma te ajudar nas tarefas domésticas? Com que frequência?

Quem prepara as refeições no dia a dia?

Quantas horas você costuma dedicar por dia preparando a refeição para a família?

O que você acha mais cansativo de fazer?

Porque você procurou exercer um trabalho fora do seu lote? O que isso significou para você?

Alimentação

Dentre os alimentos listados na caderneta, quais são colhidos/produzidos pela sua família? Dentre os alimentos listados na caderneta, quais são comprados?

Onde eles são comprados? Existem diferenças entre os locais?

Qual a necessidade de comprar esses alimentos no mercado?

Em que medida os alimentos produzidos no lote compõem as refeições diárias?

Em que medida os alimentos comprados compõem as refeições diárias?

Qual desses dois espaços é mais importante para garantir o consumo da família?

ANEXO II

Classificação dos alimentos segundo as categorias do IBGE¹⁷
(continua)

Produto	IBGE
abacaxi	Frutas e hortaliças
abóbora	Frutas e hortaliças
abobrinha	Frutas e hortaliças
acerola	Frutas e hortaliças
achocolatado	Alimentos preparados e misturas industriais
alface	Frutas e hortaliças
almeirão	Frutas e hortaliças
arroz	Cereais e leguminosas
banana	Frutas e hortaliças
batata	Frutas e hortaliças
batata baroa	Frutas e hortaliças
batata doce	Frutas e hortaliças
beringela	Frutas e hortaliças
beterraba	Frutas e hortaliças
bife	Carnes, aves e ovos
biscoito	Panificados
bolacha	Panificados
bolo	Panificados
café	Bebidas e infusões
canjica	Açúcares, doces e produtos de confeitaria
carne	Carnes, aves e ovos
cebola	Frutas e hortaliças

Classificação dos alimentos segundo as categorias do IBGE
(continuação)

Produto	IBGE
cebolinha	Frutas e hortaliças
cenoura	Frutas e hortaliças
chá	Bebidas e infusões
chuchu	Frutas e hortaliças
costela	Carnes, aves e ovos
couve	Frutas e hortaliças
cuzcuz	Farinhas e féculas
extrato de tomate	Alimentos preparados e misturas industriais
empanado	Alimentos preparados e misturas industriais
farinha	Farinhas e féculas
farinha de trigo	Alimentos preparados e misturas industriais
farofa	Farinhas e féculas
feijão	Cereais e leguminosas
fígado	Carnes, aves e ovos
frango	Carnes, aves e ovos
goiaba	Frutas e hortaliças
guaraná	Alimentos preparados e misturas industriais
guariroba	Frutas e hortaliças
jiló	Frutas e hortaliças
laranja	Frutas e hortaliças
lasanha	Alimentos preparados e misturas industriais
legumes	Frutas e hortaliças
leite	Laticínios
leite em pó	Laticínios

¹⁷ Tabela elaborada pela autora com base na categorização adotada pelo IBGE na POF

Classificação dos alimentos segundo as categorias do IBGE
(*continuação*)

Produto	IBGE
limão	Frutas e hortaliças
linguiça	Carnes, aves e ovos
maçã	Frutas e hortaliças
macarrão	Alimentos preparados e misturas industriais
maionese	Alimentos preparados e misturas industriais
mamão	Frutas e hortaliças
mandioca	Frutas e hortaliças
manga	Frutas e hortaliças
mangaba	Frutas e hortaliças
manteiga	Laticínios
margarina	Alimentos preparados e misturas industriais
maxixe	Frutas e hortaliças
milharina	Farinhas e féculas
milho	Frutas e hortaliças
mingau	Açúcares, doces e produtos de confeitaria
mortadela	Carnes, aves e ovos
ovo	Carnes, aves e ovos
panqueca	Alimentos preparados e misturas industriais
pão	Panificados
pão de queijo	Panificados
peixe	Pescados
pepino	Frutas e hortaliças
pequi	Frutas e hortaliças
pimenta	Frutas e hortaliças
pimenta de cheiro	Frutas e hortaliças

Classificação dos alimentos segundo as categorias do IBGE
(*continuação*)

Produto	IBGE
pimentão	Frutas e hortaliças
pipoca	Alimentos preparados e misturas industriais
pirão	Farinhas e féculas
porco	Carnes, aves e ovos
qualhada	Laticínios
queijo	Laticínios
quiabo	Frutas e hortaliças
rapadura	Açúcares, doces e produtos de confeitaria
refrigerante	Alimentos preparados e misturas industriais
repolho	Frutas e hortaliças
requeijão	Laticínios
rosca	Panificados
rúcula	Frutas e hortaliças
salada	Frutas e hortaliças
salame	Alimentos preparados e misturas industriais
salgadinho	Alimentos preparados e misturas industriais
salsa	Frutas e hortaliças
salsicha	Alimentos preparados e misturas industriais
sardinha	Alimentos preparados e misturas industriais
sopa	Frutas e hortaliças
suco caixa	Alimentos preparados e misturas industriais
suco em pó	Alimentos preparados e misturas industriais
tapioca	Farinhas e féculas
tomate	Frutas e hortaliças
torresmo	Carnes, aves e ovos
verdura	Alimentos preparados e misturas industriais

Classificação dos alimentos segundo as categorias do IBGE
(conclusão)

Produto	IBGE
vísceras	Carnes, aves e ovos

Fonte: Elaborado pela autora